



João Rafael Gorgulho Nisa

# A ARTE MILITAR BIZANTINA: O TRATADO *DE VELITATIONE BELLICA* (SÉC. X)

Dissertação de Mestrado em História Militar, orientada pelo Doutor João Gouveia Monteiro, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

**A ARTE MILITAR BIZANTINA: O  
TRATADO *DE VELITATIONE BELLICA*  
(SÉC. X)**

**Ficha Técnica:**

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<b>Título</b>	<b>A ARTE MILITAR BIZANTINA: O TRATADO DE <i>VELITATIONE BELLICA</i> (SÉC. X)</b>
<b>Autor/a</b>	<b>João Rafael Gorgulho Nisa</b>
<b>Orientador</b>	<b>Doutor João Gouveia Monteiro</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria Alegria</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutor Luís Miguel Duarte</b> <b>2. Doutor João Gouveia Monteiro</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em História</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>História Militar</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>26-7-2016</b>
<b>Classificação</b>	<b>18 valores</b>



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## Resumo

A tratadística militar bizantina é um assunto virgem em Portugal, mas tem despertado o interesse da comunidade científica internacional, sobretudo devido à sua importância para a compreensão das táticas, do armamento e da composição do exército romano do Oriente. Em finais do século X, foi redigido em Bizâncio um tratado militar anónimo intitulado *De velitatione bellica*. Segundo alguns estudiosos, a autoria da obra pode ser atribuída ao imperador Nicéforo Focas; mas mesmo que se admita que este reputado general não foi o autor material do tratado, é visível que a sua controversa personagem e a sua carreira constituíram a principal fonte de inspiração do *De velitatione bellica*. Através das páginas deste tratado singular iremos então analisar a forma como a guerra era travada nas fronteiras do Tauro, onde se utilizavam táticas que poderemos considerar “de guerrilha”, postas em prática por forças regulares das circunscrições administrativas bizantinas – os *témata*. O interesse da obra atribuída ao imperador Nicéforo não se esgota, porém, neste tema: assuntos tão variados como a legitimação (póstuma) da família Focas ou a relação entre Bizâncio e o Islão também são abordados, tornando-o um caso de estudo único dentro do seu género. A análise do tratado é complementada com a necessária consulta de fontes árabes e bizantinas, bem como de estudos da especialidade. Sempre que possível, recorreu-se aos outros tratados bizantinos mais relevantes, como o *Stratēgikón* de Maurício (séc. VII) ou o *Taktiká* de Leão VI (séc. X), no sentido de verificar se o *De velitatione bellica* tem uma elevada dose de originalidade ou se, pelo contrário, continua a utilizar o antigo modelo, baseado nas obras dos autores clássicos.

## Abstract

The study of Byzantine military treatises is a blank subject in Portugal but it has aroused the interest of the international scientific community, especially because of its importance for the understanding of eastern Roman army's tactics, equipment and composition. At the end of the tenth century, an anonymous military treatise entitled *De velitatione bellica* was composed in Byzantium. According to some scholars, the authorship of this work can be attributed to the Emperor Nicephorus Phocas; even if we suppose that this reputed general was not the material author of the work, it appears that his controversial character and his career may have been its main source of inspiration. Through the pages of this unique treaty we will then examine how war was fought on the borders of the Taurus, where tactics that we can consider as "guerrilla" were being used, implemented by regular forces of the Byzantine administrative circumscriptions - the *témata*. The interest of the work attributed to Nikephoros emperor does not end in this subject; subjects as varied as the (posthumous) legitimation of the Phocas family or the relationship between Byzantium and Islam are also covered, making it a unique case study within its genre. The analysis of the treaty is complemented with the necessary research of Arab and Byzantine sources, as well as important studies written on the subject. Whenever possible, we used the most relevant Byzantine treatises like Maurice's *Stratēgikón* (7<sup>th</sup> century AD) or the *Taktiká* of Leo VI (10<sup>th</sup> century AD), to verify if the *De velitatione bellica* has a high originality dose or, on the contrary, it continues to use the old model, based on the works of classical authors.

*À memória dos meus pais e do meu avô João,  
o meu melhor amigo, que me ensinou coisas que  
não vêm nos livros.*

## Agradecimentos

A elaboração de um trabalho deste tipo é sempre muito exigente. Embora me tenha dado muito gosto escrever esta dissertação, por vezes tornava-se um trabalho solitário. As coisas melhoram porque existem pessoas que nos incentivam a continuar e que nos vão dando palavras de alento.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor João Gouveia Monteiro. Há pouco mais de um ano, apesar de estar a gostar de frequentar o Mestrado Interuniversitário de História Militar, sentia que faltava algo na minha formação; estava hesitante entre uma tese fundamentada no gosto pessoal ou na formação académica. Mais do que apoio, o Professor Gouveia Monteiro deu-me orientação e permitiu que eu alargasse os horizontes para um tema que me era até então pouco familiar. Nos momentos em que fraquejei, não me deixou esmorecer e acreditou até ao fim. Estarei eternamente grato pela atenção, amizade e dedicação que demonstrou para comigo. Se me perguntarem hoje qual será o caminho a seguir no futuro, a resposta será fácil: Bizâncio!

Para preparar uma tese com um tema tão “exótico” era necessário consultar muita bibliografia que infelizmente não existe no nosso país. A solução que encontrei foi contactar com alguns académicos, autores dos artigos de que necessitava ou com outros especialistas na matéria. Nesse sentido, agradeço aos Professores Gastone Breccia (Universidade de Pavia), Taxiarchis Koliass (Universidade de Atenas) e Abbès Zouache (Universidade de Lyon) a disponibilidade e a amabilidade que tiveram para comigo. Um agradecimento especial ao Professor Salvatore Cosentino (Universidade de Bolonha) que me recebeu no seu gabinete, em Ravena, e fez observações que se encontram refletidas na forma como abordei o *De velitatione bellica*.

Agradeço ainda ao Diogo Moura, pela paciência que teve em iniciar-me no estudo do Grego antigo e pela revisão dos termos escritos na bela língua helénica; uma palavra de agradecimento também para a Elise Cardoso, que me auxiliou na burocracia académica e nos aspetos formais da dissertação.

Os últimos são sempre os primeiros. Agradeço a paciência que a minha família teve para aturar as deambulações imaginárias por terras distantes onde existiam pessoas com nomes impronunciáveis. Obrigado avozinha, tia Chica, irmãos Célia e David, e obrigado Zinda, a minha infatigável sogra! Devo também agradecer à Rosa, o único elemento da família que acompanhou, de forma permanente, a escrita da tese. Por fim, resta-me agradecer o apoio da minha mulher, Joana, que acreditou mais do que ninguém que, a partir de uma

mesa desorganizada, ocupada por livros e folhas (depois arrumo...) ia nascer uma tese; também não me esqueço das fatigantes viagens em que me acompanhou, duas vezes por semana, durante um ano letivo, para assistir aos seminários do mestrado. Obrigado por tudo!

## ÍNDICE

Introdução	9
1. Bizâncio e o Islão (634-936)	18
2. Némesis: os Hamdânidas	28
3. Frente a frente	38
3.1. O exército bizantino no século X: entre <i>tagma</i> e <i>téma</i>	38
3.2. Os exércitos dos Hamdânidas: a heterogeneidade do mundo árabe	43
4. O espaço: a importância estratégica da Cilícia	47
5. Guerra santa?	52
6. O tratado <i>De velitatione bellica</i>	56
6.1. Fontes, edições e organização interna	56
6.2. A epopeia da família Focas	60
6.3. Nicéforo e o exército	65
6.4. Lidar com os raides árabes	70
6.5. A observação e o contacto	73
6.6. A geografia: caminhos, pontos de água e montanhas	76
6.7. Táticas e dispositivos de guerrilha	79
6.8. A guerra de cerco	88
6.9. Combater à noite: ao abrigo da escuridão	92
Conclusão	96
Bibliografia	100
Anexos	
I – Cartografia	I
II – Genealogia parcial da família Focas	II
III – Imagens	III
IV – Tradução de capítulos	V

## Introdução

Desde a (re) fundação de Constantinopla pelo imperador Constantino I, no ano de 330, que o Império Romano do Oriente se viu rodeado de inimigos, uma miríade de povos de diferentes origens que colocava em perigo a existência deste Estado cristão. Embora muito influenciado pela estrutura militar e pelo modo de fazer a guerra do seu congénere ocidental, a verdade é que Bizâncio não só aproveitou esse legado como o melhorou, elevando-o a um patamar superior, no que diz respeito ao pensamento estratégico. Seguramente a obra *De re militari*, da autoria de Vegécio, escrita por volta do ano 400, terá sido importante numa primeira fase, sobretudo na formulação da doutrina militar bizantina relativa ao combate, travado apenas em último recurso e quando existia a certeza de que se sairia vitorioso:

“Os bons generais nunca combatem em campo aberto, a não ser em ocasiões oportunas ou por extrema necessidade”<sup>1</sup>.

Contudo, não obstante a maioria dos tratados militares bizantinos possuir uma natureza mais derivativa do que original, a sua característica mais importante reside na sua capacidade de assimilar e incorporar os conhecimentos transmitidos pelos escritores clássicos latinos e, acima de tudo, gregos, resultando na fusão do pensamento estratégico ocidental com o pensamento estratégico oriental<sup>2</sup>.

Dagron propõe três critérios fundamentais para definir a modernidade de um tratado militar: a atenção prestada à tecnologia militar, com a enumeração do armamento e de outras inovações relacionadas com a arte da guerra; a descrição, mais ou menos rigorosa, do inimigo, com as diversas particularidades que este apresenta no domínio do armamento, das táticas utilizadas, da sua estrutura social e dos seus usos e costumes; a relação entre o exército e a sociedade, a estrutura administrativa e militar, o estatuto legal dos soldados e a emergência de uma casta, de natureza militar, dentro da hierarquia social do Império<sup>3</sup>. Em conjugação com estes elementos, surge a importante análise que se deve realizar a nível linguístico, pois existem diversos termos militares referidos nos tratados que nos revelam que o exército bizantino soube absorver influências com várias origens, podendo-se encontrar palavras de origem eslava (*laisa*), árabe (*saka*), arménia (*tasinarios*), turca (*pasmagadion*),

---

<sup>1</sup> João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, *Vegécio, Compêndio da Arte Militar*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, Livro III, Cap. XXVI, p. 329.

<sup>2</sup> Walter Emil Kaegi, *Some Thoughts on Byzantine Military Strategy*, Brookline, Hellenic College Press, 1983, pp. 10-11.

<sup>3</sup> Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *Le Traité sur la guerilla de l'empereur Nicéphore Phocas*, Paris, CNRS Editions, 2011, pp. 107-108.

iraniana (*klibánion*) e, obviamente, também de origem latina (*kontourbenion*, *skoutarion*, entre outros)<sup>4</sup>.

Para melhor compreender a profícua produção de textos militares bizantinos, é necessário estabelecer uma relação entre Bizâncio e a guerra. A ideia primordial é a de que a guerra é um meio necessário para manter a ordem e obter a paz. No entanto, esta noção poderá parecer algo contraditória quando apelidamos o Estado bizantino de cristão, defensor de uma religião que, na sua génese, é contrária a qualquer forma de violência. Alguns pensadores cristãos argumentaram que a guerra, sempre inconveniente, era aceitável, porque garantia a sobrevivência do Estado cristão contra todo e qualquer inimigo que o ameaçasse, tornando-a assim justa. A religião tornou-se fundamental para justificar a guerra contra os Estados vizinhos, sobretudo quando estes perseguiram os professantes da fé cristã no interior dos seus territórios. Esta situação era frequente na fronteira oriental do império. Os confrontos entre os Bizantinos e os Persas, os seus primeiros grandes inimigos, eram sempre vistos pelos primeiros como uma luta do bem contra o mal. Acresce a esta tensão a tentativa de Cosroés I (531-579), em meados do século VI, de tentar estruturar e hierarquizar o zoroastrismo à semelhança do que havia sido feito no mundo romano com a religião cristã. Apesar deste facto, as disputas territoriais terão suplantado as questões religiosas e ideológicas.

Por outro prisma, a ideologia política e militar bizantina possuía como grande objetivo a recuperação dos territórios que haviam pertencido ao Império Romano, sendo esta matéria parte estruturante da ação do imperador e de extrema importância quando analisamos o número dos efetivos militares disponíveis. Porém, a guerra não era encarada com ligeireza, uma vez que possuía uma característica particularmente nefasta: o seu custo. Dentro deste conceito, podemos abarcar a logística, a quebra de produção agrícola e a redução da atividade comercial, mas, acima de tudo, a perda de vida humana. Como refere John Haldon<sup>5</sup>, os Bizantinos sempre consideraram que estavam em grande desvantagem numérica em comparação com os seus inimigos e essa razão justifica a preferência dada pelos governantes e generais bizantinos à diplomacia, à astúcia, ao suborno e a outros meios que tinham à sua disposição, com o intuito de evitar o confronto, embora existisse a convicção de que a guerra era uma inevitabilidade. Era necessário equilibrar a balança e reduzir o efetivo do inimigo, utilizando táticas bastante variadas, como por exemplo retardar ao máximo a entrada de um ou vários corpos do exército inimigo no campo de batalha, ou promover a destruição de

---

<sup>4</sup> Eric McGeer, “Military Texts”, *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*, Oxford, Oxford University Press, 2008, p. 909.

<sup>5</sup> John Haldon, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, Abingdon, Routledge, 1999, p. 37.

colheitas e a contaminação das fontes de água potável. Em suma, tentar evitar a batalha e aguardar que o inimigo fosse atingido por alguma doença ou que a falta de água e/ou a escassez de provisões o obrigassem a retirar.

A tratadística militar bizantina pode ser subdividida em diferentes tipos: a *taktiká*, onde se abordam as manobras dos exércitos e se definem as terminologias próprias do seu funcionamento; a *strategiká*, que trata da ação do comando, exercido pelos *stratēgoi*; a *poliorkētiká*, que enuncia os métodos para tomar (ou defender) uma fortaleza; a guerra naval (*naumachiká*); e as máximas militares, os esquemas e os ardis, englobados na designação genérica de *strategémata*<sup>6</sup>. Dentro destes géneros, existem alguns autores que são considerados como autoridades dentro de cada um dos temas que abordam (Apolodoro de Damasco, Bítton de Alexandria, Aeliano, Eneias-o-Tático, Onasandro...), embora sejam na sua maioria filósofos e não homens versados na arte da guerra, sem a pretensão real de que as suas obras sejam utilizadas como manuais práticos para aplicação no campo de batalha, mas sim como base estruturante do pensamento do *stratēgós*. Estes tratados estão distribuídos por dois períodos distintos: entre o século VI e o século VII; e entre o século X e o século XI.

O primeiro tratado bizantino, por ordem cronológica, é o *Epitēdeuma*, escrito por Urbício, sob a forma de um panfleto, durante o reinado de Anastácio I (491-518), e que pretendia oferecer conselhos relacionados com assuntos militares. Embora se encontre incluído em alguns manuscritos do (mais tardio) *Stratēgikón* do imperador Maurício, o autor apresenta algumas inovações no que à arte militar diz respeito. Esta obra foi idealizada numa época em que tinha lugar o debate entre o valor da infantaria e da cavalaria, no que diz respeito à sua importância no campo de batalha, com alguma ascendência desta última. Assim, tornou-se vital compreender qual a melhor forma de enquadrar a atuação das tropas que compunham o grosso do exército (infantaria), de modo a maximizar o seu impacto durante o combate. Isto apenas seria possível se a infantaria pudesse disparar os seus projéteis – propulsionados por arcos e *ballistae* – sem a intervenção da cavalaria inimiga. Para o conseguir, Urbício propôs a utilização de postes de madeira cravados de pregos<sup>7</sup> (καύοναζ καθηλωμένους) que seriam fincados no chão, circundando a infantaria e criando um acampamento militar improvisado, móvel e fortificado; a outra inovação prendia-se com a utilização de *ballistae* móveis, instaladas em carroças, existindo alguns dados que nos

---

<sup>6</sup> Eric McGeer, *op. cit.*, p. 907.

<sup>7</sup> Geoffrey Greatrex *et alii*, “Urbicius *Epitēdeuma*: an edition, translation and commentary”, *Byzantinische Zeitschrift*, 98, Berlim, De Gruyter, 2005, p. 56.

permitem considerar que esta solução poderá ter sido colocada em prática ou, pelo menos, ensaiada<sup>8</sup>.

Possivelmente, o tratado militar bizantino mais conhecido, tanto dos especialistas como do público em geral, é o *Stratēgikón*. Composto entre 592 e 610, a sua autoria tem sido atribuída ao imperador Maurício (582-602), não sem alguma contestação por parte de alguns autores, que preferem a possibilidade de o autor ter sido Urbício ou Filípico (cunhado do imperador Maurício)<sup>9</sup>. Inicialmente composto por onze livros, com outro adicionado *a posteriori*, esta importante fonte aborda temas tão variados como as formações da cavalaria, as formações dos *tágmata*, as emboscadas, os ataques surpresa ou a guerra de cerco, com influência visível em textos posteriores que dele derivam. Este texto foi composto após uma fase em que as armas bizantinas foram bem-sucedidas no norte de África, na Península Ibérica e na Península Itálica. A partir de 568, os Lombardos começam a irromper na Península Itálica vindos do nordeste, enquanto os Vândalos ameaçam as possessões norte-africanas. Na zona do rio Eufrates, os Persas continuavam a representar uma grave ameaça à sobrevivência do Estado romano e, nos Balcãs, os Eslavos e os Ávaros exerciam uma pressão cada vez maior sobre as fronteiras do império<sup>10</sup>. É a este variado leque de inimigos que o *Stratēgikón* se refere. O autor revela que, através do estudo do modo do inimigo fazer a guerra, é possível que o general consiga identificar os seus pontos fracos e adaptar a sua conduta para enfrentar aquele adversário em particular, algo que é inovador no pensamento militar greco-romano:

“(…) Devemos agora tratar das táticas e das características de cada uma das raças que causa problemas ao nosso estado. O objetivo deste capítulo é habilitar aqueles que pretendem travar a guerra com estes povos, de modo a que se preparem convenientemente. Porque as nações não combatem todas em formação simples ou da mesma maneira, e não se pode lidar com elas de forma igual. Algumas, cuja coragem é ilimitada, são conduzidas por um espírito impulsivo enquanto outras utilizam a boa ordem e o bom juízo para atacar os seus inimigos”<sup>11</sup>.

No início do século X, existia uma ameaça que há muito vinha a delapidar o território bizantino: o Islão. O imperador Leão VI (886-912) não partilhava a capacidade militar de alguns dos seus antecessores (como Maurício) ou mesmo de alguns dos seus sucessores

---

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 73-74.

<sup>9</sup> Salvatore Consentino, “Writing about War in Byzantium”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 30, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 85-86.

<sup>10</sup> Gastone Breccia, “Educazione e cultura militare a Bisanzio (IV-XI secolo)”, *Formare alle professioni. La cultura militare tra passato e presente*, Milão, Ed. Franco Angeli, 2010, p. 67.

<sup>11</sup> George T. Dennis, *Maurice's Strategikon – Handbook of Byzantine Military Strategy*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1984, Livro XI, p. 113.

(como, por exemplo, Nicéforo Focas ou João Zimisce); era um administrador, ainda que competente, que governava o império a partir da corte imperial sediada em Constantinopla. Ainda assim, escreveu (ou mandou escrever) dois importantes textos militares: o *Problémata* e o *Taktiká*. A primeira é uma composição com o formato de pergunta e resposta, em que o imperador formula uma questão sobre a guerra e responde citando passagens do *Stratēgikón*<sup>12</sup>. O *Taktiká*, por seu turno, reproduz capítulos inteiros de Onasandro e de Maurício.

Um dos elementos inovadores deste tratado prende-se com a entrada do Islão na literatura militar bizantina, um inimigo que há cerca de dois séculos e meio combatia o império, e com um sucesso assinalável. Leão VI tenta aplicar a fórmula etnológica enunciada por Maurício no *Stratēgikón*, mas reconhece as particularidades que este inimigo apresenta em relação aos Ostrogodos ou aos Persas: justifica a guerra pela religião (*jihad*) e possui um sistema que integra a guerra como elemento constituinte da vida social dos povos da fronteira (a organização dos *thughûr*, o voluntariado dos *ghazis* e o financiamento da guerra santa pelos *waqf*)<sup>13</sup>. Por outro lado, e ao contrário de Maurício, não procura encontrar formas de postular qualquer tipo de superioridade dos *romaioi* em relação ao Islão, chegando mesmo a utilizar o inimigo como exemplo da mudança necessária da atitude bizantina em relação à guerra<sup>14</sup>. Ainda assim, seria redutor assinalar esta inclusão como a única novidade desta obra; organizada de uma forma muito particular e distinta das fontes que a inspiraram, o *Taktiká* contém ainda uma *constitutio* exclusivamente dedicada à guerra naval, onde se refere (pela primeira vez na tratadística militar bizantina) a utilização do fogo grego, expelido por um *síphon*<sup>15</sup>.

Não poderemos também deixar de referir um dos tratados mais importantes sobre a poliorcética bizantina, o intitulado *Parangélmata Poliorkētiká*, um manual de instruções para construir máquinas de cerco, com a autoria atribuída a Heron de Bizâncio e datado do século X. Esta obra faz referência a tratados de autores clássicos que versam sobre a poliorcética, tais como Apolodoro de Damasco, Athenaeus Mechanicus, Biton e Philo Mechanicus e Heron de Alexandria. Embora seja, na sua grande maioria, um texto derivativo e descritivo sobre a

---

<sup>12</sup> Salvatore Consentino, *op. cit.*, p. 88.

<sup>13</sup> Gilbert Dagron, “Byzance et le modèle islamique au Xe siècle. A propos des Constitutions tactiques de l'empereur Léon VI”, *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, n.º 2, 1983, p. 221.

<sup>14</sup> Cf. George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI*, Washington, Dumbarton Oaks, 2014. São diversas as passagens onde o imperador deixa transparecer alguma admiração pelo inimigo: “neither when they are pursuing nor are being pursued do they break their formation” (*Constitutio* XVIII, p. 479); “they stand steadfast in their formation, bearing up valiantly under the missiles fired by the forces boldly attacking them” (*Constitutio* XVIII, p. 481); “they are more notable than all other peoples in relying on good counsel and firm adherence to methods of warfare” (*Constitutio* XVIII, p. 481).

<sup>15</sup> Idem, *Ibidem*, p. 529.

utilização e a construção de máquinas poliorcéticas, a verdade é que apresenta algumas soluções inovadoras mas de difícil aplicação<sup>16</sup>. Heron de Bizâncio descreve ainda a utilização do fogo grego através da sua projeção com o auxílio de um tubo, com o autor a atribuir-lhe elevada importância na redução da moral do inimigo; curiosamente, no desenho onde ilustra a sua aplicação, observamos que o manuseador utiliza o fogo grego contra uma fortificação, e não, como era habitual, contra uma embarcação. Outro tratado dedicado à poliorcética é o *De Obsidione toleranda*, composto sob a forma de um manual de instruções destinado a auxiliar o comandante de uma fortaleza que se encontra sitiada. O texto não se foca numa cidade particular, levando em consideração as diversas particularidades em que esta se pode inserir, tais como a presença (ou ausência) de ilhas que proporcionem alimentos ou a existência de terreno propício à realização de emboscadas<sup>17</sup>. A aplicação das diversas situações apresentadas é geralmente enquadrada por exemplos históricos que vão desde os cercos de Alexandre Magno a Tiro e a Gaza, passando pelo ataque falhado de Aníbal a Roma com o intuito de aliviar a pressão sobre Cápua ou ainda pelas variadas soluções utilizadas por sitiados e sitiados durante a Guerra Judaica<sup>18</sup>.

Talvez um dos últimos textos relevantes da literatura militar bizantina seja o *Taktika*, de Nicéforo Ouranos. *Domestikós scholae*, tanto do Ocidente como do Oriente, este autor desempenhou várias missões políticas e diplomáticas durante o reinado de Basílio II (976-1025): em 975 foi enviado a Bagdade, com a missão de solicitar a entrega do pretendente Bardas Scleros, refugiado na corte do califa abássida. A sua missão falhou e foi feito prisioneiro. Posto em liberdade, foi enviado pelo imperador a Tessalónica, no ano de 996, com o objetivo de restabelecer a ordem após a morte do governador, Gregório Taronita, às mãos dos Búlgaros<sup>19</sup>. Controlada a situação, é enviado para oriente e assume a posição de governador do norte da Síria (999-1011). O *Taktiká* é uma compilação de 178 capítulos, dos quais apenas alguns foram publicados. O texto é composto por quatro partes, derivadas de outros tratados militares bizantinos e de obras clássicas: os capítulos 1 a 55 replicam o

---

<sup>16</sup> Veja-se, a este propósito, a utilização das escadas insufláveis, feitas a partir de peles de animais cosidas entre si, com um gancho na extremidade para poder agarrar os merlões; ou a jangada de assalto, destinada a efetuar desembarques anfíbios e que poderia estar equipada com uma prancha de madeira ou com uma escada. Qualquer um dos casos parece ser mais um exercício de criatividade, por parte do autor, do que um sugestão que implique a sua real aplicação. Cf. Denis F. Sullivan, *Siegecraft – Two Tenth-Century Instructional Manuals by “Heron of Byzantium”*, *Dumbarton Oaks Studies XXXVI*, Washington, Dumbarton Oaks, 2000, pp. 109-113.

<sup>17</sup> Denis F. Sullivan, “A Byzantine Instructional Manual on Siege Defense: The *De Obsidione toleranda*. Introduction, English Translation and Annotations”, *Byzantine Authors – Literary Activities and Preoccupations*, Leiden-Boston, Brill, 2003, p. 142.

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*, p. 143.

<sup>19</sup> Rodolphe Guilland, “Études sur l'histoire administrative de Byzance: Le Domestique des Scholes”, *Revue des études byzantines*, Tomo 8, Paris, Institut Français d'Études Byzantines, 1950, p. 39.

*Taktiká* de Leão VI, enquanto os capítulos 66 a 175 e 176 a 178 são baseados em compilações de obras escritas por alguns táticos da Antiguidade Clássica. Por sua vez, os capítulos 56 a 65 representam uma versão alargada e revista do tratado *Praecepta militaria*, atribuído a Nicéforo Focas, com os capítulos 63 a 65 a resultarem da experiência do autor enquanto comandante militar, com referências à natureza das relações entre árabes e bizantinos no norte da Síria e aos vários povos que compunham a região<sup>20</sup>.

Ainda no século X, temos outro *basileús* que participou diretamente na produção de literatura militar: chamava-se Nicéforo Focas (963-969). Este habilidoso general foi o autor (ou promotor) de três tratados militares, versando temas distintos: o *De re militari*, o *Praecepta militaria* e o *De velitatione bellica*, objeto do presente estudo. O *De re militari* é o contraponto do *De velitatione bellica*, refletindo uma postura ofensiva do império e debruçando-se sobre o modo de fazer a guerra na parte ocidental do mesmo, contra Búlgaros, Petchénègues e Russos. O seu autor descreve as grandes campanhas militares nas quais o imperador toma parte ativa, envolvendo um grande número de efetivos militares e preocupando-se com detalhes importantes, de que são exemplo a instalação do acampamento e os meios necessários para a sua defesa. Explicita ainda os procedimentos necessários a tomar quando o exército se movimenta em território inimigo, atravessando montanhas e rios. Outras matérias como a guerra de cerco, o treino ou o armamento também são abordadas<sup>21</sup>. No que diz respeito ao *Praecepta militaria*, podemos considerá-lo como uma cartilha ideológica, postulada pelo autor ou pelo mentor da obra, no que ao combate diz respeito. Aí podemos encontrar referências à disposição da infantaria, desde o seu equipamento até ao seu número; aborda também a composição dos *katáphraktoi*, unidades de cavalaria pesada que envergavam um tipo de armadura lamelar (*klibánion*) que lhes cobria a quase totalidade do corpo; estabelece igualmente os preceitos ideais para o funcionamento dos acampamentos, passando pela sua organização interna e indo ao pormenor da localização do estandarte do general do exército, a partir do qual se deverão colocar os estandartes pertencentes aos demais oficiais e *stratēgói*; por fim, no capítulo VI, tece algumas considerações relativas aos espíões e à forma de os descobrir quando eles tentassem misturar-se com as restantes tropas<sup>22</sup>.

O tratado *De velitatione bellica* ou *Perì paradromés* destaca-se do universo aqui apresentado, desde logo pela temática que aborda. Quando falamos sobre o exército bizantino, sobre a sua organização militar e sobre as batalhas que travou, associamo-lo às compactas

---

<sup>20</sup> Eric McGeer, *Sowing the Dragon's Teeth – Byzantine Warfare in the Tenth Century*, Washington, Dumbarton Oaks, 2008, p. 80.

<sup>21</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Washington, Dumbarton Oaks, 1985, p. 241.

<sup>22</sup> Eric McGeer, *Sowing the Dragon's Teeth – Byzantine Warfare in the Tenth Century*, pp. 12-59.

formações dos *tágmata* ou às cargas de cavalaria pesada que esmagavam o inimigo com a mesma facilidade com que o martelo bate na bigorna. Não imaginamos um conjunto de tropas estacionadas na fronteira, na maioria das vezes em regiões montanhosas e de difícil acesso e que, durante grande parte do ano, se dedicavam à agricultura e à pastorícia. Este tipo de guerra, adaptado ao tipo de forças que compunham os *témata* e que nos dias de hoje poderíamos designar de “guerrilha”, advém da necessidade de conjugar as vantagens que a orografia do terreno oferecia com as tropas disponíveis, conseguindo o equilíbrio de forças que os números não podiam proporcionar. Trata-se da guerra travada na região dos Montes Tauro, uma zona de elevada importância geoestratégica por ali se localizarem as chamadas “Portas da Cilícia”, cujo controlo permitia alcançar o coração da Anatólia e ameaçar a capital do império, Constantinopla.

A análise de uma obra deste género tem necessariamente de nos levar a debruçar-nos sobre as relações entre Bizâncio e o Islão, de modo a que seja possível compreender a evolução do conflito no geral e, sobretudo, o embate entre os Bizantinos e a dinastia dos Hamdânidas, liderados pelo emir de Alepo, Sayf al-Dawlah, numa luta pela posse de uma região que permitia dominar todo o corredor sírio-palestiniano e, mais a norte, a região da Mesopotâmia, até ao rio Eufrates. Por si só, os elementos acima enunciados já seriam suficientes para justificar o estudo deste tratado militar. Mas existe um outro motivo que toma precedência em relação aos demais: a reabilitação, a título póstumo, do nome de Nicéforo Focas, assassinado pelo seu sucessor João Zimisce e que é retratado pela historiografia bizantina segundo duas versões: a do grande líder militar e a do ditador. Ainda relacionada com este ponto, encontra-se subjacente uma tentativa de legitimação dinástica do clã Focas, procurando associar os feitos e o serviço prestado pelos antepassados do imperador a alguns governantes de boa memória, como Leão VI.

A figura de Nicéforo Focas, controversa como atrás referimos, está associada a um período importante da história bizantina, referido como a “idade da reconquista”, que viria a lançar as bases para o grande império de Basílio II. Ascendendo rapidamente dentro da hierarquia militar bizantina, foi general de confiança dos *basileis* Constantino VII e Romano II e empreendeu a conquista de Creta, importante base de apoio que permitia lançar operações de larga escala contra a Síria. Contudo, os elevados impostos que lançou, destinados a financiar grandes campanhas militares e a premiar o serviço dos seus soldados, tornaram-no impopular junto do povo. Ainda assim, a sua reputação militar não granjeou grande curiosidade entre os historiadores, tendo sido objeto de dois estudos: a notável obra do bizantinista francês Gustave Schlumberger, intitulada *Un empereur byzantin au dixième*

*siècle*, Nicéphore Phocas, publicada em Paris, em 1890; e, mais recentemente (2013), foi publicado *L'empereur Nicéphore Phocas – Byzance face à l'Islam (912-969)*, da autoria de Charles Personnaz, que embora esteja estruturado de forma interessante, é mais um ponto de partida, destinado à divulgação da figura do imperador junto de um público mais vasto. O espaço temporal que separa a publicação destas duas obras reflete bem a dificuldade sentida durante a realização do presente estudo, uma vez que a bibliografia disponível sobre Nicéforo Focas ou mesmo sobre o *De velitatione bellica* é escassa quando comparada com outras figuras e com outros tratados. Na total impossibilidade de consultar estudos publicados em língua portuguesa, tivemos de recorrer a publicações científicas redigidas em italiano, francês ou inglês, na sua maioria de difícil acesso e inexistentes nas bibliotecas portuguesas. Esta dificuldade, em vez de se tornar num obstáculo tornou-se num desafio. A oportunidade de produzir um trabalho académico sobre a bizantinística e, em particular, sobre a tratadística militar bizantina são um aliciente ainda maior quando observamos o vazio existente na historiografia portuguesa. Não é tarefa fácil, pois na grande maioria das vezes Bizâncio não surge no plano de estudos em História<sup>23</sup>, possivelmente por ser considerada uma realidade distante, exótica e (demasiado) misteriosa, perdendo-se a oportunidade de conhecer a governação de Justiniano, os feitos militares de Belisário ou as diversas particularidades da vida política e religiosa bizantina. Sem qualquer pretensão, a não ser a divulgação deste importante tratado e a curta análise de um importante período da história militar bizantina, esperamos que esta contribuição sirva de base a futuros trabalhos que certamente surgirão nos próximos anos.

Uma vez que não existe nenhuma tradução portuguesa desta obra, iremos utilizar como fontes a versão francesa, traduzida e publicada, pela primeira vez, em 1986, por Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, denominada *Le Traité sur la guérilla de l'empereur Nicéphore Phocas*, assim como a versão inglesa, publicada em 1985 por George T. Dennis, sob a designação *Skirmishing* e inserida na obra *Three Byzantine Military Treatises*. De uma maneira geral, a nossa tentativa passará por decompor o tratado e por abordar todas as vertentes que tornam o *Περὶ παραδρομῆς* uma obra singular dentro da tratadística militar.

---

<sup>23</sup> Apesar deste quadro, há que referir o interesse que tem vindo a despertar, na comunidade académica portuguesa, a produção literária bizantina, sobretudo por parte do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que, sobretudo pela mão do Professor Doutor Frederico Lourenço, tem vindo a incluir seminários de cultura bizantina nos planos de estudo do 2.º e 3.º ciclos.

## 1. Bizâncio e o Islão (634-936)

Designados por *Banu al-Asfar* ou pelo nome genérico de *Rum*, os Bizantinos captaram a atenção dos seguidores de Maomé ainda antes do início da expansão árabe, encontrando-se referidos no Corão os conflitos entre Bizâncio e os Persas. Nessa passagem, faz-se referência à derrota dos Bizantinos contra os Persas, mas adverte-se que, no final, a vitória sorrirá aos primeiros, pois é dever dos Povos dos Livros (monoteístas) derrotar os pagãos (politeístas), o que trará grande alegria aos muçulmanos<sup>24</sup>. A magnitude desta guerra teve ecos na Península Arábica, até porque a Síria, a Palestina e o Egito, ainda sob o controlo do império, confinavam com territórios que faziam parte da esfera de influência árabe. Podemos então referir que o primeiro contacto entre Bizâncio e o Islão foi positivo, marcado pela postura monoteísta bizantina que muito agradava aos muçulmanos e pela reputação do imperador Heráclio, considerado um governante justo e capaz. A influência de Constantinopla sobre o ainda jovem Islão estendeu-se ao modelo governativo adotado, que procurava imitar os formalismos do governo bizantino em áreas tão variadas como a administração, a lei, a língua, o sistema de pesos e medidas e estendendo-se à arquitetura, através da utilização dos modelos e técnicas decorativas utilizadas pelos mestres bizantinos<sup>25</sup>. Em breve este estado de harmonia vivido pelos dois vizinhos viria a alterar-se radicalmente.

A ofensiva muçulmana na Síria iniciou-se em finais de 633. No ano seguinte, as forças imperiais foram derrotadas na Palestina e, apenas um ano mais tarde, Damasco e Emesa já se encontravam sob o domínio árabe. Com as fortificações fronteiriças em grandes dificuldades face à fúria conquistadora do inimigo, o imperador Heráclio viu-se obrigado a recorrer a forças estacionadas no leste e na Arménia, sob o comando do seu irmão Teodoro e do general Baanes (de origem arménia), respetivamente. Esta combinação de forças não decorreu da forma pretendida, com vários desentendimentos entre os comandantes militares e que viria a resultar numa das maiores derrotas sofridas pelo exército bizantino. As movimentações das forças bizantinas e muçulmanas haveriam de conduzi-las ao local onde se travaria uma arrastada batalha, perto do rio Yarmouk. Durante alguns dias, verificou-se um equilíbrio no combate até que, no dia 20 de agosto de 636, as forças bizantinas foram destroçadas e massacradas sem piedade pela cavalaria árabe<sup>26</sup>. Embora a aparente descoordenação, ao nível da cadeia de comando, tenha levado à derrota do exército bizantino, a verdade é que as

---

<sup>24</sup> Nadia Maria El Cheikh, *Byzantium viewed by the Arabs*, Cambridge, Harvard University Press, 2004, pp. 24-31.

<sup>25</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 54-55.

<sup>26</sup> John Haldon, *The Byzantine Wars*, Stroud, The History Press, 2008, pp. 57-58.

circunstâncias em que se deu esta batalha são pouco usuais, quando verificamos que foi ignorado o princípio tradicional de travar uma batalha decisiva apenas quando havia a certeza de que se sairia vitorioso<sup>27</sup>. Este excesso de confiança resultou num elevado número de baixas num exército que rondaria os 20 000 efetivos, salvando-se os que conseguiram escapar em direção a norte, para territórios sob o controlo bizantino. O desfecho da batalha teve profundas repercussões para o império, com a derrota a marcar o fim do domínio sobre a Síria e a Palestina, territórios perdidos de forma irreversível.

Apesar deste revés, o imperador Heráclio procurou conservar todas as praças que fossem possíveis, ordenando aos seus generais que evitassem o confronto em campo aberto e que aproveitassem a solidez oferecida pelas muralhas das suas fortalezas, de modo a ganhar tempo para realizar um contra-ataque que possibilitasse a reconquista dos territórios perdidos durante a ofensiva árabe de 633-636, o que porém não viria a suceder<sup>28</sup>. Pouco havia a fazer a não ser evacuar as forças remanescentes para o norte da Síria e para a Mesopotâmia e, posteriormente, para a linha do Tauro e do Anti-Tauro. Com efeito, os exércitos que tinham operado na Síria, na Palestina e na Mesopotâmia viriam a estabelecer-se na Anatólia, dando origem a diversas divisões que se viriam a designar por *Opsikion*, *Anatolikon*, *Armenikon* e *Thrakesion*<sup>29</sup>.

A partir deste momento e durante aproximadamente dois séculos e meio, o império viu-se remetido à defesa, com os Árabes a saírem vitoriosos na maioria dos confrontos. Com as forças muçulmanas a dominarem já as costas da Síria, seguiu-se o avanço até ao Egito (Alexandria foi tomada em 641), fatores que proporcionaram a construção da primeira frota árabe em Trípoli, no ano de 645. Dotados de meios navais, os Árabes começaram a coordenar os seus ataques através da combinação de meios terrestres e navais, essenciais para o transporte de tropas e víveres e, sobretudo, para atacar as povoações do litoral, que eram o grande objetivo destas expedições<sup>30</sup>. Contudo, a grande derrota sofrida pela frota bizantina junto às costas de Liceia, em 655, por uma força em número superior ao inimigo e comandada pessoalmente pelo imperador Constante II, fez soar os alarmes e viria a culminar no cerco de Constantinopla, iniciado em 674 e que por pouco não resultou na tomada da capital do império. Era necessário criar mecanismos que procurassem resolver estes problemas, o que foi conseguido de duas maneiras: a criação da frota dos *karabisiánoi* e o estabelecimento dos

---

<sup>27</sup> David Nicolle, *Yarmuk 636 AD – The Muslim conquest of Syria*, Londres, Osprey, 1994, p. 88.

<sup>28</sup> Walter Kaegi, *Heraclius, Emperor of Byzantium*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 253.

<sup>29</sup> John Haldon, *The Byzantine Wars*, p. 66.

<sup>30</sup> Hélène Ahrweiler, “L’Asie Mineure et les invasions arabes (VII<sup>e</sup>-IX<sup>e</sup> siècles)”, *Revue Historique*, 227, Paris, Presses Universitaires de France, 1962, pp. 10-11.

*témata*. Criada em finais do século VII ou em inícios do século VIII, esta frota militar veio responder às dificuldades criadas pelos Árabes no mar, constituindo uma força regular, permanente e disponível, comandada por um *stratēgós* e constituída por homens recrutados em zonas do império onde era reconhecida a habilidade dos seus marinheiros (micro ilhas do Egeu, Mar Mediterrâneo...) tornando-se uma verdadeira força de reação rápida destinada a combater a pirataria árabe e a proteger as populações que residiam nas regiões ameaçadas<sup>31</sup>. Na última década do século VII, os *karabisiánoi* deram origem aos *kibirrhaiotai*, estabelecidos na Cária e tendo como objetivo o controlo dos territórios costeiros da Anatólia, formando um *téma* autónomo.

Em finais do século VII, as províncias onde os exércitos que haviam sido retirados da Síria se estabeleceram começam a ser identificadas através do nome da força militar aí estacionada. Num ápice, o antigo sistema estratégico de defesa, que remontava ao século IV e se baseava no princípio da defesa estática do *limes*, com origem no século II, teve de ser abandonado. Nasceram assim os *témata*. Inicialmente, durante o reinado do imperador Heráclio, ainda existiu a tentativa de controlar as passagens montanhosas de modo a impedir, ou pelo menos dificultar, a passagem do inimigo, estratégia que não viria a ser bem-sucedida devido ao abandono da Cilícia. A partir deste momento, abandonou-se o tipo de guerra tradicional, em que os exércitos se enfrentavam em campo aberto, e as forças presentes na fronteira começaram a utilizar táticas menos convencionais, como as emboscadas e os ataques surpresa, às quais podemos atribuir a designação de “guerrilha”. As regiões de fronteira, onde se praticava este tipo de guerra, tornaram-se muito suscetíveis a raides que incapacitavam o tecido económico e acentuavam a quebra demográfica, transformando-se paulatinamente em terra de ninguém ou zonas-tampão, encurraladas entre áreas dominadas por Bizantinos e Árabes. A ação de atrito constante praticada pelas tropas bizantinas foi determinante, ao impedir que os árabes estabelecessem bases permanentes a norte e a oeste do Tauro e do Anti-Tauro; e mesmo quando, ocasionalmente, conseguiam tomar algum forte ou povoação, tinham que retirar devido ao perigo que representava o corte de linhas de comunicação e abastecimento. Nos finais do século VIII, o sistema dos *témata* foi complementado com o estabelecimento das *kleisourai*, unidades administrativas independentes e de dimensão reduzida, comandadas pelos *kleisourárchai*. O sucesso de algumas destas *kleisourai* face ao invasor árabe garantiu-lhes a elevação a *téma*<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Hélène Ahrweiler, *Byzance et la mer: la marine de guerre, la politique et les institutions maritimes de Byzance aux VIIe-XVe siècles*, Paris, Presses Universitaires de France, Paris, 1966, pp. 19-25.

<sup>32</sup> John Haldon, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, pp. 74-79.

Face às constantes revoltas apoiadas pelos *stratēgói* dos *témata*, sobretudo do *téma* do *Opsikion*, o imperador Constantino V (741-755) criou unidades denominadas *tágmata*. As duas principais (*scholae* e *excubitores*) eram antigos regimentos da guarda, transformados em unidades de cavalaria com cerca de 4000 homens cada e destinadas a acompanhar o imperador em campanha. A outra unidade de cavalaria, chamada *vigla*, de igual composição, também podia ser utilizada em campanha, mas geralmente permanecia na capital, juntamente com os *numera* e os contingentes que defendiam as muralhas. No que diz respeito aos *optimates*, foram colocados na Bitínia e a sua função passava por transportar as bagagens das outras forças durante as campanhas<sup>33</sup>. A criação dos *tágmata* teve três resultados principais: tornou mais difícil a tarefa de conspirar contra o imperador; dotou o império de uma força leal e eficaz que podia ser utilizada em qualquer tipo de campanha; e tornou a Trácia uma província com forte presença militar, o que serviu como elemento dissuasor perante a ameaça eslava. No ano de 746, aproveitando as revoltas internas que consumiam o califado, Constantino V utiliza as suas novas unidades e ataca, praticamente sem oposição, tomando Germaniceia, Doliche e Sozopetra, enviando os cristãos aí residentes para a Trácia, situação que viria a repetir no ano de 751, após a conquista e destruição da fortaleza de Melitene, obtendo assim um vultuoso saque e logrando a captura de um elevado número de prisioneiros. Após algumas escaramuças de resultado incerto, foi acordada uma trégua, que resultou na troca de prisioneiros, em 757<sup>34</sup>.

O império muçulmano, no momento da ofensiva bizantina, já não era aquele que havia empreendido as primeiras conquistas; não dispunha da coesão inicial e, embora existam alguns casos isolados de expansionismo, evidenciava sinais de uma acentuada decadência. Após a morte de Maomé, em 632, o poder temporal passou para as mãos dos califas que lideraram a fase da conquista, que teve como pontos altos a captura da Hispânia visigoda e o cerco de Constantinopla, no ano de 717. A batalha de Poitiers, em 732, acentuou ainda mais esta tendência, materializada no fim do califado Omíada de Damasco, em 750, e no estabelecimento, em Bagdade, do califado Abássida.

No ano de 856, Petronas, *stratēgós* do *téma Thrakesion*, executou uma surtida no Emirado de Melitene, até Amida, no norte da Mesopotâmia. Após resolver problemas internos, Miguel III ordenou a realização de um novo raide contra o Emirado de Melitene, em 859, enviando ainda uma frota destinada a assolar as costas do Egito. Este conflito de parada e resposta continuou no ano seguinte, desta vez com Ali de Tarso a invadir a Capadócia. O

---

<sup>33</sup> Warren Treadgold, *Byzantium and Its Army, 284-1081*, Stanford, Stanford University Press, 1995, p. 28.

<sup>34</sup> Idem, *A History of the Byzantine State and Society*, Stanford, Stanford University Press, 1997, pp. 359-360.

imperador avançou ao seu encontro, mas foi obrigado a retroceder face à ameaça dos Russos que se dirigiam a Constantinopla, diversão que foi de extrema utilidade para os Árabes, que, sem demora, continuaram a sua política de desestabilização no mar, com incursões em Creta, nas Cíclades e no Peloponeso, chegando mesmo a atacar de surpresa Antália, a capital do *téma* dos *kibirrhaiotai*, enquanto por terra chegaram até Sinope, junto ao Mar Negro. Esta situação levou à criação de um novo *téma*, na fronteira. Porém, estes esforços não impediram novas incursões. No verão de 862, um exército comandado pelo califa abássida Al-Musta'in, acompanhado pelo emir de Melitene, saqueou a região da Capadócia. Este último haveria de continuar após a força do califa ter retirado, com o imperador a dirigir-se ao seu encontro a norte de Nazianzos<sup>35</sup>.

Perto de um planalto referido nas fontes árabes como Marj al-Usquf, defrontaram-se as forças bizantinas e o exército árabe. As forças seriam equivalentes em número, com o exército imperial a ser composto por tropas dos *tágmata* e por unidades dos *témata* da Capadócia e do Charsianon. Apesar do resultado da batalha não ter sido conclusivo, as forças bizantinas falharam, na medida em que não conseguiram travar, de forma definitiva, esta incursão, que seguiu até Amisus, junto às margens do Mar Negro. Contudo, e sem nada o fazer prever, os invasores foram emboscados por uma grande força bizantina, sob o comando de Petronas, perto de Lalakaon, na fronteira entre os *témata* da Paflagónia e do *Armenikon*. Segundo a versão do cronista João Skylitzes, ao receber as suas ordens, Petronas cavalgou em direção ao Monte Latros, perto de Mileto, para consultar um monge chamado João, reconhecido pela sua virtude. O religioso terá dito ao general bizantino que atacasse as forças árabes, pois tinha Deus como vanguarda, o que fez dispor as suas tropas de modo a que cobrissem todos os pontos importantes para executar a emboscada. Quando o dia raiou (3 de setembro de 863) o emir lançou-se contra as posições ocupadas pelas forças bizantinas sem perceber que se dirigia para uma armadilha montada por Petronas, acabando rodeado por inimigos, o que viria a resultar na morte do emir e na destruição do grosso do seu exército<sup>36</sup>. O exército de Charsianon viria a terminar o trabalho, aniquilando as forças remanescentes que retiravam em direção a Melitene, entre as quais se incluía o filho do emir. Em seguida, os Bizantinos invadiram a Arménia árabe, conseguindo eliminar Ali de Tarso. Esta vitória marcou o início da expansão bizantina para leste.

---

<sup>35</sup> Warren Treadgold, *A History of the Byzantine State and Society*, pp. 450-455.

<sup>36</sup> John Wortley, *John Skylitzes. A synopsis of Byzantine History 811-1057*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010, pp. 100-101.

Basílio I (867-886), apelidado de “Macedónio” por ser natural do *téma* da Macedónia, sucedeu a Miguel III com a idade de 55 anos. Oriundo de uma família de camponeses, cresceu na Bulgária em virtude de ter sido levado pelo *khan* Krum, em 813, conseguindo escapar em 836. Em seguida, dirigiu-se a Constantinopla e construiu uma carreira sólida dentro da hierarquia administrativa bizantina, sendo designado co-imperador por Miguel III. Se bem que os Paulicianos continuassem a efetuar ataques a Nicomédia, Niceia e Éfeso, o novo imperador fez dos Árabes o seu principal foco de atenção. Em 868, enviou duas frotas com reforços, uma para Siracusa e outra para Ragusa, na Dalmácia, com resultados distintos: na Sicília a força expedicionária foi copiosamente derrotada, obrigando o imperador a formular uma aliança com Luís II, rei dos Francos, e com o papa Adriano, enviando a bem sucedida frota da Dalmácia contra Bari, então nas mãos dos Árabes. Contudo, a falta de entendimento entre os aliados levou ao abandono do cerco, por parte dos Bizantinos, em 869.

As relações entre aliados viriam a tornar-se tudo menos amigáveis, com o rei dos Francos a recusar-se a entregar o antigo território bizantino da Calábria, após conquistá-lo aos Árabes. Não restava ao imperador outra solução que não a de criar uma marinha mais forte, o que fez ao recrutar cerca de 4000 marinheiros para servirem na frota imperial. Em 873, os piratas árabes de Creta assolavam impunemente o Egeu, o que levou o imperador a enviar a frota imperial, sob o comando de Nicetas Ooryphas, ao seu encontro, desbaratando-os junto às costas de Cardia, na Trácia. Um ano mais tarde, os Árabes saqueavam a região oeste do Peloponeso. Ao receber esta notícia, Nicetas zarpou de Constantinopla, atravessou o Istmo de Corinto e derrotou os Árabes junto ao golfo com o mesmo nome. No ano de 875, pondo fim a um antigo acordo com os Árabes, Basílio I envia a frota imperial para Chipre, toma a ilha e incorpora-a no império transformando-a num *téma*. Entretanto, em Itália, Bari cai em 876 e é incorporada no *téma* da Cefalónia. Siracusa é bloqueada pelos Árabes em 877 e, apesar dos pedidos de ajuda do comandante da Sicília, só na primavera seguinte são enviados reforços que não chegam a tempo de impedir a tomada da cidade pelos Árabes, resultando na perda da mais importante fortaleza da ilha, o que limitou a presença bizantina a uma pequena faixa costeira<sup>37</sup>.

Nos anos seguintes continuamos a assistir a grandes campanhas bizantinas contra territórios árabes. Al-Tabari, historiador árabe contemporâneo dos eventos, relata-nos vários episódios destas campanhas, com uma periodicidade quase anual: no início de 879 os bizantinos invadem o Emirado de Tarso com uma força a rondar os 30 000 homens, chegam a

---

<sup>37</sup> Warren Treadgold, *A History of the Byzantine State and Society*, pp. 456-458.

Adana e capturam o antigo governador das marcas fronteiriças que se encontrava refugiado no *ribat*, infligindo cerca de 1400 baixas ao inimigo; em 882, o imperador põe cerco a Melitene, é rechaçado e o autor afirma, por certo com algum exagero, que foram mortos mais de 10 000 homens no lado bizantino; no ano seguinte, nova campanha contra Tarso, com as forças bizantinas a sofrerem uma pesada derrota e os *stratēgoí* dos *témata* da Capadócia e da Anatólia a tombarem durante o combate, curiosamente travado durante a noite (tal como aconselha o autor de *De velitatione bellica*), neste caso por iniciativa do comandante árabe, o eunuco Yazaman<sup>38</sup>. Mais para ocidente a situação estava longe de estar estabilizada. Após tomarem Siracusa, os Árabes continuaram a efetuar raides no sudeste da Itália, no Peloponeso e nas Ilhas Jónicas, com o imperador a enviar a frota imperial, sob o comando do drungário Nasar, para anular a ameaça, o que sucederia perto de Methoni. Em seguida, desembarcou em Régio, juntou as suas tropas com outras que haviam sido enviadas da Trácia e da Macedónia e expulsou os Árabes de algumas povoações, logrando a conquista de Tarento. No Mediterrâneo oriental, inverteram-se os papéis e Basílio foi obrigado a reconhecer o domínio conjunto sobre o Chipre, depois de uma bem-sucedida ofensiva árabe. Ainda assim, a situação era bastante confortável quando comparada com os séculos anteriores.

Se, no plano externo, a situação não era grave, no plano interno era a vez de as vicissitudes próprias da política bizantina entrarem em cena. O herdeiro de Basílio, Constantino, morreu de forma inesperada e o imperador fez coroar o próximo na linha de sucessão, o seu filho Alexandre, embora Leão, possivelmente um filho ilegítimo de Miguel III, já tivesse recebido a coroa... Os problemas aumentaram quando Leão completou 16 anos e foi necessário proceder à tradicional escolha da noiva. Para desagrado de Leão, a escolha da sua mãe Eudocia recaiu sobre Teófano, uma parente por quem o jovem não nutria qualquer simpatia. É então que Eudocia morre e o infeliz casamento de Leão começa a deteriorar-se, com a tensão entre o imperador e o seu filho a atingir níveis elevados, após Teófano se ter queixado ao sogro sobre a amante do marido, Zoe Zautzina. Como consequência imediata desta situação, Leão foi veementemente repreendido pelo pai e Zoe foi afastada da corte e acabou por casar. Como se não bastasse, um ano depois, Teodoro Santabareno acusou Leão de atentar contra a vida do imperador, sem grande fundamento mas com alguma aceitação por parte do *basileús*. Não querendo ouvir os argumentos do filho, Basílio mandou exilar e remover os olhos aos possíveis aliados de Leão, retirou-lhe as insígnias imperiais e confinou-o ao palácio. A sua libertação só foi conseguida devido à intervenção do patriarca de

---

<sup>38</sup> Alexander Vasiliev, *Byzance et les Arabes: La dynastie Macédonienne (867-959)*, Tomo II, Bruxelas, Éditions de l'Institut de Philologie et d'Histoire Orientales et Slaves, 1950, pp. 7-9.

Constantinopla e do Senado, mas ainda a tempo de ouvir o imperador, vergado pela doença, designá-lo como seu herdeiro e sucessor<sup>39</sup>.

Os primeiros anos do reinado de Leão VI foram ocupados com a campanha na Itália, em particular na região da Lombardia, onde viria a tomar Benevento, em 891. Quem aproveitou a ausência da frota imperial, ocupada no cenário italiano, foram os Árabes que, em 892, assolaram o Peloponeso, as ilhas do Egeu e a ilha de Samos, capturando o seu *stratēgós*. Durante os anos seguintes, Simeão da Bulgária não deu tréguas a Bizâncio, deixando o império em dificuldades e colocando os Árabes em segundo plano. Todavia, depressa regressariam à agenda do imperador. Entre 897 e 899, as forças bizantinas sofreram graves reveses às mãos dos Árabes de Tarso, que saquearam a capital do *téma* da Capadócia, em Corum, derrotaram uma frota imperial e devastaram, por terra, o *téma* dos *kibirrhaiotai*. Estes acontecimentos podem ter servido como elemento catalisador para o período que se seguiu, conhecido como o período da «reconquista bizantina» e onde o império resgatou o brilho perdido desde a morte de Justiniano. Logo na primavera de 900, o imperador enviou um exército contra o Emirado de Tarso, invadiu a capital e capturou o emir. No ano seguinte, uma frota árabe sob o comando de Damião de Tarso, um cristão, saqueou o porto de Demetrias, na Grécia, enquanto em Régio os Árabes da Sicília empreendiam idêntica tarefa. Tal facto não impediu Leão de enviar, no ano de 901, duas forças: uma para a Arménia e a outra contra o emirado de Tarso, seguindo até ao Eufrates.

Estas campanhas enfraqueceram o dispositivo fronteiriço árabe e permitiram a anexação de alguns territórios, posteriormente incluídos na nova *kleisoûra* de Sebasteia, ou então englobados nos *témata* já existentes. No ano de 903, os Árabes cercaram Tessalónica, a segunda cidade do império, saquearam-na e mataram cerca de metade da população, naquela que foi uma pesada derrota para a moral bizantina. Como resposta, o imperador envia o general Andrónico Ducas, que saqueia a região de Germaniceia e derrota os Árabes de Tarso, em finais de 904. Após longas negociações, são acordadas tréguas e é encetada uma troca de prisioneiros. Entretanto, em Constantinopla, Leão procurava legitimar o seu filho Constantino como herdeiro ao trono, necessitando para isso de contrair matrimónio com a mãe deste, Zoe Carbonopsina. Perante isto, o patriarca Nicolau, que se opunha ao quarto casamento do imperador, e o general Andrónico Ducas, que ambicionava o trono, uniram forças com a intenção de depor Leão VI. A conspiração foi descoberta e o general refugiou-se no *téma* da Anatólia juntamente com os seus seguidores, abortando a troca de prisioneiros previamente

---

<sup>39</sup> John Wortley, *op. cit.*, p. 163.

acordada com os Árabes e impedindo a junção de forças com o drungário da frota, Himério. Consciente de que o imperador havia descoberto a sua implicação na conspiração, o patriarca Nicolau relutantemente aceita batizar o filho do imperador, ao mesmo tempo que a diplomacia bizantina solicita a intervenção do papa Sérgio III, através da obtenção de uma dispensa que legitimasse o quarto casamento do imperador<sup>40</sup>.

Os anos seguintes foram bastante favoráveis ao *basileús*. Apesar do ataque russo a Constantinopla no ano de 907, que Leão logrou conter subornando o seu líder, conseguiu coroar o seu filho como imperador e viu efetivada a troca de prisioneiros com os Árabes, interrompida pela rebelião de Andrónico Ducas. Simultaneamente, perdoou alguns dos seguidores que haviam acompanhado este general, entre os quais se incluía o filho deste, Constantino, e nomeou-os para importantes comandos na frente oriental. Como retaliação pelo ataque árabe a Tessalónica, enviou o drungário Himério contra o porto sírio de Laodiceia, promovendo ainda uma aliança com os líderes cristãos do sul de Itália contra o inimigo comum – os Árabes da Sicília. No Mediterrâneo oriental, Creta continuava a ser um ponto de elevada importância estratégica, o que levou o imperador a organizar uma campanha de grande envergadura, que incluía a frota imperial, navios dos *témata* costeiros, cavalaria dos *scholae* e mercenários russos e arménios. Esta força seria composta por 43 000 homens e 119 navios, com um valor aproximado de 230 000 *nomísmata*! A frota zarpu no outono de 911 e, chegada a Creta, sitiou a capital, Chandax, durante seis meses. Ao receber as notícias sobre o periclitante estado de saúde do imperador, Himério levantou o cerco e dirigiu-se a Constantinopla, sendo surpreendido e severamente derrotado, perto da ilha de Quios, por uma frota enviada pelo califa<sup>41</sup>. Leão VI morreria na primavera de 912, sucedendo-lhe o seu irmão Alexandre, devido à menoridade do seu filho Constantino. Tendo reinando apenas durante um ano e um mês, não existem grandes feitos associados à sua governação, que ficaria marcada pela sua recusa em pagar as contribuições previamente acordadas com Simeão da Bulgária, resultando no reatamento do conflito militar.

No seu leito de morte, Alexandre designa o seu sobrinho Constantino como sucessor e nomeia sete regentes que deveriam administrar o império até à sua maioridade, excluindo a sua mãe, Zoe Carbonopsina, do processo. A anarquia que se seguiu, com várias tentativas de golpe de Estado, foi aproveitada pelos Árabes, que saquearam a Anatólia e capturaram o rei da Arménia. Em 914, Zoe Carbonopsina assumiu o papel de regente e, em 915, forças bizantinas derrotaram exércitos árabes provenientes de Tarso, Germaniceia e Samosata.

---

<sup>40</sup> Warren Treadgold, *A History of the Byzantine State and Society*, pp. 463-468.

<sup>41</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 469-470.

Entretanto, na guerra contra os Búlgaros, destacavam-se duas figuras: Leão Focas e Romano Lecapeno. Este último haveria de conseguir tomar o poder, afastando a influência crescente da família Focas e casando a sua filha Helena com Constantino, tornando-se assim *basileopator* e relegando o filho de Leão VI para terceiro na linha sucessória. Durante o seu reinado (919-944), o conflito com os Árabes voltou a assumir elevado protagonismo nas regiões fronteiriças do oriente, cabendo ao *domestikós scholae* João Curcuas a realização de operações em grande escala, como a que efetuou em 933, onde conquistou ou destruiu todos os fortes em redor de Samosata e Melitene, culminando com a tomada desta última, no ano seguinte<sup>42</sup>.

O ano de 936 marca um ponto de viragem neste conflito. Perto de Samosata, João Curcuas lidera as primeiras forças bizantinas que entram em contacto com aquele que viria a ser a *némesis* de Bizâncio durante grande parte do século X e o grande rival de Nicéforo Focas – o hamdânida Sayf al-Dawlah, a “espada da dinastia”.

---

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, p. 481.

## 2. Némesis: os Hamdânidas

Ao contrário de outros tratados que referimos anteriormente, o *De velitatione bellica* é muito claro na identificação do inimigo contra o qual se destina o tipo de guerra que aborda. Logo na introdução, o autor refere que o método que apresenta, que mais à frente analisaremos em pormenor, era utilizado quando tudo corria a favor dos habitantes da Cilícia e de Hamdan<sup>43</sup>, remetendo-nos para uma situação concreta do passado e que já não era atual na altura em que o tratado foi redigido. Hamdan é o nome pelo qual Sayf al-Dawlah, emir de Alepo, era vulgarmente conhecido entre os Bizantinos. Este habilidoso governante árabe era neto do fundador da dinastia Hamdânida, Hamdan Ibn Hamdun, e conseguiu criar um Estado independente na região compreendida entre o rio Tigre e o rio Eufrates, na Mesopotâmia Superior, denominada al-Jazira; corresponde a territórios atualmente pertencentes à Síria e ao Iraque, constituindo uma barreira entre o mundo muçulmano e a ameaça bizantina, a oeste. A localização geográfica dos seus domínios tornava o emir de Alepo o principal interlocutor da política na região, controlando as rotas em direção ao Golfo Pérsico, à Anatólia, ao Irão e ao Mediterrâneo. Por outro lado, funcionava como um Estado tampão e impedia que o expansionismo bizantino se dirigisse em direção a Jerusalém ou a Bagdade. Importa, em primeiro lugar, analisar em que circunstâncias o segundo filho do emir de Mossul conseguiu criar este Estado.

Aproximadamente no ano de 933, a expansão bizantina ameaçava perigosamente os territórios árabes nas regiões da Mesopotâmia e do norte da Síria, forçando algumas tribos nômadas que se dedicavam à pastorícia a alterar os seus movimentos migratórios, com influência na vida política da região. No sul da Arménia, Bizâncio atemorizava o pacífico enclave tribal aí estabelecido e, mais a oeste, o seu crescimento militar impedia que as tribos do norte da Síria e das áreas a leste dos Montes Tauro pudessem usufruir das planícies da Anatólia, um importante local de pastagem dos seus rebanhos. A pressão exercida pelos Bizantinos sobre o norte da Síria provocou inúmeras revoltas entre as tribos árabes, com os Banu Habib a reivindicar as suas pretensões territoriais junto dos Hamdânidas, com o apoio velado do império<sup>44</sup>.

O manto de retalhos que constituía o mundo árabe também não favorecia a criação de um novo Estado com base em Alepo. No Egito, os Ikhshiditas há muito que pretendiam

---

<sup>43</sup> Cf. George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, p. 147; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, p. 16.

<sup>44</sup> Ramzi Birkhazi, *The Hamdanid Dynasty of Mesopotamia and North Syria 254-404/868-1014*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Michigan, 1981, pp. 454-455.

expandir os seus territórios para o norte da Síria, procurando atuar como protetores das cidades sírias, embora sem nunca quererem dominar efetivamente o território, uma vez que isso iria colocá-los frente a frente com as forças bizantinas, o que não era, de todo, aconselhável. Este desinteresse foi abalado quando Ibn Ra'iq chegou a Damasco em 939 e procurou expandir-se para a Palestina, originando um conflito que terminou com o reconhecimento da sua soberania sobre o norte e o centro da Síria e, em retorno, com o estabelecimento de uma zona tampão na Palestina, sob o controlo dos Ikhshiditas. Pouco tempo depois, esfumou-se a hipótese de se estabelecer o califado em Damasco sob a proteção do Egito, um vazio de poder que foi aumentando as probabilidades destes territórios recaírem na esfera de influência dos Hamdânidas. Foi sem surpresa que Sayf al-Dawlah entrou em Alepo em outubro de 944, convidado a ocupar a cidade pelos líderes das duas fações dos Kilabitas que a governavam, tendo optado por escolher a facção de Abu al-Fatah. Sem demora, Sayf al-Dawlah ocupou-se de fazer valer a sua soberania sobre este território, agindo de forma independente e subvertendo práticas que se encontravam instituídas pelo califado abássida, demonstrando desde o início que não lhe prestava vassalagem nem agia de acordo com os interesses dos chefes das tribos locais<sup>45</sup>.

Para assegurar a sua posição e conseguir unificar os emirados fronteiriços sob a sua égide, o que só viria a suceder no ano de 947, foi necessário impor o seu domínio sobre os príncipes arménios, arrasando a região de Taron e conquistando a sua capital, acabando por conseguir que estes aceitassem a presença de guarnições árabes nas suas fortalezas<sup>46</sup>. Em seguida, entrou em conflito aberto com os Ikhshiditas, que exerciam uma suserania nominal sobre o norte da Síria. Face ao ascendente do inimigo, Sayf al-Dawlah aceitou suspender as hostilidades e assinou um tratado que lhe garantia o domínio efetivo de Emesa<sup>47</sup>, enquanto Damasco permanecia sob o domínio de al-Ikhshid, sendo pago um montante anual ao emir de Alepo como compensação<sup>48</sup>. Na Cilícia, os habitantes de Tarso enfrentavam numerosos contingentes bizantinos e viam-se privados da sua ligação com o Egito, não lhes restando outra opção que não reconhecer a soberania hamdânida, mas sem perder a sua autonomia. Sayf al-Dawlah tornou-se, assim, o responsável pela primeira linha de defesa da fronteira entre Bizâncio e o Islão.

---

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 605-608.

<sup>46</sup> Charles Personnaz, *L'empereur Nicéphore Phocas – Byzance face à l'Islam (912-969)*, Paris, Belin, 2013, p. 75.

<sup>47</sup> Atual Homs, na Síria.

<sup>48</sup> Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, p. 615.

A tarefa adivinhava-se difícil, pois o império estava melhor preparado do que nas centúrias anteriores. No século IX, procedeu ao reforço das fortalezas dos *témata* centrais da Ásia Menor e melhorou o aparelho logístico, com ligações à Síria, à Mesopotâmia e às fronteiras da Arménia. Mais importante do que isto, conseguiu um notável aumento demográfico em áreas de elevada capacidade produtiva da Anatólia, organizando a defesa da fronteira sem recorrer aos corpos de exército estacionados perto de Constantinopla<sup>49</sup>. Esta descentralização dos meios de defesa possibilitou que a resposta fosse mais rápida, com um eficaz sistema de transporte e armazenamento de provisões, que não só agilizava a defesa contra as incursões efetuadas pelos Árabes como possibilitava a realização de ações de curta duração contra os territórios fronteiriços com uma elevada economia de meios humanos e materiais.

De início, a estratégia árabe, que consistia em manter uma linha dupla de fortificações, parece ter tido pouco acolhimento junto de Sayf al-Dawlah. Este sistema defensivo havia sido concebido por al-Rashid após a tentativa falhada de tomar Constantinopla, em 781, numa época em que os Árabes levavam a melhor sobre os Bizantinos. Durante quase dois séculos, serviu para conter a resposta bizantina aos raides efetuados no seu território, ao mesmo tempo que confinava a guerra a áreas remotas da Síria e da Mesopotâmia, afastando-a dos grandes centros urbanos e impedito assim danos significativos no seu aparelho produtivo e comercial. Todavia, em meados do século X, já não conseguia corresponder às exigências que a pressão militar bizantina impunha. A sua grande vantagem continuava a residir na proteção que conferia aos exércitos árabes no momento em que se retiravam de solo bizantino, cobrindo a sua retaguarda e facilitando a passagem da fronteira. O emir parece ter ignorado as regalias que estas linhas defensivas lhe proporcionavam, respondendo de forma pouco enérgica à tomada de algumas fortalezas que a compunham; em vez disso, optou por realizar incursões que penetravam bem no interior do território inimigo, dirigindo a sua ação contra postos avançados do exército bizantino, simultaneamente pontos de defesa e de ataque. Esta estratégia tinha como objetivo enfraquecer paulatinamente o império, numa ação de desgaste contínuo, até que fosse possível desferir o golpe decisivo. O grande problema residia na natureza destes raides, na sua maioria conduzidos por chefes tribais locais, sem qualquer coordenação ou apoio dos grandes centros de decisão do mundo árabe; tão pouco se

---

<sup>49</sup> Idem, *Ibidem*, p. 706.

procurava executar ataques conjuntos e simultâneos, à imagem do que se havia realizado no passado<sup>50</sup>.

Com exceção de Tarso, poucas eram as cidades que podiam contribuir com forças significativas, e as tribos nômadas eram pouco fiáveis. A unificação da Mesopotâmia e do norte da Síria sob o governo de Sayf al-Dawlah permitiu que a resposta árabe fosse realizada a uma só voz, se bem que existia a consciência de que seria impossível assegurar a defesa do vasto território que compreendia a fronteira, o que limitou o teatro de operações a áreas bastante restritas. Em finais de 949, Sayf al-Dawlah saiu de Alepo e deslocou-se em direção a Mayyafariquin, onde chegaria três meses depois. Os motivos desta visita não são claros, embora possam estar relacionados com questões familiares, mas o que parece certo é que criou alguma expectativa no sentido de estar eminente uma grande ofensiva contra território bizantino, suspeita alimentada pela mobilização do seu exército e pela revogação de um acordo que havia sido alcançado entre o império e os habitantes de Edessa, onde se previa a suspensão de ataques bizantinos à cidade<sup>51</sup>.

No momento em que o emir entra em Mayyafariquin, surge uma delegação bizantina, enviada para negociar a paz. A assinatura de um tratado de paz não era vista com bons olhos pelo povo nem pela corte, o que poderia colocar em causa a imagem que Sayf al-Dawlah queria transmitir, como defensor da verdadeira fé; por outro lado, sabia que não podia combater em muitas frentes simultaneamente, tornando-se importante salvaguardar os seus interesses na fronteira com a Arménia. Verificando que o emir se dispunha a assinar o tratado, Marwan al-Uqayli interrompeu a reunião e matou os enviados bizantinos. Apercebendo-se da gravidade da situação, Sayf al-Dawlah apressou-se a oferecer um pagamento em dinheiro como compensação, mas o imperador Constantino VII (945-959) rejeitou a oferta e exigiu a entrega do culpado, o que não aconteceu, levando à quebra das negociações<sup>52</sup>. Como retaliação, o imperador enviou Leão Focas, irmão de Nicéforo, contra a fortaleza de Buqa<sup>53</sup>.

Um dos fatores que mais parece ter contribuído para o sucesso inicial de Sayf al-Dawlah parece ter sido a justificação da guerra como defesa da religião, a *jihad*. O conceito não era novo e remonta, pelo menos, ao século VIII<sup>54</sup>. Utilizando habilmente os meios que

---

<sup>50</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 707-709.

<sup>51</sup> Segundo Yahya de Antioquia, este episódio terá ocorrido no ano de 944, quando também se procedeu à libertação de duzentos prisioneiros árabes. Cf. Ivan Kratchovsky e Alexander Vasiliev, “Histoire de Yahya ibn-Sa’id al-Antaki, continuateur de Sa’id ibn-Bitriq”, *Patrologia Orientalis*, 18, Paris, Firmin Didot, 1928, p. 732.

<sup>52</sup> Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, pp. 709-715.

<sup>53</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 95.

<sup>54</sup> *Vide*, por exemplo, Roy Parviz Mottahedeh e Ridwan al-Sayyid, “The Idea of Jihad in Islam before the Crusades”, *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World*, Washington, Dumbarton Oaks, 2001, pp. 23-29.

tinha ao seu dispor, depressa disseminou pelo mundo muçulmano a ideia que era no norte da Síria e na região da Cilícia que tinha de ser travado o combate pela sobrevivência da religião, cabendo-lhe a liderança das forças árabes contra o invasor bizantino. O poeta al-Mutanabbi, protegido do emir, produzia poemas que se destinavam a propagar estas ideias pelo povo, retratando Sayf al-Dawlah como o defensor de Deus, o terror dos “Gregos” e o protetor dos Árabes<sup>55</sup>. Este prestígio foi aumentando, o que se traduziu na vinda de muitos voluntários muçulmanos (*ghazis*) para a zona de fronteira, engrossando os exércitos hamdânidas e participando ativamente na defesa das fortalezas.

Havia chegado a altura de passar à ofensiva e colocar em prática os princípios idealizados pelo emir de Aleppo. Em 950, sai da capital do emirado e embarca numa operação conjunta com os Árabes da Cilícia, com a força a totalizar cerca de 12 000 homens, aos quais se somavam os auxiliares das tribos regionais. Junto à fronteira, as forças unem-se e entram em território bizantino, atravessando os Montes Tauro e penetrando no *téma* do Charsianon. Em seguida, ocupam algumas povoações sem grande importância estratégica e continuam até atingir a pequena povoação de Tsamandos, na estrada que ligava Melitene a Cesareia, logrando perturbar um dos principais eixos viários que ligavam a Síria e a Mesopotâmia, aterrorizando as populações locais e dedicando-se à pilhagem. Não é claro que o seu objetivo passasse por tomar Charsion Kastron, a capital do *téma* do Charsianon; o seu propósito parecia ser o de provocar um confronto com a força comandada por Leão Focas, *stratēgós* do *téma* da Capadócia, que há muito seguia os passos do invasor, limitando a sua ação. Ao ver o inimigo retirar, Leão Focas imprudentemente abandona a sua posição e coloca-se no seu encalço, desconhecendo que Sayf al-Dawlah estava informado das suas movimentações, acabando os Bizantinos por sofrer uma pesada derrota num local denominado Batn al-Luqqan<sup>56</sup>.

Enquanto retiravam, as forças árabes dividiram-se em vários grupos, com o exército hamdânida a retirar pela passagem de Hadath, onde foi surpreendido pela presença de uma força bizantina numericamente superior<sup>57</sup>. Yahya de Antioquia refere que todos os muçulmanos que acompanhavam o emir foram mortos, feridos ou feitos prisioneiros, tendo

---

<sup>55</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, pp. 317-320.

<sup>56</sup> As fontes identificam o comandante das forças bizantinas como *domesticus*. Nesse caso o comandante seria Bardas Focas e não o seu filho Leão. Ramzi Birkhazi não é da mesma opinião, o que parece fazer algum sentido, pois o pequeno contingente bizantino deveria ser comandado pelo *stratēgós* do *téma* e não pelo *domesticus scholae*, responsável por um maior número de tropas. Cfr. Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 124 e Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, p. 718

<sup>57</sup> Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, pp. 716-719.

este conseguido escapar com alguns guerreiros que o acompanhavam<sup>58</sup>. Este revés não desmoralizou os Árabes, que nos anos seguintes continuaram as suas campanhas de pilhagem, realizadas através de ataques rápidos que surpreendiam as defesas bizantinas, alguns deles com uma audácia assinalável, como o que a seguir se relata.

Na primavera de 956, o emir lançou um raide contra as fronteiras do império, tendo como objetivos a acumulação de um saque considerável e a criação de uma manobra de diversão que permitisse aliviar os seus territórios da pressão exercida pelos Bizantinos numa área não muito distante da sua capital, Alepo. O distrito de Anzitene, recentemente incorporado no *téma* da Mesopotâmia, era o alvo pretendido, uma vez que era uma zona de elevada riqueza económica e, em termos estratégicos, garantia o controlo do acesso à Arménia, pelo sul, através do Eufrates. Quem dominasse esta região assenhoreava-se de uma importante base de apoio que podia servir de plataforma ofensiva, em qualquer direção. Após ter recebido a informação de que o governador militar de Anzitene se encontrava ausente da região, em campanha mais a norte, Sayf al-Dawlah reuniu as suas tropas e, a 28 de abril, entrou na cidade de Harran e negociou o apoio de Banu Numair, um chefe beduíno local. Doze dias depois de deixar Alepo, já se encontrava a norte, próximo das planícies de Anzitene, junto ao Lago Thospitis, onde acampou. Utilizando a área como base de operações, dedicou-se à pilhagem e à devastação das áreas rurais, conseguindo acumular um saque considerável e bastantes cativos. Num ato ousado, chegou mesmo a pilhar a capital da província, Harput, destruindo a residência do governador. Em três semanas, tinha conseguido causar elevados prejuízos, materiais e humanos, desarticular a cadeia defensiva bizantina e aumentar o nível de insegurança das populações locais, que começaram a procurar abrigo em zonas mais seguras, no interior<sup>59</sup>.

A situação viria a alterar-se radicalmente a partir de 957; dois anos antes fora designado, como *domestikós scholae*, Nicéforo, filho de Bardas (do clã Focas), substituindo o seu pai no cargo. Como qualquer jovem bizantino oriundo da nobreza, Nicéforo foi confiado em tenra idade a um perceptor, que o introduziu na aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo. Desconhecemos se terá prosseguido os seus estudos, mas alguns autores referem uma capacidade inata para falar com os soldados, o que poderá indicar que terá tido alguma instrução no domínio da retórica. A sua formação nunca estaria completa sem a necessária introdução ao mundo da guerra, exercitando-se a cavalo e dominando o tiro com arco, o

---

<sup>58</sup> Ivan Kratchovsky e Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 768.

<sup>59</sup> John Haldon, *The Byzantine Wars*, pp. 97-142.

manejo da lança, da espada e da maça de armas<sup>60</sup>. Este homem que enfrenta Sayf al-Dawlah é um comandante bem preparado. Tem uma vasta experiência, cimentada por dez anos como *stratēgós* do *téma* da Anatólia, está bem familiarizado com as táticas empregues pelo emir de Aleppo, conhece bem o território onde este se move e sabe o que tem de fazer para erradicar o seu poder no norte da Síria.

Para serem bem-sucedidos, os Bizantinos tinham de utilizar outra estratégia que não a que empregavam habitualmente e que consistia em ataques punitivos como resposta aos raides muçulmanos. Era necessário ser mais agressivo e objetivo, através da utilização de táticas ofensivas assentes no confronto direto, na superioridade numérica e na cavalaria pesada. O teatro de operações era a Cilícia, que funcionava como plataforma para as incursões árabes em território bizantino, com as cidades de Tarso, Mopsuestia e Adana a servirem como base deste sistema. O avanço bizantino não dava sinais de abrandar e, no ano de 957, cai a importante fortaleza de Hadath; um ano depois, é a vez de Samosata, no norte da Síria, limitando a ação de Aleppo e Tarso, que ainda assim constituíam uma ameaça considerável ao expansionismo do império. Na Arménia, a hábil diplomacia bizantina conseguiu que este território passasse para a sua esfera de influência, devido ao isolacionismo a que estava sujeito, integrando alguns principados arménios em território imperial. Estabilizada a fronteira oriental, os Bizantinos estavam livres para empreender a conquista de Creta e para expandir o seu domínio para sul, na direção da Síria<sup>61</sup>.

A morte do imperador Constantino VII, em 959, parece não ter afetado a preparação para a expedição a Creta que certamente terá sido idealizada durante o seu reinado. Já com Romano II (959-963) como imperador, Nicéforo Focas comanda pessoalmente a expedição a Creta e, chegado à ilha, faz desembarcar rapidamente as suas tropas, devidamente equipadas, para surpresa dos defensores árabes, como relata Leão, o Diácono<sup>62</sup>. Depois de um prolongado cerco, cai a capital, Chandax, em 961. Esta conquista revestiu-se de uma elevada importância, terminando com o principal foco de pirataria árabe no Mediterrâneo oriental e constituindo uma importante base para o lançamento de operações de grande escala em território sírio<sup>63</sup>. Segundo Ostrogorsky, Bizâncio não viria a registar outra vitória desta importância durante séculos<sup>64</sup>.

---

<sup>60</sup> Charles Personnaz, *op. cit.*, pp. 38-40.

<sup>61</sup> William Garrood, “The Byzantine conquest of Cilicia and the Hamdanids of Aleppo, 959-965”, *Anatolian Studies*, Vol. 58, Ankara, British Institute at Ankara, 2008, p. 129.

<sup>62</sup> Alice-Mary Talbot e Denis F. Sullivan, *The History of Leo the Deacon*, Washington, Dumbarton Oaks, 2004, p. 61.

<sup>63</sup> Creta permaneceria sob controlo bizantino até 1204.

<sup>64</sup> George Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, Padstow, Basil Blackwell, 1984, p. 284.

Regressado ao continente, Nicéforo Focas dirige a sua atenção para a conquista da Cilícia, procurando assim enfraquecer o poder do emirado de Alepo. Tornava-se complicado enfrentar, em simultâneo, estes dois inimigos, pelo que foi necessário lidar individualmente com cada um. Tarso tinha quebrado as suas ligações com Sayf al-Dawlah devido aos rumores que circulavam no sentido de este ter negociado um tratado com os Bizantinos onde não se contemplava a Cilícia, situação provavelmente fomentada pelo general bizantino, como forma de semear a discórdia entre os Árabes<sup>65</sup>. Ainda em 961, aproveitando a desconfiança que reinava entre os seus inimigos, Nicéforo ataca Anazarbos, a mais pequena e isolada cidade da Cilícia, e sitia-a. A cidade de Tarso envia uma pequena força para tentar levantar o cerco, mas esta viria ser severamente derrotada, com as fontes árabes a referirem a perda de 5000 homens e a captura de 4000; as muralhas da cidade são demolidas e os seus habitantes procuram refúgio em Tarso<sup>66</sup>. Não existem dados concretos que nos permitam afirmar que todas as cidades tomadas foram guarnecidas com tropas bizantinas, nem parece ter sido esse o propósito desta campanha, que aparenta assentar mais numa tentativa de desestabilização e destruição do sistema defensivo árabe, incapacitando-o. Conforme refere William Garrood, a escolha pouco usual de Anazarbos como primeiro ponto da ofensiva parece sugerir que Nicéforo tentou abrir um caminho em direção a Alepo<sup>67</sup>. Em abril de 962, as forças bizantinas ignoram as enfraquecidas cidades da Cilícia e executam um raide que penetra no interior dos territórios controlados pelos Hamdânidas, atacando as cidades de Duluk, Ra'ban e Ma'rach, mas sem qualquer preocupação de as manter.

O emir de Alepo não quis então deixar de demonstrar que o seu poder não se encontrava enfraquecido e decidiu intervir pessoalmente na Cilícia. Reconstruiu as muralhas de Anazarbos e, em julho de 962, enviou um dos seus comandantes, Qarghawayh, juntamente com forças de Tarso, contra território bizantino; no mês seguinte, enviou o seu *ghulam*, Naja, para Mayyafariqin, numa tentativa de sossegar a população da região de Diyar Bakr, empreendendo a conquista de Hisn Ziyad. A situação não era a mais favorável para os Hamdânidas e Sayf al-Dawlah sabia que não teria outra solução a não ser negociar. Estas negociações terão sido iniciadas em Tarso, ainda durante o mês de julho<sup>68</sup>. Imprudentemente, o emir terá confiado que o desenrolar das negociações impedisse uma grande ofensiva bizantina. Quando se apercebeu do que estava a acontecer, foi tarde demais. Com efeito, uma força composta por 70 000 homens penetrou em território do emirado e, no mês de novembro,

---

<sup>65</sup> Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, pp. 850-854.

<sup>66</sup> Ivan Kratchovsky e Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 784.

<sup>67</sup> William Garrood, *op. cit.*, p. 133.

<sup>68</sup> Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, p. 860.

conquistou Manbij, a maior cidade situada no caminho para Aleppo. Nada se podia intrometer entre a força invasora e a capital. Uma vez que não se havia previsto esta situação, pouca resistência podia ser oferecida aos invasores, com apenas 4000 homens para guarnecer a cidade. A resposta hamdânida também não foi a mais acertada: Sayf al-Dawlah conduziu as suas tropas até Azzaz, a norte de Aleppo, mas retirou sem enfrentar os Bizantinos; Naja, com cerca de 3000 homens, movimentou-se em direção a Antioquia para depois fazer uma inflexão junto de Azzaz e foi derrotado por João Zimisce<sup>69</sup>. Entretanto, o emir procurava oferecer alguma resistência, mas viu-se obrigado a retirar para Balis, perto do rio Eufrates, em finais de 962, com João Zimisce a comandar a perseguição, capturando ou matando um elevado número de príncipes hamdânidas e altos dignitários, entre os quais se incluía Bushra al-Saghir, um importante *ghulam*<sup>70</sup>. Por seu turno, Naja afastou o seu exército para longe de Aleppo e deixou a cidade à mercê de Nicéforo, sem defesa e obrigada a negociar a sua rendição.

As fontes não são unânimes quanto ao que aconteceu em seguida. Yahya de Antioquia argumenta que foi Nicéforo quem rejeitou negociar, por conhecer demasiado bem as debilidades da cidade<sup>71</sup>; outros, como Ibn al-Atir, referem que foram os habitantes da cidade que recuaram ao ouvir as condições impostas pelo general bizantino, onde se estipulava a entrega de 300 rapazes e raparigas que seriam transportados para Constantinopla e vendidos como escravos<sup>72</sup>. Perante este impasse, os Bizantinos entraram na cidade e, durante sete dias, dedicaram-se à pilhagem, matando quem lhes fizesse frente, queimando a mesquita e destruindo o complexo habitacional de Sayf al-Dawlah, tendo conseguido reunir um elevado saque e muitos prisioneiros<sup>73</sup>. A pilhagem de Aleppo causou ondas de choque por todo o mundo muçulmano e originou motins em Bagdade e em Mossul quando a notícia foi recebida<sup>74</sup>. Eclipsava-se o poder dos Hamdânidas.

Contudo, os Bizantinos não haveriam de conquistar a cidade (possivelmente porque a tomada da cidadela implicaria um elevado número de baixas), facto que só viria a suceder em 969. Apesar de Nicéforo se encontrar ausente em Constantinopla, envolvido em manobras políticas que haveriam de o conduzir ao trono (em 963), as campanhas contra os Árabes tiveram poucas interrupções. Já sob o comando do novo imperador, o exército bizantino conquistou importantes cidades na Cilícia, entre 964 e 965, entre as quais Mopsuestia e Tarso,

---

<sup>69</sup> Ivan Kratchovsky e Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 785.

<sup>70</sup> Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, p. 863.

<sup>71</sup> Ivan Kratchovsky e Alexander Vasiliev, *op. cit.*, pp. 786-787.

<sup>72</sup> *Apud* Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, p. 864.

<sup>73</sup> John Wortley, *op. cit.*, p. 243.

<sup>74</sup> William Garrood, *op. cit.*, p. 134.

conseguindo ainda tomar Chipre. Entretanto, Sayf al-Dawlah morre em 967, deixando o emirado enfraquecido e dividido. Consciente da janela de oportunidade que se havia proporcionado, o imperador concentrou a sua atenção no norte da Síria e, em 969, conquista Antioquia e Alepo, convertendo-a num protetorado bizantino sob a orientação de Qarghawayh, um antigo comandante do emir. O tratado estabelecido entre as duas partes previa a renúncia, por parte dos Árabes, aos territórios conquistados pelos Bizantinos a norte e a oeste de Alepo; a restante parte do emirado, que se estendia para leste das montanhas de Nusayriyah até ao limite sul de Saruç<sup>75</sup>, permaneceu independente, mas sujeita ao pagamento de um tributo anual de 700 000 dinares<sup>76</sup>.

A morte de Nicéforo Focas às mãos do seu sucessor, João Zimisce (969-976), em 11 de dezembro de 969, não quebrou o ímpeto bizantino. Entre 970 e 976, os seus exércitos continuaram a expansão para sul, capturando Damasco, Tiberias, Nazaré e Beirute, territórios sob a esfera de influência dos Fatímidas do Egito. É possível que fizesse parte do seu plano conquistar parte do emirado de Mossul, na Mesopotâmia, ou mesmo abrir caminho em direção a Jerusalém<sup>77</sup>. Os Hamdânidas perderam o seu protagonismo como principal força árabe da região após a queda do emirado de Mossul e viram-se forçados a reconhecer a suserania dos Fatímidas sobre Alepo, até que, no ano de 1009, os territórios que compunham o emirado foram formalmente incorporados pelo califa al-Hakim, que nomeou um governador da sua confiança<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> No sul da atual Turquia.

<sup>76</sup> Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, p. 953.

<sup>77</sup> William Garrod, “The illusion of continuity: Nikephorus Phokas, John Tzimiskes and the eastern border”, *Byzantine and Modern Greek Studies*, Vol. 37, n.º 1, Birmingham, Universidade de Birmingham, 2013, p. 21.

<sup>78</sup> Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, p. 980.

### 3. Frente a frente

#### 3.1. O exército bizantino no século X: entre *tagma* e *téma*

O exército bizantino dos séculos IX e X subdividia-se em dois tipos de forças: os *tágmata* e os *témata*. Os primeiros correspondiam aos regimentos de cavalaria estacionados junto a Constantinopla, quatro em número, até à criação dos *Athanatoi* (“Imortais”), por João Zimisce, em 970. Com exceção do *tagma* apelidado de *vigla*, comandado por um drungário, todos os outros *tágmata* eram liderados por um *domestikós*; o seu superior, comandante supremo do exército, era o *domestikós scholae*. Quem providenciava o armamento, o equipamento e o pagamento era o Estado, o que tornava estas unidades na força de choque do poder imperial<sup>79</sup>.

Por oposição aos *tágmata*, encontramos os *témata*, ou seja, as tropas provinciais, provenientes de uma circunscrição administrativa e militar própria – o *téma*. Desde a sua criação, no século VII, até ao seu gradual desaparecimento no século XI, devido à entrada de mercenários nas fileiras do exército, formaram a principal reserva de meios humanos do império. Cada *téma* era comandado por um *stratēgós* que era responsável pelo recrutamento, pelo treino e pela aplicação da justiça; sem dúvida que recaía sobre ele a responsabilidade de controlar o número de efetivos e de providenciar a sua substituição, situação difícil quando analisamos a demografia do império e, sobretudo, das regiões de fronteira. Esta força, quase uma milícia, baseava-se nos *stratiôtai*, homens obrigados a cumprir serviço militar (ou a equipar alguém que o prestasse em seu lugar), devido à posse da *strateía*, isto é, da terra militar. Ao contrário dos que acontecia com os *tágmata*, o equipamento e, se fosse o caso, a compra de um cavalo, eram da responsabilidade dos *stratiôtai*, que ainda assim recebiam compensações quando se encontravam ausentes em campanha<sup>80</sup>.

Este tipo de forças encontrava-se estabelecido há bastante tempo, quando a mudança de postura do império, a partir de Constantino VII, obrigou a algumas alterações. As conquistas, particularmente na parte oriental do território, originaram a criação de novos *témata*, de dimensão mais reduzida, comandados por *stratēgoí* de categoria inferior em relação aos *stratēgoí* dos *témata* de maiores dimensões; ao mesmo tempo, procedeu-se à elevação das *kleisoûrai* ao estatuto de *téma*. Os novos *témata* tornaram-se conhecidos por “*témata* fronteiriços” ou “*témata* arménios”, visto que a maioria da população que compunha

---

<sup>79</sup> Eric McGeer, *Sowing the Dragon's Teeth – Byzantine Warfare in the Tenth Century*, p. 199.

<sup>80</sup> Idem, *Ibidem*, p. 198.

estes territórios era de origem arménia<sup>81</sup>. Para poderem gerar rendimentos que lhes permitissem cumprir com as suas obrigações militares, foram-lhes concedidos pequenos lotes de terra. Na verdade, este novo sistema permitia que o exército bizantino dispusesse de uma força facilmente mobilizável, cuja proximidade em relação às zonas onde se desenrolavam as campanhas facilitava a organização das mesmas<sup>82</sup>.

O aumento do valor necessário para o equipamento dos *stratiôtai* parece estar ligado a uma alteração de natureza fiscal, transformando uma obrigação militar num imposto. Tal pode significar que o exército já não necessitava dos homens do *témata*, até porque sabemos que, a partir de meados do século X, começam a aparecer mercenários nas fileiras. Alguns deles eram verdadeiros soldados da fortuna, atraídos pelo ouro bizantino. Ao descrever a batalha de Hadath, em 954, Ibn Zafir refere que a força bizantina (cerca de 50 000 homens, segundo o autor), era composta por Russos, Búlgaros e Arménios<sup>83</sup>; Abu al-Dahabi, mencionando a mesma batalha, acrescenta ainda a este contingente os Turcos e os Cazaques<sup>84</sup>.

A partir da década de 960, os pequenos *témata*, juntamente com algumas cidades fortificadas, são agrupados sob o comando de um *doûx* ou de um *katépánō*, independentes em relação à administração dos *témata* e superiores hierárquicos dos *stratēgoi* de categoria inferior. Estes novos comandos militares vão formar uma barreira para proteger a nova fronteira dos antigos *témata*, orientados para conduzir ações ofensivas de forma autónoma e de acordo com os seus recursos humanos. O estatuto que estes ducados vieram a atingir diz muito daquilo que foi a política expansionista bizantina durante a segunda metade do século X e a primeira metade do século XI: na década de 970, surgem novas entidades administrativas, com a criação dos ducados de Córdia, Mesopotâmia e Antioquia e com o aparecimento, entre 1000 e 1045, dos ducados de Ibéria, Vaspurakan, Edessa e Ani. No ocidente efetuou-se idêntica tarefa após a destruição do Império Búlgaro, por Basílio II, no ano de 1015, com o estabelecimento dos ducados da Mesopotâmia do Ocidente, de Tessalónica e de Adrianopla; em Itália, concebeu-se um comando similar, para controlar a política agressiva dos Normandos<sup>85</sup>.

---

<sup>81</sup> Sobre a presença de arménios no exército bizantino, durante o século X, ver o artigo de Jean-Claude Cheynet, “Les Arméniens dans l’armée byzantine au X<sup>e</sup> siècle”, *Travaux et mémoires*, 18, Paris, Association des Amis du Centre d’Histoire et Civilisation de Byzance, 2014, pp. 175-192.

<sup>82</sup> Eric McGeer, *Sowing the Dragon’s Teeth – Byzantine Warfare in the Tenth Century*, p. 200.

<sup>83</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 125.

<sup>84</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 243-244.

<sup>85</sup> John Haldon, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, pp. 84-85.

Já abordámos as tipologias do exército bizantino e a evolução administrativa que sofreu durante o século X. Resta-nos agora enunciar a sua composição e organização em campanha, o seu armamento e equipamento bem como a sua disposição tática.

Não é fácil calcular o número exato de efetivos que compunham o exército bizantino pois variam bastante consoante a época. Em termos teóricos, uma unidade de cavalaria de um *téma* era composta por 4000 homens, dividida em duas *toûrmai* de 2000 homens cada, as quais, por sua vez, eram subdivididas em duas *drouggoi* com 1000 homens; pelo seu lado, cada *drouggoi* tinha cinco *banda* com 200 homens e cada *bándon* decompunha-se em dois grupos de 100 *kentarchai*, agrupados em unidades de 50, 10 e 5 homens<sup>86</sup>. Warren Treadgold refere que, antes de Leão VI, os efetivos dos *témata* deviam rondar os 96 000 homens contra 28 000 dos *tágmata*; depois do seu reinado, o número de tropas dos *témata* deveria ter aumentado em 6000 homens<sup>87</sup>. Jean-Claude Cheynet considera estes números extremamente elevados e atribui o exagero à interpretação das fontes árabes em detrimento das bizantinas, contrapondo um número a rondar os 4000 a 5000 homens, no total, para todos os *tágmata*, com o *tagma* dos *scholae*, o mais importante no século X, a contar com 1500 a 4000 efetivos, enquanto que os outros *tágmata* não atingiriam os 1000 homens cada<sup>88</sup>.

De facto, as fontes árabes tendem a exagerar o número dos efetivos bizantinos: em 928 ou 929, João Curcuas marcharia à frente de 300 000 homens, com os quais devastou a região em torno de Hilat e Bitlis<sup>89</sup>; em 938, Bardas Focas terá aparecido junto a Hisn Ziyad à frente de um exército de 200 000 homens<sup>90</sup>; em 954, o mesmo interveniente, lideraria 50 000 homens, sendo derrotado por uma carga de apenas 500 cavaleiros (!), sob o comando de Sayf al-Dawlah<sup>91</sup>. Claro que esta discrepância em relação ao número de efetivos bizantinos é propositada e tem como objetivo minimizar a derrota, demonstrando que o inimigo era muito numeroso, ou então aumentar a reputação de um determinado chefe militar, vitorioso apesar dos números avassaladores do inimigo.

Em campanha, tudo era pensado ao mais pequeno detalhe, desde a ordem de marcha do exército e os itinerários até à escolha do local mais propício para estabelecer o acampamento, passando pelo dispositivo utilizado quando se percorria território hostil. O

---

<sup>86</sup> Idem, *Ibidem*, p. 110.

<sup>87</sup> Warren Treadgold, *Byzantium and Its Army, 284-1081*, p. 110.

<sup>88</sup> Certamente que o número se aproximaria mais dos 1500 ou dos 2000 efetivos para os *scholae*, caso contrário seria impossível atingir o número referido pelo autor. Cf. Jean-Claude Cheynet, “Les effectifs de l’armée byzantine aux X<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> s.”, *Cahiers de civilisation médiévale*, 152, Poitiers, Centre d’Etudes Supérieures de Civilisation Médiévale, 1995, p. 322.

<sup>89</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 237.

<sup>90</sup> Idem, *Ibidem*, p. 121.

<sup>91</sup> Idem, *Ibidem*, p. 125.

imperador Constantino VII, referindo-se às disposições necessárias para uma campanha, escreve:

“O *stratēgós* dos *Thrakēsioi* e o *stratēgós* dos *Anatolikoi* devem juntar-se ao imperador em Malagina. O *domestikós* dos *Scholai*, o *stratēgós* dos *Anatolikoi* e o *stratēgós* de Selêucia devem juntar-se ao imperador em Kaborkin. Se a expedição se dirigir para Tarso, os restantes *témata* devem juntar-se em Coloneia, mas se se dirigir para as regiões orientais, o *stratēgós* da Capadócia e os do Charsianon e dos *Boukellarioi* devem encontrar-se com o imperador em Coloneia, e os *stratēgoí* dos *Armeniakoi*, da Paflagónia e de Sebasteia em Cesareia. Os *témata* arménios devem juntar-se em Bathys Ryax se a expedição se dirigir a Tephrike”<sup>92</sup>.

No século X, as mulas e os cavalos do corpo expedicionário tinham de carregar as suas próprias rações bem como o equipamento e as provisões dos soldados, com a carga a ser minuciosamente controlada pelos funcionários estatais. A carga suportada por estes animais variava entre os 104 kg, transportados pelas vulgares bestas de carga, até aos 116 kg que um cavalo tinha de carregar, incluindo o cavaleiro, a sua bagagem e a alimentação da montada<sup>93</sup>. Nesse sentido, tinha de haver uma grande organização do *toúldon*, a bagagem, com a responsabilidade de coordenar a logística a recair sobre os *Optimatoi*. Ao contrário das tropas dos *témata*, que tinham de transportar a sua própria bagagem, os soldados dos *tágmata* podiam contratar alguém para transportar o seu equipamento ou, em alternativa, trazer os seus próprios criados e animais de carga para realizarem a tarefa<sup>94</sup>. Embora o transporte de provisões implicasse um atraso considerável no movimento dos exércitos, devido à lentidão dos animais de carga, acabava por ser preferível, quando comparado com o risco que sempre representava enviar um destacamento de soldados (normalmente composto por cavalaria) a recolher provisões em território inimigo.

No que diz respeito ao armamento e ao equipamento pessoal, verificamos que existiram poucas alterações entre o século VII e inícios do século X. A cavalaria dos *témata* estava equipada com armadura, almofadada ou lamelar, de acordo com o estatuto socioeconómico do combatente; a armadura lamelar, apelidada de *klibánion*, que cobria o tronco do cavaleiro até um pouco abaixo da cintura, deveria ser o mais normal, mas não era de todo invulgar que se utilizasse a vulgar cota de malha, chamada *lorikia*. Os elmos seriam similares para todos os cavaleiros, podendo ser substituídos por chapéus em feltro, menos dispendiosos. Complementavam o seu equipamento a lança (de estoque ou de arremesso), a

---

<sup>92</sup> John Haldon, *Constantine Porphyrogenitus. Three treatises on imperial military expeditions*, Viena, Academia Austríaca de Ciências, 1990, p. 81.

<sup>93</sup> John Haldon, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, p. 169.

<sup>94</sup> Idem, *Ibidem*, p. 158.

espada (*paramerion* ou *spathion*) e o escudo. A cavalaria ligeira, entre a qual se incluíam os batedores, estavam mais humildemente armados, com o arco e o dardo a constituírem os seus principais meios de combate<sup>95</sup>.

Com as reformas de Nicéforo Focas, a cavalaria pesada tornou-se o principal corpo do exército bizantino; o cavaleiro, bem como a sua montada, deveria representar uma visão aterradora para o inimigo: dispunha de um elmo de ferro com a parte inferior em cota de malha, que lhe cobria o rosto; de um *klibánion* a cobrir o tronco, sobre o qual vestia ainda o *epilorikon*, um colete sem mangas, almofadado; as pernas estavam abrigadas por uma espécie de saiote em cota de malha e as canelas protegidas por grevas; do seu armamento pessoal, faziam parte a espada, a maça de armas, o arco compósito e a lança (*kontarion*). Protegia-se ainda com o auxílio de um pequeno escudo, com um diâmetro inferior a 90 cm<sup>96</sup>.

A infantaria utilizava armadura almofadada, lamelar ou cota de malha. Como proteção de cabeça, utilizava normalmente um chapéu de feltro, embora as unidades de *tágmata* compostas por mercenários pudessem utilizar elmos em ferro. Do seu armamento defensivo fazia parte o escudo redondo, com até 1,37 m de diâmetro, ou mais reduzido no caso da infantaria ligeira. Estava armado com um dardo pesado, o *menavlion*, espada e vários tipos de machado e maças de armas<sup>97</sup>; o arco era um elemento preponderante do seu equipamento. Dependendo da categoria a que pertencia, podia ser designado por *psilos* (infantaria ligeira, sobretudo arqueiros) ou por *skutatos* (soldado que constituía o grosso da infantaria), entre outros designativos<sup>98</sup>.

Devido à alteração de política seguida pelo império, foi necessário adequar o exército de modo a que este pudesse alimentar uma postura mais ofensiva. A infantaria, um corpo bem disciplinado, constituía a primeira linha contra o inimigo e podia enfrentar tanto a cavalaria como a infantaria adversárias; a cavalaria, que agora era constituída por lanceiros pesados, apoiava a ação da infantaria, em movimentos coordenados, ou então atuava sozinha, carregando contra as linhas inimigas.

O papel da infantaria, equipada com o *menavlion*, possivelmente similar ao *pilum* romano, era o de repelir a cavalaria pesada do inimigo. De acordo com o *Sylloge taktikon*, deveriam dispor-se 300 *menavloi*, em intervalos regulares, entre diversos pelotões de infantaria que compunham a primeira linha; partindo desta posição, avançavam em direção ao inimigo, formando uma linha ou uma cunha destinada a quebrar o ímpeto do oponente. À

---

<sup>95</sup> Idem, *Ibidem*, p. 131.

<sup>96</sup> Timothy Dawson, *Byzantine cavalryman c. 900-1204*, Oxford, Osprey Publishing, 2009, pp. 32-44.

<sup>97</sup> John Haldon, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, p. 132.

<sup>98</sup> Ian Heath, *Byzantine armies 886-1118*, Oxford, Osprey Publishing, 1979, pp. 30-38.

imagem da cavalaria pesada, a sua importância aumentou durante os reinados de Nicéforo Focas e de João Zimisce, existindo um maior ênfase na utilização da infantaria no campo de batalha, como demonstra a atribuição do comando de toda a arma ao *hoplitarches*, o responsável pelo treino, pela disciplina e pela movimentação de todas as unidades de infantaria. No campo de batalha, a sua disposição assemelhar-se-ia à de um retângulo e, quando combatia juntamente com a cavalaria, permanecia na retaguarda desta com o *toûldon* ao centro<sup>99</sup>.

Simultaneamente, teve lugar uma transformação na cavalaria. A divisão entre cavalaria pesada e ligeira continuou a existir, mas adicionou-se um novo corpo de elite: os *katáphraktoi*. Tanto o cavaleiro como a sua montada encontravam-se protegidos na totalidade, inclusivamente os cascos dos animais! Formavam numa ampla cunha e a sua principal função passava por romper a formação contrária, com o auxílio de outras unidades de cavalaria. Estas cargas acabavam por desorganizar por completo a formação inimiga, o que permitia o seu flanqueamento pela restante cavalaria, ou mesmo pela infantaria. Apesar da sua importância, o efetivo seria reduzido: cerca de 500 homens, dois terços equipados da forma que acima descrevemos e os restantes de modo mais ligeiro e munidos de um arco; enquanto os pesados *katáphraktoi* carregavam contra o inimigo, os arqueiros a cavalo iam enfraquecendo as suas linhas, cravando-as de flechas<sup>100</sup>.

### 3.2. Os exércitos dos Hamdânidas: a heterogeneidade do mundo árabe

As forças sob o comando de Sayf al-Dawlah eram bastante diversas, sendo constituídas na sua maioria por guerreiros, locais ou vindos um pouco de todo o mundo árabe, reforçados por contingentes auxiliares de mercenários e de beduínos. A base do poder militar hamdânida eram os *thughûr*, que formavam a primeira linha de defesa contra Bizâncio. Quando Sayf al-Dawlah se tornou emir de Alepo, estes distritos fronteiriços encontravam-se à deriva, sem liderança e à mercê dos ataques bizantinos. Os *thughûr* eram grandes centros urbanos de cariz militar, repovoados no século VIII por um elevado número de soldados, provenientes das várias partes que compunham o domínio abássida, a quem era concedida uma pequena parcela de terreno e um salário, tudo pago pelo califado; para suportar os custos inerentes à estadia dos combatentes voluntários (*ghazis*), recorria-se a donativos privados, os supracitados *waqf*, pagos pelas províncias de onde eram originários. Tarso, a cidade mais

---

<sup>99</sup> John Haldon, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, p. 218.

<sup>100</sup> Idem, *Ibidem*, p. 220.

importante deste sistema defensivo, era protegida por uma muralha dupla, rodeada por um fosso. No seu interior, existiam aquartelamentos para os *ghazis* e para os *ghulam*, os soldados-escravo que formavam o corpo de elite do exército<sup>101</sup>.

Se bem que as forças dos *thughûr* constituíam a base do exército hamdânida, os mercenários acrescentavam experiência e, em alguns casos, eram especialistas em táticas de combate pouco praticadas nestas latitudes. À imagem dos Bizantinos, os Hamdânidas recrutavam mercenários que ofereciam capacidades que os seus exércitos não possuíam; Yahya de Antioquia refere a presença de Dailamitas na guarnição que defendia a cidadela de Alepo, em finais de 962<sup>102</sup>. Este povo, com origem no Irão, não era caso único; a ele se juntavam os Turcos, os Curdos e os beduínos.

Os Dailamitas eram um povo oriundo das regiões montanhosas do norte do Irão, junto às costas do Mar Cáspio. A dureza da sua terra natal tinha-os tornado guerreiros experimentados, capazes de suportar o frio e as privações decorrentes das campanhas militares e afamados como soldados de infantaria de elevada capacidade. Há muito que serviam como mercenários: nas guerras que opuseram Bizâncio e os Persas, já se encontravam entre o contingente sassânida<sup>103</sup>; no século IX, faziam parte da guarda pessoal do califa abássida, em Bagdade<sup>104</sup>. Em termos gerais, os guerreiros dailamitas utilizavam as mesmas armas que qualquer outro guerreiro muçulmano usaria, com algumas particularidades: utilizavam grandes escudos coloridos, lanças de lâmina dupla (*zhupins*), machados e arcos. Abrigados pelos seus enormes escudos, atacavam o inimigo; e, quando precisavam de se defender, formavam uma muralha impenetrável. Eram excelentes guerreiros em terrenos montanhosos, onde a cavalaria não podia operar, mas mostravam-se bastante vulneráveis caso fossem atacados por cavalaria em campo aberto. Esta capacidade de operar em regiões de difícil acesso levou-os à cordilheira do Tauro, onde certamente se tornaram importantes na defesa de desfiladeiros e caminhos<sup>105</sup>. Após a queda dos Hamdânidas e a transformação do emirado de Alepo num protetorado bizantino, ofereceram os seus serviços aos Fatímidas do Egito, continuando a combater contra as forças bizantinas, com a agressividade que lhes era reconhecida.

Se os Dailamitas ofereciam capacidade no combate de infantaria, os Turcos destacavam-se como hábeis cavaleiros. Estas tribos nómadas, oriundas das estepes asiáticas,

---

<sup>101</sup> Eric McGeer, *Sowing the Dragon's Teeth – Byzantine Warfare in the Tenth Century*, pp. 230-232.

<sup>102</sup> Ivan Kratchovsky e Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 787.

<sup>103</sup> C. E. Bosworth, "Military organisation under the Buyids of Persia and Iraq", *Oriens*, Vol. 18/19, Leiden, Brill, 1966, p. 147.

<sup>104</sup> Idem, *Ibidem*, p. 148.

<sup>105</sup> Eric McGeer, *Sowing the Dragon's Teeth – Byzantine Warfare in the Tenth Century*, pp. 233-235.

começaram a entrar ao serviço do califado, de forma progressiva, a partir do século IX, incluídas no corpo de elite dos *ghulam*. Tinham uma inimizade bastante acentuada com os Dailamitas, o que tornava complicada a sua utilização, em simultâneo, no mesmo exército. Ainda assim, Nasir al-Dawlah, emir de Mosul e irmão de Sayf, não hesitou em empregar ambos, contando com a elevada perícia que os Turcos tinham como arqueiros montados<sup>106</sup>. Os Bizantinos estavam bem familiarizados com as capacidades evidenciadas por estes cavaleiros das estepes: durante a batalha de Dazimon, em 838, tinham feito parte do contingente muçulmano que havia infligido uma severa derrota ao império, estancando a progressão do exército bizantino<sup>107</sup>. As fontes não mencionam abertamente os seus feitos nem as campanhas onde participaram. Ibn al-Adim, historiador árabe do século XIII, faz referência a uma conspiração, em 957, levada a cabo por tropas turcas e promovida pelo dinheiro bizantino, destinada a entregar Sayf al-Dawlah aos Bizantinos quando surgisse a oportunidade; a traição foi violentamente reprimida, com cerca de 400 *ghulam* turcos a perecerem às mãos dos auxiliares dailamitas, enviados para suprimirem a revolta<sup>108</sup>.

Tal como os Turcos, os Curdos eram uma força de cavalaria habitualmente recrutada pelo poder árabe. Enquanto consolidava o seu poder no norte da Síria, na década de 940, Sayf al-Dawlah recrutou cavaleiros curdos, responsáveis por reconhecer o território inimigo e efetuar raides. Alguns deles estariam bem equipados, como demonstra uma passagem de Ibn al-Qalanisi, em que descreve a morte do general Damianos Dalassenos, perto de Apameia, às mãos de um cavaleiro curdo, montado num bom cavalo, protegido por um elmo de ferro e por uma armadura de couro (*kudhâghand*), com uma lança curta (*khisht*) na mão<sup>109</sup>.

Os beduínos eram cavaleiros ligeiros que acompanhavam frequentemente as forças hamdânidas, e encontravam-se estabelecidos no norte da Síria desde que os seus antepassados nómadas tinham sido empurrados para norte, no início da expansão árabe. Faziam parte do grupo de tribos que se tinha revoltado contra Sayf al-Dawlah, no início do seu governo. O seu ponto forte era a velocidade, capaz de surpreender as forças bizantinas quando estas perseguiram os Árabes, aparecendo na sua retaguarda. Usavam pouca (ou nenhuma) proteção individual, confiando na rapidez das suas montadas para serem bem-sucedidos durante a batalha. Como auxiliares e batedores, eram os olhos e os ouvidos do exército, desempenhando importantes missões de reconhecimento e travando pequenos combates na vanguarda ou na

---

<sup>106</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 236-237.

<sup>107</sup> John Haldon, *The Byzantine Wars*, p. 84.

<sup>108</sup> *Apud* Ramzi Birkhazi, *op. cit.*, p. 786.

<sup>109</sup> *Apud* Marius Canard, “Les sources arabes de l’histoire byzantine aux confins des X<sup>e</sup> et XI<sup>e</sup> siècles”, *Revue des études byzantines*, tomo 19, Paris, Institut Français d’Études Byzantines, 1961, p. 299.

retaguarda do exército<sup>110</sup>. À sua utilidade no campo de batalha contrapunha-se a falta de disciplina que demonstravam e a rapacidade no momento de pilhar; por outro lado, eram pouco fiáveis quando o combate não estava a correr de feição, abandonando o campo de batalha e deixando os seus aliados à mercê do inimigo. O seu comportamento durante a batalha de Apameia envergonhou até os Árabes, uma vez que se dedicaram a saquear a bagagem dos Fatímidas, seus aliados, com mais fervor do que os Bizantinos; no dia seguinte, venderam aos muçulmanos os cavalos que lhes tinham roubado no dia anterior<sup>111</sup>!

Todos estes elementos tornavam o exército hamdânida numa força capaz de combater tanto em campo aberto, como de executar rápidos ataques contra as cidades bizantinas da fronteira. Os soldados de infantaria protegiam e apoiavam a cavalaria, à semelhança dos seus congéneres bizantinos. Durante uma campanha, a infantaria hamdânida poderia dispor-se em quadrado, quando se encontrava em marcha, para contrariar os ataques da cavalaria inimiga, constituindo uma base móvel e facilmente defensável. A alteração do paradigma bizantino, a partir de 950, tem em conta as especificidades do inimigo; a disposição em quadrado também seria utilizada no campo de batalha, sem dúvida um obstáculo assinalável para os pesados *katáphraktoi*, que se viam frente a frente com uma muralha de lanças, similar a um ouriço<sup>112</sup>.

Os exércitos hamdânidas eram adversários difíceis para os Bizantinos, sobretudo quando bem comandados e equipados. Mas o sistema dos *thughûr* aproximava-se perigosamente do fim. A grande disparidade entre os valores necessários para manter este sistema militar, assim como a baixa carga fiscal aplicada sobre as regiões da fronteira, levaram ao seu colapso; estima-se que as receitas fiscais apenas conseguissem assegurar metade do pagamento das despesas militares<sup>113</sup>. Paralelamente, existia uma grande indiferença, por parte do poder central, em Bagdade, em relação aos territórios fronteiriços, dominados por dinastias familiares. Sem o apoio da capital do califado, os Hamdânidas viram-se desprovidos de recursos financeiros que lhes permitissem manter um conflito constante com Bizâncio. O cúmulo desta situação deu-se em 964: Yahya de Antioquia conta que uma força árabe, proveniente do atual Irão, chega a Alepo para travar a guerra com os Bizantinos, mas vê-se forçada a regressar a Bagdade porque não consegue comprar provisões devido ao aumento dos preços<sup>114</sup>! A queda de Antioquia, em 969, ditaria o fim definitivo do sistema dos *thughûr*.

---

<sup>110</sup> Eric McGeer, *Sowing the Dragon's Teeth – Byzantine Warfare in the Tenth Century*, pp. 238-242.

<sup>111</sup> Marius Canard, “Les sources arabes de l’histoire byzantine aux confins des X<sup>e</sup> et XI<sup>e</sup> siècles”, p. 299-300.

<sup>112</sup> Eric McGeer, *Sowing the Dragon's Teeth – Byzantine Warfare in the Tenth Century*, pp. 242-244.

<sup>113</sup> Idem, *Ibidem*, p. 245.

<sup>114</sup> Ivan Kratchovskiy e Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 794.

#### 4. O espaço: a importância estratégica da Cilícia

A Cilícia ou *Kilikia*, como era referida na Antiguidade, corresponde ao sul da atual Turquia, e estendia-se desde o Mediterrâneo até à Síria, confinada a norte e a oeste pelos Montes Tauro, que a separavam do rico planalto da Anatólia, onde se chegava através de uma estreita passagem montanhosa – as Portas da Cilícia. Durante séculos, foi a rota mais importante para os exércitos que procuravam invadir o corredor sírio-palestino ou mesmo os vales dos rios Tigre e Eufrates: a dinastia dos Aqueménidas apelidava-a de “caminho real”, situada no percurso que ligava Susa a Sardes; Xenofonte, na sua *Anabasis*, descreve a passagem dos 10 000 Gregos por este local; em 333 a. C., Alexandre transpôs esta região montanhosa quando se dirigiu ao encontro de Dario; por fim, na primeira Cruzada, foi atravessada pelos contingentes cristãos que se dirigiam à Terra Santa. As cidades mais importantes da Cilícia eram Mopsuestia, Adana e Tarso. Esta última possui uma história milenar e atingiu uma grande importância nos conflitos que opuseram Bizâncio ao Islão. Localizada junto ao rio Cydnus<sup>115</sup>, deveu o seu desenvolvimento à riqueza dos seus solos agrícolas e à sua posição estratégica, vindo a constituir a mais importante base de apoio aos raides árabes.

Nos séculos IX e X, a fronteira da Cilícia que confinava com a Síria constituía uma das passagens mais importantes entre Bizâncio e os territórios ocupados pelos Árabes. Esta fronteira foi consolidada pelos Omíadas em finais do século VII e inícios do século VIII, permanecendo inalterada até meados do século X. Os seus limites eram a cadeia montanhosa do Tauro, a oeste de Tarso, e estendiam-se até Germaniceia e Melitene, a leste. A transição de poder, no mundo muçulmano, com a deposição dos Omíadas e a ascensão dos Abássidas, por volta do ano 750, levou à reformulação do território fronteiriço que confinava com o império. Harun al-Rashid reorganizou o sistema defensivo em duas linhas: a zona mais próxima dos territórios bizantinos (*thughûr*), encontrava-se altamente militarizada e protegida por fortalezas que se destinavam a conter a resposta bizantina aos raides efetuados pelos Árabes; mais para o interior, existiam fortalezas e cidades fortificadas – *awasim* – que serviam como suporte aos *thughûr*. Em termos gerais, os *thughûr* formavam uma linha entre Tarso e Germaniceia, enquanto que os *awasim* se prolongavam desde o norte da Síria, de Antioquia até Hierápolis (Manbidj)<sup>116</sup>. Do lado bizantino, os *témata* da Capadócia e da Anatólia e a

---

<sup>115</sup> Atual Tarsus Çayı.

<sup>116</sup> Koray Durak, “Traffic across the Cilician Frontier in the Ninth and Tenth centuries: Movement of People between Byzantium and the Islamic Near East in the Early Middle Ages”, *Proceedings of the International*

*kleisoûra* da Selêucia, promovida a *téma* por Romano Lecapeno, enfrentavam os ataques oriundos dos *thughûr* sírios.

Os poderes políticos (em ambos os lados da fronteira) criaram, nos séculos IX e X, uma fronteira altamente militarizada com o estabelecimento de uma rede de fortificações e o lançamento de ofensivas regulares destinadas a enfraquecer o inimigo. A ideia de criar uma barreira entre os dois mundos era mais uma concepção teórica do que real. Os movimentos de pessoas e de bens demonstram que esta não era uma fronteira fechada; era até bastante permeável e transposta por cristãos e por muçulmanos. Nesta zona militarizada, que se situava na principal via de acesso que ligava os centros do poder político bizantino e abássida, encontramos vários casos de movimentações de índole militar, política e diplomática. Sem dúvida que é neste local que se desenrolam os principais combates entre as forças bizantinas e as forças árabes; no século IX, as passagens montanhosas do Tauro fazem parte dos itinerários percorridos durante as campanhas lançadas pelos califas<sup>117</sup>.

Como nos demonstra o estudo de Héléne Ahrweiler sobre os percursos seguidos pelas invasões árabes entre os séculos VII e IX, as rotas mais seguidas pelos contingentes vindos da Síria eram as seguintes: pela estrada que ligava Germaniceia a Cesareia, atravessando os desfiladeiros de Hadath; através da estrada que ligava Tarso à Capadócia, pelas Portas da Cilícia; por Selêucia, seguindo para norte, em direção à cadeia montanhosa do Tauro, e atingindo o planalto da Anatólia perto de Laranda; em última instância, podiam utilizar o caminho que seguia pela faixa costeira até Antália, no *téma* dos *kibirrhaiotai*<sup>118</sup>. Estes itinerários continuaram a ser utilizados no século X, por forças árabes e bizantinas, como refere o *De velitatione bellica*. O texto assinala as condições da fronteira oriental e, em particular, as passagens montanhosas dos *témata* da Selêucia e da Anatólia, com a região em redor de Germaniceia e Adata a constituir o principal ponto de retirada das forças árabes<sup>119</sup>. Para controlar as incursões árabes, cada vez mais frequentes, foi construído um sistema de sinais de fogo desde Loulon, a norte das Portas da Cilícia, até Constantinopla, o que só revela a enorme importância estratégica que adquiriu esta região montanhosa. Do lado bizantino também se utilizava frequentemente estas passagens: o general de Basílio I, André, o Cita, em 878, desceu do planalto da Anatólia em direção à Síria por esta via<sup>120</sup>; menos de um século

---

*Symposium «Byzantium and the Arab World. Encounter of Civilizations»*, Tessalónica, Universidade Aristóteles de Tessalónica, 2013, p.142.

<sup>117</sup> Idem, *Ibidem*, p. 114.

<sup>118</sup> Héléne Ahrweiler, “L’Asie Mineure et les invasions arabes (VII<sup>e</sup>-IX<sup>e</sup> siècles)”, pp. 4-10.

<sup>119</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, 1985, Cap. 23, p. 231; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXIII, pp. 90-91.

<sup>120</sup> John Wortley, *op. cit.*, p. 141.

mais tarde, seria a vez de Nicéforo Focas passar por este local, no decorrer da campanha de 964<sup>121</sup>!

A região era ainda um importante entreposto do comércio de escravos, oriundos, na sua grande maioria, de Bizâncio; também se encontrava no centro da rota do transporte de prisioneiros, provenientes de Tarso, de Alepo e de Bagdade (do lado muçulmano) e de Constantinopla e Icônio (do lado bizantino). As fontes fazem referência a inúmeras situações em que as estradas da Cilícia foram utilizadas para transportar cativos: em 878, Ibn Rashid entrou em território imperial pelas Portas da Cilícia, mas foi feito prisioneiro e enviado para Loulon e, em seguida, para Constantinopla<sup>122</sup>; noutro episódio, ocorrido no ano 900, o emir de Tarso, Abu Tabit, capturado pelos Bizantinos durante um raide, foi transportado da fronteira do Tauro até Constantinopla, por Icônio, através das Portas da Cilícia<sup>123</sup>.

As estradas que ligavam os *thughûr* sírios à Anatólia bizantina serviam ainda para outras atividades, como o movimento de diplomatas e desertores. Era pela Cilícia que passavam os diplomatas que viajavam entre Constantinopla e Alepo ou Bagdade. Abdal-Baki, em 918, escolta dois embaixadores bizantinos desde a fronteira até Bagdade<sup>124</sup>; seis anos volvidos, repete-se a mesma situação<sup>125</sup>. Mas esta zona não é apenas um local de passagem de dignitários que se deslocam para as sedes do poder califal; constitui, por ela própria, o alvo de várias missões diplomáticas bizantinas, enquanto que enviados da Cilícia visitam a capital do império, sob o mesmo pretexto. Por exemplo, em 859, o imperador Miguel III enviou um patrício à cidade de Loulon porque os Árabes tinham decidido devolver a fortaleza aos Bizantinos; em sentido inverso, os cidadãos de Tarso e de Mopsuestia solicitaram a Nicéforo Focas, em 965, que fixassem uma trégua em troca do pagamento de um tributo, o que não viria a ser aceite pelo imperador<sup>126</sup>.

O território fronteiriço era propício para os desertores que procuravam asilo junto do inimigo. No ano de 900, Wasif, governador eunuco do Azerbaijão, procurou asilo em Bizâncio quando foram descobertos os seus planos para tomar o Egito, acabando por ser capturado pelas forças do califa, em Anazarbos<sup>127</sup>; em 906, o general bizantino Andrónico Ducas, implicado numa conspiração destinada a usurpar o trono a Leão VI, desertou para os

---

<sup>121</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 257-258.

<sup>122</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 7.

<sup>123</sup> Idem, *Ibidem*, p. 14.

<sup>124</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 66-69.

<sup>125</sup> Koray Durak, *op. cit.*, p. 147.

<sup>126</sup> Idem, *Ibidem*, p. 147.

<sup>127</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, pp. 14-16.

Árabes da Cilícia e entregou 200 prisioneiros muçulmanos que estavam à sua guarda, como prova de boa vontade<sup>128</sup>.

Todos os exemplos que acima referimos resultam de motivações políticas e militares, mas existem, pelo menos, mais dois que são de extrema importância: as relações comerciais e as peregrinações religiosas. Os mercadores bizantinos encontravam-se estabelecidos na Cilícia e na Síria durante o século X, tal como os seus congêneres árabes visitavam as cidades fronteiriças do império para obter produtos inexistentes no seu local de origem. As estradas que serviam para penetrar em território inimigo também eram úteis para o transporte de mercadorias. A existência de várias estalagens, a norte de Podandos, na estrada que ligava Constantinopla a Bagdade, através das Portas da Cilícia, mostra que deveriam circular por esse caminho muitos bens e pessoas. A cidade de Selêucia, nas costas do Mediterrâneo, era um importante ponto de entrada de bens provenientes da Síria, nomeadamente a seda. Chegados a esta cidade, os mercadores tinham diversas possibilidades: seguir para norte, em direção ao planalto da Anatólia; partir para Antália, pela estrada costeira; ou, finalmente, poderiam sair por mar, diretamente para Constantinopla<sup>129</sup>.

Os peregrinos viajavam pelas estradas que serviam as rotas comerciais. Até ao ano 800, os peregrinos europeus seguiam pela antiga rota que passava por Constantinopla ou Éfeso, atingindo a Terra Santa após uma escala em Chipre. Embora os ocidentais preferissem a via marítima em detrimento da via terrestre, os peregrinos bizantinos utilizavam a estrada que passava pelas Portas da Cilícia e que ligava a capital do império à Palestina. Entre os santos bizantinos que viajaram até ao Oriente, temos Gregório de Akritas, que passou por Selêucia quando se dirigia à Terra Santa, em 780; Miguel Synkellos efetuou idêntico trajeto, antes de 846; algures entre 867 e 874, Constantino, o Judeu, chegou a Chipre via Antália e, no regresso, percorreu a estrada que ligava Selêucia a Niceia<sup>130</sup>. Estes peregrinos podem ter chegado à Síria por mar ou por terra, utilizando para isso os itinerários terrestres que passavam pela Cilícia.

A conquista de toda a região por Nicéforo Focas, entre 964 e 965, deu aos Bizantinos uma grande vantagem económica e militar, mas o território não permaneceria durante muito tempo nas mãos do império. No rescaldo da batalha de Manzikert, no verão de 1071, assistiu-se a uma quebra de vínculo entre Constantinopla e os seus aliados, que aproveitaram para reclamar a soberania de alguns territórios e a sua independência em relação a Bizâncio. Foi o

---

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 20-21.

<sup>129</sup> Koray Durak, *op. cit.*, p. 149.

<sup>130</sup> Idem, *Ibidem*, p. 149.

que se passou na Cilícia, região onde se encontrava implantada uma grande comunidade arménia, após a anexação formal da Arménia ao império, em 1045, durante o reinado de Constantino IX<sup>131</sup>. Este Estado, impropriamente denominado «Pequena Arménia» (por oposição à verdadeira Arménia, de onde eram originários os seus fundadores, fugidos do avanço turco, sobretudo após a derrota bizantina na batalha de Miriocéfalo, no ano de 1176), foi uma importante base de apoio aos cruzados e conseguiu sobreviver até 1375, ano em que a sua capital, Sis, foi conquistada pelos Mamelucos, tendo o seu último rei, Leão VI, sido capturado e enviado para o Cairo como prisioneiro.

---

<sup>131</sup> John Wortley, *op. cit.*, pp. 409-414.

## 5. Guerra santa?

Sayf al-Dawlah, do lado muçulmano e Nicéforo Focas, do lado bizantino, procuraram utilizar a religião como fonte de motivação para justificar a guerra, numa tentativa clara de captar combatentes para defender a fronteira. Para os primeiros isso foi conseguido através dos *ghazis*, guerreiros voluntários provenientes de todo o mundo árabe e motivados pelo fervor religioso, financiados pelos *waqf*. A génese da sua doutrina assentava nas ações do profeta Maomé, fundador do Islão, que tinha liderado pessoalmente os seus seguidores nas batalhas pela expansão da religião, com indicações bastante precisas para a luta contra os infiéis. Os muçulmanos deviam combater com o coração puro, sem qualquer tipo de ambição material ou glória pessoal; aqueles que tombassem em batalha, na defesa da verdadeira fé, não podiam ser considerados defuntos comuns, mas sim mártires que entrariam no Paraíso sem a necessidade de julgamento prévio<sup>132</sup>.

Bizâncio, por seu turno, teve de fazer evoluir um conceito de guerra justa que permitisse conciliar a postura pacifista da religião cristã com a defesa do império, um processo moroso e não isento de dificuldades. A guerra era santa porque o imperador era divino, representante de Deus na terra, e era devido à sua autoridade e liderança que as lutas eram travadas<sup>133</sup>. Os cânones dos primeiros concílios são herdeiros de uma tradição religiosa em que se abomina o sangue, baseada na ideia de que Jesus Cristo recusou ser defendido por Pedro quando este brandiu uma espada.

A primeira tentação, talvez errada, é a de fazer remontar a ideia de guerra santa aos conflitos entre Bizâncio e os Persas, durante o reinado do imperador Heráclio. Os seus sucessos militares, quase miraculosos, permitiram que Bizâncio equilibrasse a disputa, conseguindo mesmo reverter a situação, naquilo que foi considerado como uma grande vitória do império cristão contra os politeístas, destruidores de igrejas e assassinos de cristãos; tinham, inclusivamente, levado o Santo Lenho de Jerusalém! É importante referir que as práticas do exército bizantino em relação à religião não mudavam consoante o inimigo; eram as mesmas, quer se tratasse de um inimigo cristão, quer não cristão<sup>134</sup>.

Apesar disto, é notório que a religião desempenhava um importante papel na motivação e no consolo dos combatentes. Os gritos de guerra “Deus ajude os Romanos” ou “a

---

<sup>132</sup> Jean-Claude Cheynet, “La guerre sainte à Byzance au Moyen Âge: un malentendu”, *Regards croisés sur la guerre sainte. Guerre, religion et idéologie dans l'espace méditerranéen latin (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle)*, Toulouse, Méridiennes, 2006, p. 14.

<sup>133</sup> George T. Dennis, “Defenders of the Christian People: Holy War in Byzantium”, *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World*, Washington, Dumbarton Oaks, 2001, p. 34.

<sup>134</sup> Idem, *Ibidem*, p. 35.

Cruz será vitoriosa” eram importantes para a moral individual do soldado, mas também para a moral coletiva da unidade onde combatia, unindo-os por duas causas comuns, a fé cristã e a defesa da *Romania*. Nicéforo Focas terá utilizado a religião como justificação para o seu imperialismo, mas também como expressão da sua própria fé.

Quando abordamos a relação do imperador com a religião, não podemos considerar como um aspeto menor a sua ligação com Miguel Maleinos, o seu tio materno. Este homem santo foi o guia espiritual de Anastácio, o monge que viria a fundar a célebre comunidade monástica de Monte Athos, e exerceu um grande fascínio sobre o seu jovem sobrinho. A fervorosa devoção de Nicéforo terá influenciado a sua intenção de tomar o hábito, o que não sucedeu devido à ação dos imperadores Constantino VII e Romano II, pouco interessados em ver-se privados do seu general. Esta demanda espiritual repetiu-se em 961, quando o próprio Anastácio se dirigiu a Creta e viu Nicéforo reassegurar que ansiava por uma vida de reclusão, oferecendo ainda dinheiro para a construção de um *koinobion*<sup>135</sup>. O carácter destas instituições e a sua ideologia, marcada por uma reclusão total que transformava os seus monges em eremitas, correspondia ao ideal a que aspirava o imperador. Talvez ele considerasse que a conquista de Creta lhe traria a paz desejada, mas a morte de Romano II, em 963, impossibilitou qualquer tentativa nesse sentido, uma vez que o rápido desenrolar dos acontecimentos o viriam a colocar no trono<sup>136</sup>. A sua morte, em 969, não impediu que fosse venerado como um mártir pela comunidade religiosa do Monte Athos. Para além da proteção e dos benefícios que lhe concedeu, Nicéforo foi ainda aclamado como “campeão do seu povo” e o “braço direito do exército de Cristo”, existindo alguma liturgia religiosa que o comparava a Santo Estêvão, o primeiro mártir cristão<sup>137</sup>.

Ainda neste domínio, podemos referir a devoção que o imperador tinha pelas relíquias sagradas; ele terá enviado para o Monte Athos um fragmento do Santo Lenho e as cabeças de São Basílio de Cesareia e de Santo Alexandre de Pidna. O culto da cruz onde Jesus Cristo foi crucificado adquiriu grande importância nos círculos militares da Ásia Menor, durante os séculos VIII e IX, servindo como símbolo da proteção contra os ataques muçulmanos. No século X, após o restabelecimento da veneração dos ícones, as figuras de Cristo e dos santos voltaram a ressurgir como modelo representativo, mas o Santo Lenho continuou a gozar de uma especial devoção<sup>138</sup>.

---

<sup>135</sup> O *koinobion* equivalia a um mosteiro.

<sup>136</sup> Rosemary Morris, “The two faces of Nikephorus Phokas”, *Byzantine and Modern Greek Studies*, Vol. 12, Birmingham, Universidade de Birmingham, 1988., pp. 103-104.

<sup>137</sup> Idem, *Ibidem*, p. 106.

<sup>138</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 109-110.

O *De velitatione bellica* está impregnado desta ideologia religiosa que transparece, sobretudo, nas expressões utilizadas: “com a ajuda de Deus”<sup>139</sup>, “com o favor de Deus”<sup>140</sup>, “pela graça de Cristo”<sup>141</sup>, “com a ajuda de Deus e da sua santa e imaculada mãe”<sup>142</sup> ou “para desgraça e destruição do povo de Cristo, desonra dos poderosos Romanos e exultação e inchado orgulho dos arrogantes filhos de Agar que negam Cristo, nosso Deus”<sup>143</sup>. Podemos então considerar que cabe ao soldado do *téma* preservar, não só a integridade territorial da sua região, mas também a vida de todos os cristãos que residem em ambos os lados da fronteira. É por esta razão que Nicéforo Focas, numa atitude bastante arrojada, tenta que o patriarca de Constantinopla, Polieucto, aprove uma lei que estipula que qualquer soldado morto em batalha tenha honras de mártir. A sua intenção não viria a ter acolhimento junto da Igreja, que utilizou como pretexto para recusar as pretensões do imperador um cânone de São Basílio, onde se referia que quem matasse alguém deveria, como penitência, abster-se de comungar durante três anos<sup>144</sup>. Esta proposta também não deverá ter tido grande acolhimento por parte da aristocracia bizantina residente em Constantinopla, que não via com bons olhos o ascendente da aristocracia oriunda dos *témata* fronteiriços e a consequente militarização da sociedade.

Na base deste problema deve ter estado uma questão demográfica. Por muito que Nicéforo impusesse o pagamento de contribuições sobre a sociedade, destinadas a financiar o esforço de guerra, faltava-lhe o mais importante: os meios humanos. Tentou deste modo resolver um problema de natureza administrativa, utilizando a religião como elemento catalisador. Não se nos afigura como provável que o principal foco de tensão entre Bizantinos e Árabes esteja relacionado com a religião; a rivalidade terá sido, sobretudo, a nível político e territorial, com um elevado grau de tolerância religiosa ou, pelo menos, de respeito mútuo. Al-Tabari refere que, no ano de 879, durante o reinado de Basílio I, após uma grande expedição sobre Adana, os Bizantinos devolveram aos Árabes exemplares do Corão incluídos no saque<sup>145</sup>; a conquista de Tarso por Nicéforo Focas, em 965, foi relativamente pacífica,

---

<sup>139</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 3, p. 155; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. III, p. 23.

<sup>140</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 5, p. 161; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. V, p. 27.

<sup>141</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 9, p. 173; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. IX, p. 40.

<sup>142</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 14, p. 197; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XIV, p. 61.

<sup>143</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 15, p. 199; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XV, p. 62.

<sup>144</sup> John Wortley, *op. cit.*, p. 263.

<sup>145</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p.8.

tendo sido permitida a partida a todos os muçulmanos que assim o desejassem, juntamente com os seus bens<sup>146</sup>. As trocas de prisioneiros também eram bastante frequentes e as fontes relatam numerosas situações em que esta situação ocorreu, como por exemplo em 908, ano em que foram libertados cerca de 3000 muçulmanos<sup>147</sup>.

Em contraste com estas atitudes tolerantes, surgem alguns abusos, entre os quais podemos incluir os massacres ou as pilhagens. Contudo, não consideramos estes atos como manifestações de violência para com uma religião em particular; são excessos cometidos num contexto bastante específico, a guerra, tolerados pelos comandantes militares e ditados por circunstâncias específicas: o *De velitatione bellica*, no capítulo XI, chega a mencionar que os prisioneiros devem ser mortos ou enviados à frente do exército para não abrandarem a sua marcha<sup>148</sup>. Esta situação não era defensável do ponto de vista moral, mas poderia ser justificável quando integrada em situações operacionais que assim o exigissem; acresce ainda a necessidade que os generais tinham de compensar os soldados, permitindo-lhes que melhorassem a sua situação pessoal através da pilhagem, o que os tornava mais motivados e mais capazes de suportar a dureza da vida militar.

Em suma, a justificação da guerra pela religião parece ter sido um artifício utilizado por Nicéforo Focas, em meados do século X, mas que não era tradicional no pensamento ideológico bizantino. As campanhas ofensivas desde Justiniano até Basílio II tiveram como objetivo recuperar territórios que haviam pertencido ao império e, nesse sentido, pouco importava se os inimigos eram os Búlgaros, os Lombardos, os Ávaros ou os Árabes.

---

<sup>146</sup> Nadia Maria El Cheikh, *op. cit.*, p. 170.

<sup>147</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 21.

<sup>148</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 11, p. 185; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XI, p. 50.

## 6. O tratado *De velitatione bellica*

### 6.1. Fontes, edições e organização interna

Carl Benedict Hase, bizantinista francês, foi o primeiro a publicar e editar uma tradução de *De velitatione bellica*, em 1819, incluída na obra *Leonis Deaconis Caloensis historiae libri decem et liber de Velitatione bellica Nicephori Augusti*. Pouco depois, em 1828, foi impressa a mesma versão no *Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae* (pp. 179-258), onde se pretendiam reunir as fontes mais importantes dos reinados de Nicéforo Focas e João Zimisce. A tradução do texto do grego para o latim foi feita a partir de quatro manuscritos datados do século XVI: o *Paris gr. 2437*, o *Paris gr. 2445*, o *Paris suppl. gr. 26* e o *Vat. Palat. gr. 393*. Se bem que possui algumas anotações, sobretudo de cariz filológico, não vai muito mais longe na análise do tratado; não procura estabelecer um enquadramento histórico, porque esse não era o seu objetivo primordial, o importante era o texto.

Na verdade, o século XIX parece ter trazido um grande interesse por tudo o que era oriental, com grande destaque para o Egito, destino das primeiras expedições científicas, constituídas por historiadores, arqueólogos, botânicos ou geólogos. O interesse pelo Egito depressa se propagou a outros ramos do saber e a outras regiões geográficas, com o estudo a incidir sobre os antigos impérios. Bizâncio não foi exceção e, a princípio, terão sido os helenistas quem começou a lançar um olhar cada vez mais atento às fontes bizantinas, copiadas durante séculos e, algumas delas, seguramente assinaladas como “gregas” durante o Renascimento.

É no seguimento desta consciencialização que surge a primeira e, talvez, a mais completa biografia de Nicéforo Focas, publicada pelo bizantinista francês Gustave Schlumberger em 1890, e intitulada *Un empereur byzantin au dixième siècle, Nicéphore Phocas*. Esta obra colossal, com 647 páginas, dividida em quinze capítulos, abrange os anos de 959 a 969 e tem referências ao *De velitatione bellica*, embora não o designe por este nome; a determinada altura, quando refere algumas das campanhas de Sayf al-Dawlah contra Bizâncio, o autor menciona o “*traité de l’Art militaire de l’empereur Nicéphore Phocas*”, nomeadamente o seu capítulo III, relativo “aux procédés à suivre pour tendre une emboscade à l’ennemi dans un défilé des montagnes”<sup>149</sup>. Esta passagem e a inclusão do *Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae*, onde se incluía o tratado, na bibliografia, sugere que o texto

---

<sup>149</sup> Gustave Schlumberger, *Un empereur byzantin au dixième siècle, Nicéphore Phocas*, Paris, Ed. de Boccard, 1923, p. 117.

já se encontrava difundido pelos meios académicos em finais do século XIX. Ainda assim, tivemos que esperar quase um século desde a data da publicação da obra de Gustave Schlumberger para termos as primeiras edições modernas, e respetiva tradução, do tratado. Curiosamente, as duas edições surgiram praticamente em simultâneo, em meados da década de 80 do século XX.

Em 1985, George Dennis, um padre jesuíta doutorado em História da Igreja Bizantina, traduziu e publicou três tratados militares bizantinos, incluindo-os na obra *Three Byzantine Military Treatises*. Os tratados em questão são o *De re strategica*, referido como *The Anonymous Byzantine Treatise on Strategy*; o *De re militari*, designado por *Campaign Organization and Tactics*; e, por fim, entre estes dois que acabámos de mencionar, encontramos o *De velitatione bellica* (pp. 137-239), aqui apelidado de *On Skirmishing*. Esta edição tem inúmeras vantagens em relação à obra de Carl Benedict Hase: o seu autor traduziu o texto a partir de três manuscritos gregos – *codex Vaticanus graecus 1164*, *codex Scorialensis graecus 281 (Y-III-11)* e *codex Barberinianus graecus II 97 (276)* – produzidos num *scriptorium*, em Constantinopla, nos inícios do século XI, eliminando assim os possíveis erros presentes nas cópias do século XVI; apresenta o texto numa edição bilingue, com o original grego à esquerda e a tradução, em língua inglesa, à direita, o que o torna acessível tanto para especialistas como para o público em geral; como complemento, inclui bastantes notas de rodapé com bibliografia de interesse, atualizada à data. Apesar de todos os aspetos positivos que enumerámos, existe uma contrariedade que importa realçar: o texto tem uma introdução pequena, com apenas cinco páginas, o que é francamente escasso para abordar todas as questões que o tratado suscita.

Logo no ano seguinte à edição em língua inglesa, surge a edição francesa, da autoria de Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu. Os autores utilizam os mesmos manuscritos que George Dennis para estabelecer o texto do tratado, introduzindo ainda na discussão outras fontes, mais tardias, como por exemplo as quatro que foram trabalhadas por Carl Benedict Hase e três outras: o *Vaticanus gr. 219*, o *Borbonico-Neapolitanus III C 23* e o *Vindobonensis Philol. gr. 24*. Ao contrário da edição inglesa, em que o termo *skirmishing* surge para designar pequenos combates travados por contingentes reduzidos, a edição francesa adota abertamente o termo *guérilla* para caracterizar o tipo de guerra abordado pelo tratado; daí que o título desta edição seja *Le Traité sur la guérilla de l'empereur Nicéphore Phocas*, uma vez que o

pensamento dos autores baseia-se no conceito da *petite guerre*, difundido no séculos XVIII e XIX<sup>150</sup>.

À partida, esta edição possui uma enorme desvantagem em relação à obra de George Dennis: não é apresentado o texto grego em que os autores se basearam para estabelecer o texto final; em contrapartida, tem uma grande virtude, que passa pela análise mais cuidada do tratado, enquadrando-o na época em que foi produzido e analisando as motivações subjacentes à sua composição e a questão da autoria. Por uma questão de lógica e de metodologia, optámos por citar ambas as versões quando nos referimos diretamente ao tratado; as edições complementam-se e não parecem existir grandes discrepâncias ao nível da tradução, com exceção daquelas que advêm das particularidades linguísticas de cada idioma.

No que diz respeito à estrutura interna do *De velitatione bellica*, verificamos que tem uma organização distinta dos dois tratados que certamente lhe serviram de inspiração: o *Stratēgikón*, atribuído ao imperador Maurício, e o *Taktiká*, de Leão VI. O primeiro é composto por 12 livros, ao passo que o segundo se divide em 20 *Constitutiones*, algumas delas bastante longas. O *De velitatione bellica*, por seu lado, reúne 25 capítulos, contendo situações que se vão repetindo em mais do que um capítulo.

O tratado começa com uma introdução que constitui uma dedicatória a Nicéforo Focas, ao mesmo tempo que descreve as motivações do autor, o tema que pretende abordar e as suas relações com o clã Focas. A partir daí, como ele próprio refere, inicia a sua preleção, separando os assuntos que pretende abordar por capítulo, a saber: Capítulo I – Postos de vigia. A que distância devem estar uns dos outros; Capítulo II – Postos de vigia na estrada e espiões; Capítulo III – Os movimentos do inimigo. Ocupar terreno difícil com antecedência; Capítulo IV – Fazer ataques inesperados ao inimigo. Confrontar o inimigo quando este se retira para o seu território; Capítulo V – Controlar a água nos caminhos com antecedência; Capítulo VI – As táticas de guerrilha contra raides únicos e como estimar o número de homens que os compõem; Capítulo VII – A união e o movimento do exército. Fazer uso de mercadores para espiar; Capítulo VIII – Permanecer em contacto com a expedição e segui-la; Capítulo IX – O movimento do raide e como o seguir; Capítulo X – Quando os elementos do raide se separam do grupo que segue na sua retaguarda; Capítulo XI – Posicionar a infantaria em ambos os lados dos desfiladeiros; Capítulo XII – Um ataque surpresa do inimigo antes que as forças romanas se encontrem mobilizadas; Capítulo XIII – Preparar uma emboscada para os chamados *mensuradores* junto ao local do seu acampamento; Capítulo XIV – Separar a

---

<sup>150</sup> Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, p. 11.

infantaria da cavalaria quando marcham juntas; Capítulo XV – Segurança; Capítulo XVI – Separar-se da bagagem; Capítulo XVII – Quando o inimigo entra no nosso território com uma grande força. Preparar uma emboscada; Capítulo XVIII – Quando é necessário que o general combata o inimigo vindo de dois lados; Capítulo XIX – A condição do exército. O seu armamento e treino; Capítulo XX – Enquanto o inimigo se demora no nosso território, nós podemos invadir o dele; Capítulo XXI – O cerco de uma praça fortificada; Capítulo XXII – A separação de metade ou de um terço do exército inimigo; Capítulo XXIII – A retirada do inimigo e a ocupação das passagens montanhosas; Capítulo XXIV – Combate noturno; Capítulo XXV – Outro método de ocupar a estrada e tornar difícil a sua descida, se ela tiver uma passagem escarpada.

A linguagem que o autor utiliza, embora não seja muito elegante, demonstra que estamos perante alguém que tem alguma erudição e que domina, na perfeição, os termos militares que refere, mesmo aqueles que são de origem exógena, como *saka* (palavra que deriva do termo árabe *saqat*, utilizada para designar um corpo de cavalaria que cobria a retaguarda). Outro elemento importante é a familiaridade com que o autor/redator se dirige ao leitor; por momentos, podemos imaginar os jovens provenientes da aristocracia militar bizantina reunidos para ouvir o seu professor, o antigo *stratēgós* de um *téma* fronteiriço. Esta componente também é importante, uma vez que não sabemos como se transmitia este tipo de conhecimento militar, mas podemos supor que, de início, não havia nenhuma convenção escrita; isto é, os ensinamentos contidos no tratado devem resultar de uma compilação de conhecimentos resultantes da experiência adquirida por diversos *stratēgoí* que prestaram serviço militar na zona de fronteira, conhecimento esse que foi passado a escrito de modo a que a respetiva transmissão se tornasse mais fácil.

Alguns autores consideram que o *De velitatione bellica* e o *De re militari* tiveram o mesmo autor, Nicéforo Focas. Para fundamentar a sua tese, Gilbert Dagron refere que, de início, os dois tratados eram incluídos pelos copistas no final do *Taktiká* de Leão VI, como complemento ou apêndice; conclui ainda que a informação contida nos tratados confirma indiretamente a sua teoria de que o oficial que redigiu um tratado também redigiu o outro, devido às referências aos “autores antigos” e aos “livros históricos”, similares em ambos<sup>151</sup>.

---

<sup>151</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 125-136.

## 6.2. A epopeia da família Focas

Existem duas teorias distintas quanto à autoria do *De velitatione bellica*: a primeira, subscrita por George Dennis, sustenta que o autor é um oficial de alta patente, possivelmente um *stratēgós*, muito próximo ou mesmo membro da família Focas (por exemplo Leão Focas, irmão de Nicéforo) e situa a sua produção pouco depois da morte de Nicéforo (969), devido à utilização da expressão *aoidimos* – «venerável» – um termo aplicado a governantes já falecidos<sup>152</sup>; Gilbert Dagron, por seu turno, é peremptório ao afirmar que “Nicéphore Phocas en est bien l’inspiration, disons même l’auteur: le titre l’affirme, l’introduction le confirme, et différents chapitres contiennent des souvenirs ou des jugements qui valent signature”<sup>153</sup>, e faz também uma distinção clara entre o redator do tratado, um oficial anónimo, e o autor-inspirador, Nicéforo Focas. Estabelece ainda um período de trinta ou quarenta anos após a morte do imperador como data limite para a composição da obra, concebida a partir de indicações deixadas por este<sup>154</sup>.

Pela nossa parte, consideramos que ambas as teorias apresentam argumentos válidos. O autor terá sido o *stratēgós* de um *téma* e parece evidente que possui bastante experiência na guerra de guerrilha praticada na fronteira, chegando a afirmar que parte deste conhecimento advém de Bardas Focas, o que o tornaria contemporâneo de Nicéforo; embora nunca se identifique de forma clara, dirige-se ao leitor como se estivesse a falar com alguém de igual estatuto, um camarada com quem partilha os ensinamentos que adquiriu. Não nos querendo alongar mais sobre a autoria do tratado, até porque nos parece que esta não é uma questão vital para a sua análise, importa compreender a motivação subjacente à sua elaboração. Para além deste, existem mais dois tratados atribuíveis a Nicéforo Focas: o *De re militari* e o *Praecepta militaria*. Em conjunto, estes três tratados abrangiam todos os cenários em que as forças bizantinas combatiam, desde a Bulgária até à Síria, passando pelas cadeias montanhosas da Cilícia.

Mas é precisamente neste ponto que não encaixa o *De velitatione bellica*, que, ao contrário dos dois outros tratados, não postula um tipo de guerra ofensiva nem se enquadra na política expansionista bizantina da época em que foi escrito ou compilado; apresenta o império na defensiva e aborda táticas utilizadas na década de 950, quando os violentos raides de Sayf al-Dawlah ameaçavam os territórios bizantinos localizados a norte dos Montes Tauro.

---

<sup>152</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, pp. 139-140.

<sup>153</sup> Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, p. 139.

<sup>154</sup> Idem, *Ibidem*, p. 141.

Se, como atrás referimos<sup>155</sup>, desde 960 o império se concentrava em grandes campanhas contra as cidades árabes da Cilícia e do norte da Síria, a redação do *De velitatione bellica* não podia nunca ter como objetivo servir de manual para a condução de operações militares nesses teatros de guerra, era obsoleto e tinha um interesse meramente historiográfico e retrospectivo para o leitor, em finais do século X. Isto não significa que as táticas nele contidas não tenham sido aplicadas em época anterior, quando a ameaça era real. Curiosamente, as fontes apresentam vários exemplos bem-sucedidos da utilização de táticas de guerrilha, aplicadas sobretudo por Leão Focas, excluindo Nicéforo do processo. Ora, se não foi Nicéforo Focas quem inventou ou reavivou os processos de combate referidos no tratado, qual a razão por que surge como o seu promotor? Tanto mais que se reconhece, de forma generalizada, que a obra foi redigida após a sua morte. Uma explicação possível para isto tem que ver com a tentativa de reabilitar, a título póstumo, a figura de Nicéforo Focas, associando-o, e à sua família, a figuras importantes e respeitadas da política bizantina, como Leão VI, transformando o tratado numa epopeia da família Focas.

Torna-se difícil traçar um retrato fiel da figura de Nicéforo Focas, uma vez que as fontes o representam de forma tão distinta: Liutprando de Cremona descreve-o como mentiroso, ardiloso, ímpio, astuto, orgulhoso, falso humilde, miserável e ganancioso, ao ponto de o caricaturar fisicamente, retratando-o como um anão, com olhos de toupeira e negro como um etíope<sup>156</sup>; já Leão, o Diácono, considera que o imperador foi o homem mais corajoso da sua geração, muito experiente e versado na arte da guerra, governante genial e magnânimo, temente a Deus e desinteressado pelas coisas mundanas<sup>157</sup>; diametralmente oposta surge a imagem veiculada por João Skylitzes que, sem ser tão corrosivo como Lituprando de Cremona, não se coíbe de tecer algumas considerações sobre o carácter de Nicéforo, acusando-o de ser dissimulado, rancoroso, odiado e abominado por todos devido às suas atitudes perante o povo e a Igreja<sup>158</sup>. Estas divergências assentam nas fontes distintas que os diversos autores utilizaram para redigir as suas obras. Leão, o Diácono, ter-se-á baseado numa crónica familiar que começava com as campanhas do avô do imperador, seu homónimo; tem uma opinião bastante favorável quando comenta as suas atividades, sustenta as posições da Igreja quando tem que o fazer mas argumenta que as intenções do imperador para com esta foram sempre bem-intencionadas<sup>159</sup>; João Skylitzes escreve mais de cinquenta anos após

---

<sup>155</sup> *Vide supra* pp. 33-36.

<sup>156</sup> *Apud* Rosemary Morris, *op. cit.*, p. 83.

<sup>157</sup> Alice-Mary Talbot e Denis F. Sullivan, *op. cit.*, pp. 139-140.

<sup>158</sup> John Wortley, *op. cit.*, pp. 250-262.

<sup>159</sup> Rosemary Morris, *op. cit.*, pp. 85-86.

Leão, o Diácono, sensivelmente por volta do ano de 1057, e também terá utilizado a crônica familiar dos Focas juntamente com outra fonte anônima, de finais do século X, esta última extremamente hostil para com Nicéforo<sup>160</sup>. Do lado muçulmano, também não podemos esperar qualquer tipo de imparcialidade: afinal, o Islão encontrava-se em claras dificuldades perante Bizâncio, e “Naqfūr Fūqās” representava a voracidade conquistadora dos cristãos, que muitas vezes tratavam os derrotados sem piedade, algo indigno e impróprio para os professantes do cristianismo<sup>161</sup>, mesmo para quem era conhecido no mundo árabe como “a morte branca dos sarracenos”. As fontes centram-se na atitude de Nicéforo em relação a três pilares fundamentais do Estado bizantino: o exército, a política e a religião.

A ligação dos Focas ao exército terá começado com o bisavô de Nicéforo (embora as fontes não sejam abundantes) e as origens do clã parecem residir na Arménia<sup>162</sup>. Os conflitos na fronteira depressa assumem uma elevada importância e, sensivelmente a partir do último quartel do século IX, começa a ganhar protagonismo uma aristocracia militar proveniente dos *témata* da Anatólia, da Capadócia, do Charsianon e do Lykandos, que se distingue na luta contra o invasor árabe e que capta a atenção do poder imperial, em Constantinopla. Entre estas famílias estão os Focas, os Ducas, os Maleinoi e os Argyroi. Nicéforo, o antigo, avô do futuro imperador, haveria de desempenhar altos cargos na hierarquia militar bizantina. Nomeado *stratēgós* do *téma* do Charsianon por Basílio I (antes de 885), comanda todas as forças bizantinas estacionadas no sul da Itália; em 885, é designado *stratēgós* do *téma* da Capadócia e, após a subida de Leão VI ao trono, ascende ao posto de *domestikós scholae*. Este imperador será muito importante para a afirmação da família Focas, que irá gozar de enorme reputação durante o seu reinado, ao ponto de o avô de Nicéforo ser designado, no *Taktika* de Leão VI, como “nosso *stratēgós*”, sendo referido por quatro vezes no tratado: duas vezes quando se abordam os acampamentos, onde se reconhece a sua astúcia durante a campanha na Síria e na guerra com os Búlgaros<sup>163</sup>; uma vez quando, mais à frente, se descreve a sua conduta na altura em que foi enviado para combater os Lombardos<sup>164</sup>; e, por fim, quando se relata um evento em que o inimigo se encontrava em território bizantino e o *stratēgós* aproveitou a sua ausência para pilhar a Cilícia<sup>165</sup>.

---

<sup>160</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 86-87.

<sup>161</sup> Nadia Maria El Cheikh, *op. cit.*, pp. 174-175.

<sup>162</sup> Ibn al-Atir refere que Nicéforo era descendente de um árabe de Tarso, convertido ao cristianismo, de seu nome Ibn al-Fuqās. A ser verdade, não deixaria de ser uma tremenda ironia. *Apud* Jean-Claude Cheynet, “Les Phocas”, apêndice à obra de Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *Le Traité sur la guerilla de l'empereur Nicéphore Phocas*, p. 320.

<sup>163</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio XI*, pp. 203-205.

<sup>164</sup> Idem, *Ibidem*, *Constitutio XV*, p. 367.

<sup>165</sup> Idem, *Ibidem*, *Constitutio XVII*, p. 419.

Não é inocente a referência que se faz no *De velitatione bellica* ao “tratado composto pelo venerável e mui sábio imperador Leão” e à utilização da situação acima referida, como exemplo de procedimento para invadir o território do inimigo quando este se encontra a pilhar o nosso<sup>166</sup>. Ao mencionar explicitamente Leão VI, fazia remontar a genealogia de Nicéforo Focas até um imperador legítimo, reputado pela sua sabedoria, e até um reinado em que Bizâncio começa a reorganizar-se e a responder aos raides que vinham do lado de lá da fronteira. A figura do “Sábio” serviria ainda para validar uma dinastia que tinha subido ao trono devido à popularidade dos seus feitos militares mas com alguma polémica, devido ao casamento de Nicéforo com viúva de Romano II, a imperatriz Teófane, relegando Basílio e Constantino, filhos do falecido imperador, para segundo plano.

Nicéforo, o antigo, morre em data incerta, perto do ano 900, e deixa dois filhos, Leão e Bardas, o pai de Nicéforo Focas. Ambos seriam *stratēgoi* dos *témata* mais importantes, o da Capadócia e o da Anatólia, e *domestikoi scholae*, o primeiro entre 915 e 918 e o segundo entre 944 e 955. Leão Focas fica ligado à pesada derrota de Acheloos, no ano de 917, e pouco tempo depois revolta-se contra o seu antigo camarada, Romano Lecapeno, quando este se faz coroar imperador; a iniciativa acabaria por sair-lhe muito cara, pois ficaria cego, por ordem do seu rival<sup>167</sup>. Os Focas veem-se afastados de qualquer comando militar durante grande parte do reinado de Romano I até que, em 941, Bardas é chamado pelo imperador para integrar o contingente de João Curcuas, enviado para enfrentar os Russos que ameaçavam a Bitínia.

A ascensão de Constantino VII ao trono, em 944, tornou Bardas Focas o general preferido do poder imperial e o principal adversário de Sayf al-Dawlah. Durante dez anos, até à sua substituição pelo filho, Nicéforo, Bardas Focas foi o responsável pela coordenação da defesa da fronteira e pela resposta aos raides efetuados pelo emir de Alepo. Nem sempre terá sido bem-sucedido. Aliás, provavelmente foram mais as derrotas sofridas do que as infligidas aos Hamdânidas, o que levou João Skylitzes a afirmar, por certo com algum exagero, que, após ter sido nomeado *domestikós scholae*, Bardas Focas não realizou nada que fosse digno de registo; um bom comandante quando colocado sob o comando de outros, mas um péssimo general quando tinha de depender do seu próprio julgamento<sup>168</sup>. São inúmeras as referências que as fontes fazem à época em que era o comandante supremo dos exércitos bizantinos na fronteira, sem grande benefício para a sua figura: em 952, é derrotado junto a Maras, na

---

<sup>166</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 20, pp. 219-223; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XX, pp. 80-85.

<sup>167</sup> Charles Personnaz, *op. cit.*, p. 32.

<sup>168</sup> John Wortley, *op. cit.*, p. 232.

Mesopotâmia<sup>169</sup>; no ano seguinte, enquanto Bardas Focas se encontrava em campanha na Síria, Sayf al-Dawlah ataca as forças comandadas pelo seu filho mais novo, Constantino, *stratēgós* da Selêucia, captura-o e leva-o para Aleppo, onde morreria no cativeiro<sup>170</sup>; finalmente, em 954, sofre nova derrota, desta vez próximo da fortaleza de Hadath, apesar de gozar de grande superioridade numérica<sup>171</sup>.

Esta série de insucessos levantou muitas dúvidas quanto à capacidade de Bardas Focas para liderar os exércitos bizantinos envolvidos na guerra contra os Hamdânidas, o que levou o imperador Constantino VII a substituí-lo pelo filho Nicéforo, como *domestikós scholae*, no ano de 955. Esta situação terá, certamente, ferido o orgulho do velho general, de idade avançada e com muitos anos de serviço militar, embora manchados pelas derrotas acima referidas. Indicá-lo, juntamente com Constantino Maleinos, tio materno de Nicéforo, como aqueles que aperfeiçoaram as táticas de guerrilha descritas no *De velitatione bellica*, parece forçado, pelo que o autor terá procurado reabilitar a sua figura devido à ligação familiar com o imperador e não devido à sua capacidade como comandante militar. Sabemos ainda que Leão, filho de Bardas e irmão de Nicéforo, terá sido o elemento da família Focas que mais se terá distinguido, com sucesso assinalável, no combate contra Sayf al-Dawlah, particularmente durante o tempo em que foi *stratēgós* do *téma* da Capadócia e tinha de procurar equilibrar a balança no que dizia respeito à (des) proporção das forças.

Julgamos que a omissão de Leão Focas é propositada e pode ter duas explicações fundamentais. A primeira assenta na autoria do tratado. Já mencionámos que desconhecemos o nome do seu autor, mas que o mesmo nos vai oferecendo diversas pistas, aqui e ali; não subsistem dúvidas de que foi um *stratēgós* responsável por um dos *témata* que faziam fronteira com o emirado de Tarso, possivelmente o da Anatólia ou o da Capadócia; no prólogo afirma-se que foi introduzido nas táticas de guerrilha por Bardas Focas<sup>172</sup>, pelo que este, ou foi seu superior hierárquico, ou seu familiar (ou, possivelmente, ambas as coisas); por último, o tratadista deixa escapar que comandou tropas no Ocidente durante muito tempo, o que se coaduna com o sabemos sobre a sua carreira, nomeadamente com o desempenho do

---

<sup>169</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 181.

<sup>170</sup> As circunstâncias da sua morte são incertas. João Skylitzes afirma que Constantino Focas foi envenenado pelo emir de Aleppo, após recusar converter-se ao Islão; Yahya de Antioquia não é da mesma opinião e aponta como causa de morte uma doença indeterminada. Sayf al-Dawlah delegou nos cristãos de Aleppo a tarefa de sepultar o seu corpo e escreveu a Bardas Focas, consolando-o pela morte do filho. Cfr. John Wortley, *op. cit.*, p. 233 e Ivan Kratchovsky e Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 771.

<sup>171</sup> Ivan Kratchovsky e Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 772.

<sup>172</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, p. 149; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, p. 17.

cargo de *domestikós*, nos Balcãs, durante o reinado de Romano II<sup>173</sup>. Ou seja, como autor (ou redator) a sua ausência torna-se compreensível.

A outra explicação pode residir na cronologia do tratado e nos eventos que se seguiram ao assassinato do seu irmão, em 969, às mãos de João Zimisce. Ao receber a notícia, Leão revoltou-se contra o novo imperador e acabou exilado na ilha de Lesbos. O seu filho, Bardas Focas, duque de Córdia e Coloneia, foi exonerado dos seus comandos e exilado na ilha de Quios<sup>174</sup>, onde permaneceria sete anos, até que foi chamado de volta para repelir a rebelião de Bardas Sclero, seu primo. Durante os anos seguintes, já como *domestikós scholae*, prestou importantes serviços ao império, particularmente na Síria. Em 987, junta-se ao seu antigo inimigo, Bardas Sclero, e revolta-se contra Basílio II e Constantino VIII, acabando por ser aclamado imperador em Cesareia. Dois anos volvidos, é definitivamente derrotado<sup>175</sup>. Face a isto, é compreensível que durante o reinado de João Zimisce e, sobretudo, durante o reinado de Basílio II (976-1025), os elementos da família Focas não tenham gozado de grande simpatia junto do imperador; afinal de contas, tinham conspirado contra ele e tentado usurpar o trono, tornando-se perigosas as manifestações públicas em seu favor, entre as quais podemos incluir o tratado que agora analisamos, um panegírico familiar com agenda própria.

### 6.3. Nicéforo e o exército

A ligação umbilical da família Focas ao exército leva alguns autores a retratar Nicéforo como alguém que tolerava e minimizava os excessos cometidos pelos soldados. É famosa a descrição feita por João Skylitzes de um episódio que ocorreu no hipódromo. Durante a Páscoa, deu-se uma altercação entre marinheiros e alguns arménios, na qual se perderam vidas e que, por pouco, não custou a vida ao *éparchos* da cidade. Rapidamente se espalhou o rumor de que o imperador queria castigar os cidadãos que se julgava terem sido os instigadores da rixa. Após a corrida de cavalos que nesse dia decorria no hipódromo, ordenou a alguns homens que combatessem com armas reais, como se de uma luta real se tratasse; a assistência associou esta demonstração à suposta vingança relativamente ao incidente com os marinheiros e espalhou-se a histeria coletiva, resultando na morte, por esmagamento, de alguns espetadores que tentaram fugir. Enquanto decorria esta cena, Nicéforo permaneceu

---

<sup>173</sup> Alice-Mary Talbot e Denis F. Sullivan, *op. cit.*, p. 71.

<sup>174</sup> John Wortley, *op. cit.*, p. 272.

<sup>175</sup> Jean-Claude Cheynet, “Les Phocas”, pp. 347-348.

sentado no trono, autoritário e sereno<sup>176</sup>. Mas mais do que a sua atitude complacente perante estes excessos, havia o pesado fardo que as campanhas militares representavam, em termos fiscais, para a população. À especulação do preço do milho seguiu-se uma política fiscal caracterizada por impostos extraordinariamente elevados; não satisfeito, o imperador emitiu uma nova moeda de ouro, mais leve, o *tetarteron*, e decretou que os impostos e as taxas devidas ao Estado deveriam continuar a ser pagos na antiga moeda, o *nómisma*, ao passo que os pagamentos imperiais se realizariam na nova moeda<sup>177</sup>.

Talvez um dos aspectos mais surpreendentes do *De velitatione bellica* seja a inclusão, no capítulo XIX (dedicado à condição do exército, ao seu armamento e ao treino militar), de um verdadeiro manifesto a favor dos soldados. Aqui, o autor aborda questões como o soldo, as indemnizações e as gratificações, as isenções fiscais ou os privilégios jurídicos<sup>178</sup>. O soldado só combaterá com entusiasmo se o seu bem-estar material estiver assegurado através do pagamento do soldo, das indemnizações de subsistência e de gratificações diversas. Todas estas prerrogativas se destinam a compensar o soldado do *téma*, bem como a sua família, do esforço financeiro necessário para o equipar e, de alguma forma, assegurar o conforto desta enquanto o combatente se encontra em campanha<sup>179</sup>. Estes benefícios variavam consoante alguns critérios: o estatuto fiscal dos soldados, com diferenças entre aqueles que tinham obrigações militares decorrentes do seu património latifundiário e os outros que eram enviados em sua substituição; o tipo de serviço prestado, isto é, fazia-se uma distinção entre a participação na defesa das fronteiras ou num corpo expedicionário destinado a um território mais distante; e o posto ou a função que ocupava no exército, que podia oscilar entre auxiliar e combatente de elite<sup>180</sup>. A partir do século X, as forças dos *témata* começam a ser compostas por soldados “profissionais”, residentes ou naturais do local de recrutamento, provenientes de uma imigração mais ou menos organizada e que constituem a base destes contingentes locais; são as *stratiôtai*, “famílias militares”, por oposição às *politikói*, as “famílias civis”<sup>181</sup>.

As gratificações correspondem ao reforço do soldo do combatente, sendo atribuídas anualmente ou de forma esporádica, para comemorar uma festa religiosa, um evento importante, um nascimento imperial ou um sucesso militar. Contudo, o autor do tratado refere

---

<sup>176</sup> John Wortley, *op. cit.*, pp. 264-265.

<sup>177</sup> Rosemary Morris, *op. cit.*, p. 96.

<sup>178</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 19, pp. 215-219; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XIX, pp. 76-79.

<sup>179</sup> Hélène Glykatzí-Ahrweiler, “Recherches sur l’administration de l’empire byzantin aux IX<sup>e</sup>-XI<sup>e</sup> siècles”, *Bulletin de correspondance hellénique*, Vol. 84, s.l., 1960, pp. 6-7.

<sup>180</sup> Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, p. 277.

<sup>181</sup> Idem, *Ibidem*, p. 278.

que estas regalias devem ser atribuídas com maior frequência do que é habitual e se encontra instituído<sup>182</sup>, passando esta responsabilidade, um tanto ou quanto arbitrária quando comparada com o soldo e as indemnizações, para as mãos do *stratēgós*. Também neste domínio existe uma distinção no que diz respeito ao fim a que se destinam: se o pagamento atempado do soldo deve servir para proporcionar bem-estar material ao soldado, as gratificações subsidiam a compra de melhores montadas e permitem-lhe complementar o seu equipamento, através da aquisição de armamento bastante dispendioso mas que poderá fazer a diferença entre um simples auxiliar e um guerreiro de elite: a espada, a lança, o escudo ou a armadura<sup>183</sup>. Na verdade, parece existir uma tendência cada vez mais acentuada para a importância do cavalo no exército bizantino. Para o século X, estima-se que o valor necessário para manter o cavaleiro de um *téma* variaria entre os 288 e os 360 *nomísmata* (4 a 5 libras de ouro), muito diferente de um marinheiro, que necessitaria de aproximadamente metade deste valor<sup>184</sup>. Este valor considerável contrasta com a ideia geral de que os soldados dos *témata* eram meros camponeses que viviam daquilo que as suas terras produziam; pelo contrário, permite reforçar a ideia de que alguns destes guerreiros possuíam meios financeiros que os transformavam numa verdadeira elite rural. No final do século X e no início do século XI, o rendimento destes camponeses, proprietários de terras, terá sofrido algumas oscilações, o que sugere que as 4 ou 5 libras de ouro não constituiriam um valor assim tão elevado; de acordo com a legislação promulgada por Nicéforo Focas, 12 libras em ouro seria o montante estipulado para manter um cavaleiro pesado – a base do novo sistema tático – juntamente com os seus criados e escudeiro<sup>185</sup>. Nem todos os cavaleiros possuiriam tais rendimentos, o que só demonstra a exclusividade deste novo corpo.

O problema, sem dúvida importante, do equipamento dos soldados dos *témata*, era discutido desde inícios do século X, pelo menos. O *Taktiká* de Leão VI procura uma saída, ainda que teórica, para esta questão: o soldado constitui o único responsável pela aquisição do seu equipamento, pelo que deverá ser recrutado no seio das famílias mais abastadas<sup>186</sup>; deve existir uma solidariedade nacional, de carácter religioso, para equiparar o exército cristão ao exército muçulmano<sup>187</sup>, financiado voluntariamente através dos *waqf*<sup>188</sup>; por intermédio de um

---

<sup>182</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 19, p. 215; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XIX, p. 76.

<sup>183</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 19, p. 217; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, p. 77.

<sup>184</sup> John Haldon, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, p. 267.

<sup>185</sup> Paul Magdalino, “The byzantine army and the land: from *stratitikon ktéma* to military *pronoia*”, *Byzantium at War*, Atenas, National Hellenic Research Foundation, 1997, p. 16.

<sup>186</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio IV*, p. 47.

<sup>187</sup> Idem, *Ibidem, Constitutio XVIII*, p. 483.

artifício fiscal, os cidadãos com mais recursos deveriam patrocinar o equipamento dos soldados mais pobres<sup>189</sup>; por fim, como alternativa, sugere-se a utilização de um modelo antigo, em que o *stratēgós* era escolhido pelos cidadãos mais abastados, utilizando o seu próprio património para equipar os homens sob o seu comando, com o intuito alcançar o seu reconhecimento<sup>190</sup>.

Outro benefício referido no *De velitatione bellica* são as isenções fiscais. Os benefícios fiscais encontram-se associados à prestação do serviço militar e não à posse das terras ditas “militares”. Esta diferenciação é pertinente: quem possui terras “militares” não é obrigado a prestar serviço militar; em alternativa, pode enviar alguém no seu lugar desde que pague o equipamento e o armamento do seu substituto. Sabemos que, pelo menos desde o reinado de Romano I, se procurou legislar no sentido de garantir que não existiria uma diminuição do número de pequenos proprietários, importante fonte de receitas e de capital humano para as fileiras do exército. Esta proteção, possivelmente consignada numa lei de 922, previa a aplicação do direito de preferência, sobre o aluguer ou a venda de terras de pequenos proprietários, em circunstâncias muito próprias e previamente estabelecidas, protegendo o pequeno latifúndio da especulação dos mais poderosos e impedindo a excessiva subdivisão da propriedade. Quem violasse as disposições regulamentadas pelo imperador era obrigado a restituir o património fundiário que havia adquirido, sem direito a compensação e forçado ao pagamento de uma multa pecuniária. Apesar do esforço efetuado pelo poder central, os principais interessados na aplicação destas medidas, os pequenos proprietários, começaram a ser severamente prejudicados, com os maus anos agrícolas, as epidemias e o custo do equipamento militar a constituírem um fardo demasiado pesado, acrescido da impossibilidade de alienar as suas terras<sup>191</sup>.

Quase no final do capítulo XIX, encontramos uma passagem relativa à situação jurídica dos soldados. A gráfica descrição que aí se reproduz, com os “salvadores dos cristãos” a sofrerem uma série de castigos públicos pela mão de juízes civis, de entre os quais se destaca o uso do chicote e de correntes<sup>192</sup>, revolta o autor. Não é apenas o castigo e a humilhação pública destes homens que o indigna; mais do que isso, parece ser a ilegalidade do ato: apenas o *stratēgós* do *téma* tem o poder de aplicar a justiça aos soldados que se encontram sob o seu comando, auxiliado por funcionários públicos. De igual modo, numa

---

<sup>188</sup> Doações pecuniárias destinadas a apoiar a *jihād*.

<sup>189</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio XX*, p. 611.

<sup>190</sup> Idem, *Ibidem, Constitutio IV*, p. 49.

<sup>191</sup> George Ostrogorsky, *op. cit.*, pp. 270-274.

<sup>192</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 19, pp. 217; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XIX, pp. 78-79.

*toúrma*, é o *toúrmarchos* quem julga os homens sob o seu comando, de acordo com a lei e os regulamentos em vigor. Este esvaziar de poder administrativo e judicial, em relação às autoridades civis, demonstra que a sociedade, nestes *témata* fronteiriços, se encontra altamente militarizada, o que de algum modo dá razão àqueles que, como João Skylitzes, retratam Nicéforo Focas como sendo avesso a tudo o que era civil.

Acima de tudo, o que o imperador procura é estabelecer uma ligação afetiva com os soldados, não baseada numa relação governante-súbdito, mas sim num vínculo mais profundo, ainda que fortemente hierarquizado, estabelecido entre indivíduos que combatem lado a lado, partilham dos mesmos infortúnios e conquistam a glória em nome de Cristo; no fundo, apesar da enorme diferença que separa o *basileús* dos seus súbditos, são companheiros de armas. O estatuto do militar bizantino atingirá o ponto máximo quando Nicéforo tentar que qualquer soldado morto em batalha ascenda à dignidade de mártir! Tudo em nome da sacralização da guerra.

A relação de Nicéforo Focas com os homens que comandava e com o estatuto social de que gozavam são apenas duas das facetas do *De velitatione bellica*; também não podemos menosprezar a importância que o tratado tem na reabilitação, a título póstumo, do imperador e da sua família. São, certamente, aspetos importantes e que permitem enquadrar o contexto retratado pelas páginas do *De velitatione bellica*. Contudo, o que é mais importante e constitui o móbil do presente estudo são as táticas, ditas de “guerrilha”, abordadas neste tratado.

Existiam diferentes possibilidades formais para tratar esta questão. Para ser mais fácil para o leitor, optámos por apresentar o estudo da valência mais prática do tratado por grandes temas, e não segundo os diversos capítulos do original; conforme já referimos, alguns desses capítulos repetem a informação, o que poderia constituir um grande incómodo, do ponto de vista da sistematização dos temas, para quem não está familiarizado com o tratado.

Assim, analisaremos o *De velitatione bellica* a partir dos grandes temas que este apresenta: os raides árabes, onde se individualiza e caracteriza o tipo de incursão efetuada por este povo; a observação e o contacto, dois elementos primordiais no planeamento das operações por parte dos generais bizantinos; evidenciaremos também o papel da geografia enquanto factor condicionante e, ao mesmo tempo, importante na prática da guerrilha na fronteira do Tauro; em seguida, enunciaremos as particularidades desta *petite guerre*, nomeadamente a relevância que a dissimulação e o fator psicológico têm na aplicação das táticas militares consignadas no *De velitatione bellica*; merecerá ainda um lugar de destaque a guerra de cerco, mencionada devido à importância que tem no pensamento militar bizantino; por fim, conduziremos o leitor pelos meandros dos combates noturnos, muito úteis quando se

conhece o terreno e se tem a possibilidade de atacar o oponente quando este menos espera. Sempre que possível, referiremos exemplos práticos, presentes nas fontes, onde se evidenciem as situações retratadas pelo autor de *De velitatione bellica*; de igual modo, utilizaremos outros tratados, como o *Stratēgikón* ou o *Taktiká*, para verificar se a informação veiculada no tratado é nova ou se, pelo contrário, estamos perante preocupações recorrentes e comuns a diversos autores.

#### 6.4. Lidar com os raids árabes

A primeira referência que encontramos na tratadística militar bizantina à sazonalidade das incursões dos Árabes surge na *Constitutio XVIII* do *Taktiká* de Leão VI, onde se discutem as práticas dos diferentes povos que se opõem aos Bizantinos e as suas formações de batalha:

“Eles prosperam, portanto, no bom tempo e nas estações mais quentes, reunindo as suas forças, especialmente no verão, quando se juntam com os habitantes de Tarso, na Cilícia, e partem em campanha. Noutras épocas do ano, somente os homens de Tarso, Adana e outras cidades da Cilícia lançam raids contra os Romanos”<sup>193</sup>.

Ainda no mesmo local, alerta-se para que se ataquem estes contingentes apenas nos meses de inverno, certamente para beneficiar do reduzido número do inimigo, constituído em exclusivo por forças provenientes dos *thughûr* da Cilícia. De qualquer modo, deve evitar-se ao máximo entrar em combate com o inimigo, mesmo que se tenha superioridade numérica, uma vez que a sorte pode decidir o resultado de uma batalha<sup>194</sup>. A situação deve ter mudado um pouco nos 50 anos seguintes, embora os grandes raids concertados se tenham mantido, como confirma o autor do *De velitatione bellica*:

“O general deve contar receber notícias sobre a preparação e o movimento de um grande exército, sobretudo na época do ano em que se espera a reunião de grandes exércitos, geralmente no mês de agosto. Nesse mês, grandes números vêm do Egito, da Palestina, da Fenícia e do sul da Síria para a Cilícia, para a região em redor de Antioquia e Alepo e, acrescentando alguns Árabes à sua força, invadem território romano em Setembro”<sup>195</sup>.

Podemos então afirmar que os problemas continuam a ser os mesmos: os raids sazonais, efetuados por contingentes provenientes de localidades como Tarso ou Adana; e as

---

<sup>193</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio XVIII*, pp. 481-483.

<sup>194</sup> Idem, *Ibidem, Constitutio XVIII*, p. 483.

<sup>195</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 7, p. 163; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. VII, p. 30.

operações dos grandes contingentes árabes, que se reúnem uma vez por ano e que executam raides contra território bizantino, seguramente tendo a pilhagem como objetivo principal; estas forças não são um exército de conquista, têm um determinado fim e um tempo limite para o alcançar, retirando logo que possível para o abrigo proporcionado pelas fortalezas de fronteira. No entanto, o tratado vai mais longe e individualiza os vários tipos de ataque que o inimigo pode empreender<sup>196</sup>:

- 1) O simples raide, efetuado exclusivamente por tropas de cavalaria que se movimentam durante a noite e param apenas para descansar as suas montadas, procurando dirigir-se rapidamente contra o seu alvo e retirando em seguida<sup>197</sup>;
- 2) Um raide que combina as tropas de cavalaria com as tropas de infantaria, as quais, apesar de partirem juntas, se separam em território bizantino. Têm funções bastante distintas; enquanto a cavalaria vai à frente, abrindo caminho e atacando as aldeias que não esperavam a sua presença, a infantaria fica para trás, juntamente com a bagagem, escolhe um sítio apropriado (de preferência com boa visibilidade) e monta o acampamento. Aí, devem aguardar pela chegada da cavalaria que já libertou o caminho de eventuais focos de resistência. Por outro lado, a infantaria deverá ter servido para proteger a cavalaria dos ataques que a visavam diretamente, propiciados pelas passagens estreitas e pelo terreno montanhoso<sup>198</sup>;
- 3) Uma operação mais complexa que combina novamente a cavalaria e a infantaria, consiste em progredir em território bizantino e acampar durante a noite; daí um grupo de cavalaria parte rumo ao objetivo do raide enquanto a infantaria aguarda na segurança do acampamento, avançando todos os dias na direção do grupo que partiu para realizar a pilhagem e acabando, eventualmente, por se unir com esta<sup>199</sup>. A ideia parece ser impedir a quebra de comunicação entre as forças e proporcionar um bom aprovisionamento aos elementos que se separaram do grupo principal;
- 4) Por fim, podemos juntar a este grupo as grandes campanhas ofensivas, com um grande número de efetivos e de cariz anual. A duração destas operações é mais longa do que

---

<sup>196</sup> Neste ponto seguimos a tipologia sugerida por Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu. Cf. Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, pp. 159-165.

<sup>197</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, pp. 161-163; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. VI, pp. 28-29.

<sup>198</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 10, p. 175; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. X, pp. 40-41.

<sup>199</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 9, p. 169; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. IX, p. 35.

as que acima referimos; não têm como objetivo atingir uma aldeia, mas sim devastar uma região inteira. Este sistema faz com que os Árabes mudem sistematicamente de acampamento, por razões de segurança mas, acima de tudo, porque os seus acampamentos fortificados servem de bases móveis para os violentos raides que estas forças executam<sup>200</sup>.

A identificação do tipo de ação levada a cabo pelos Árabes é importante, na medida em que permite aos Bizantinos definir táticas e procedimentos destinados a contrariá-las. Existiam muitos fatores que transformavam em sucesso os raides dos Hamdânidas: tinham a melhor cavalaria ligeira da época, constituída por hábeis guerreiros que faziam da destreza com os seus velozes cavalos a sua melhor arma; a infantaria, uma autêntica força multinacional composta por combatentes experimentados, habituados à vida militar e, alguns deles, tais como os Dailamitas, familiarizados com o tipo de guerra praticado nas regiões montanhosas; os *thughûr*, que funcionavam como bases de apoio e, na esmagadora maioria dos casos, como ponto de partida das expedições lançadas contra Bizâncio. Resumindo, tinham os meios necessários para entrar em solo bizantino e sair com a mesma velocidade com que tinham entrado.

Como contrariar esta guerra de atrito que apenas tem como propósito a pilhagem, a destruição e a captura de prisioneiros? A resposta bizantina, sistematizada nas páginas do *De velitatione bellica*, passou por aproveitar as vantagens concedidas pelo terreno montanhoso, utilizando os caminhos estreitos que serpenteavam as paisagens dos *témata* fronteiriços para realizar emboscadas e montar armadilhas; alguns dos estratagemas chegam mesmo a aproveitar-se dos pontos fracos do inimigo, como a descoordenação provocada pela pilhagem. O conhecimento do terreno assume uma importância primordial pois permite antecipar o local onde o inimigo vai montar o seu acampamento ou qual o itinerário que vai seguir. Não se coibindo de recorrer à dissimulação, o *stratēgós* tem de procurar equilibrar as forças, na maioria dos casos sem a possibilidade de receber reforços de outros *témata* e muito menos do poder central. Tem a responsabilidade de tornar a presa no caçador.

---

<sup>200</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 13, p. 189; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XIII, p. 53.

## 6.5. A observação e o contacto

O funcionamento das táticas de guerrilha dependia da observância rigorosa de alguns princípios, como a segurança, a observação e a correta transmissão das ordens por toda a cadeia de comando. Numa guerra feita de imprevistos e onde a surpresa impera, ganha quem souber aproveitar as particularidades do terreno para alcançar uma vantagem importante: a invisibilidade perante o inimigo. Isto implica que, desde que um raide árabe entre em território bizantino, exista um sistema de vigilância e de transmissão de informação que permita antecipar o movimento desse ataque: quais os caminhos que vai tomar; em que locais pode acampar a força que o compõe; onde se localizam os pontos de água que homens e animais podem utilizar para saciar a sua sede; ou mesmo que povoações estão mais suscetíveis de ser o alvo do inimigo.

No *De velitatione bellica* podemos encontrar dois tipos de vigilância, interligados, mas de diferente natureza: a vigilância passiva, efetuada por uma sentinela colocada num posto avançado, a qual tem como principal função detetar o início do movimento do inimigo e comunicá-lo ao posto de observação seguinte; e a vigilância ativa, realizada por um soldado que se encontra bastante próximo das linhas do inimigo, escondido, com a missão de recolher o maior número de informações possíveis sobre a força invasora: a sua caracterização, composição e movimentação. Em relação ao primeiro tipo, o tratado recomenda ao *stratēgós* que estabeleça, durante a noite, uma linha, dupla ou tripla, de postos de vigia, cada qual composto por quatro homens que irão alternar em grupos de dois. A rápida transmissão da mensagem poderia trazer uma vantagem estratégica, pois o comandante ficava informado, com precisão, da localização e da movimentação do inimigo. Para não ser surpreendido, deveria mudar o local do acampamento muitas vezes durante a noite<sup>201</sup>, deixando seis homens para trás<sup>202</sup>; estes tinham uma tarefa importante, pois funcionavam como elemento de ligação entre os postos de vigia e a força comanda pelo *stratēgós*, impedindo que a comunicação fosse interrompida e possibilitando o fluxo constante de informação.

O segundo tipo é composto por uma força móvel de batedores ou cavalaria ligeira, encarregados de informar o *toúrmarchos* ou o *stratēgós* logo que tenham conhecimento da região que o inimigo pretende pilhar; por outro lado, são estes batedores que todas as noites observam o acampamento árabe, a fim de observar qualquer movimento suspeito e informar o

---

<sup>201</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 8, p. 167; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 34.

<sup>202</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 15, p. 199; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XV, p. 63.

comandante no momento em que as forças do raide iniciam a sua marcha. Esta vigilância noturna tem capital importância porque permite manter um contacto permanente com a força inimiga, sem ser visto, e recolher informações através da utilização de vários métodos: calcular o número de cavaleiros que compõem o exército inimigo, através das marcas dos cascos dos cavalos, impressas no solo, ou pela análise do acampamento do inimigo, após este o ter abandonado<sup>203</sup>. Este tipo de ensinamentos contidos no *De velitatione bellica* era do conhecimento dos comandantes militares da altura: Leão, o Diácono, refere algumas das táticas utilizadas por Leão Focas, durante a campanha contra os Magiares, para conseguir calcular o número do inimigo, escapando aos postos de vigia e espiando o seu acampamento<sup>204</sup>.

O acompanhamento do inimigo impede que sejam realizados ataques surpresa e emboscadas que surpreendam a força bizantina, alertando para as saídas noturnas de um grupo de cavaleiros ou para a preparação de emboscadas contra o *toúrmarchos*, pelo que o tratado adverte que “as unidades responsáveis pela observação devem ser muito astutas e cuidadosas, para evitar que aconteça alguma coisa deste género”<sup>205</sup>. Se o inimigo escapasse aos observadores, não restava outra opção ao *stratēgós* que não fosse aguardar pelo seu regresso ao acampamento ou então ocupar as passagens montanhosas pelas quais teria de fazer a retirada para o seu território. A perseguição ao inimigo era liderada pelo *toúrmarchos*, possivelmente o segundo comandante, que dispunha de uma força de cavalaria, rápida e facilmente mobilizável. Enquanto o *stratēgós* permanecia num local com bom domínio visual sobre a paisagem envolvente, eram enviados os *expilatores*<sup>206</sup>, que evacuavam toda a população civil da aldeia que seria o alvo do raide, encaminhando pessoas e animais para a fortificação mais próxima; caso não existisse, ou ficasse demasiado longe, conduziam-nos para um ponto naturalmente defensável, nas montanhas. No final do dia, a força liderada pelo *toúrmarchos* dedicava-se a patrulhar as elevações sobranceiras aos caminhos, observando as nuvens de pó levantadas pela deslocação do invasor e estimando o seu eventual itinerário e

---

<sup>203</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 6, p. 161; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. VI, p. 29.

<sup>204</sup> Cf. Alice-Mary Talbot e Denis F. Sullivan, *op. cit.*, p. 72.

<sup>205</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 9, p. 171; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. IX, p. 37.

<sup>206</sup> Os *expilatores* eram tropas que executavam a pilhagem. Neste caso, o termo é utilizado para designar tropas de cavalaria ligeira, possivelmente batedores. Poderá ser equivalente aos termos *trapezites* ou *tasinaroi*, também presentes no tratado.

local de acampamento; quando se identificava o sítio onde o inimigo ia acampar, transmitia-se, tão rápido quanto possível, a informação ao *stratēgós*<sup>207</sup>.

Para transmitir as informações recolhidas, é necessário que exista uma comunicação, rápida e constante, entre o *toúrmarchos* encarregado das unidades que executam a observação e o *stratēgós*, que se juntará a este com o grosso das forças bizantinas sob o seu comando. Como não podiam abandonar os seus postos, era necessário que existisse um oficial de ligação<sup>208</sup>, responsável pela transmissão de dados que permitissem ao comandante não só saber o movimento do inimigo, mas também acompanhar as mudanças de localização dos postos de vigia, montados para o observar. Os elementos encarregados de recolher informação deviam, ao mesmo tempo que seguiam os movimentos do inimigo, avaliar os seus efetivos e tentar prever o seu percurso; este momento era crucial, uma vez que o *stratēgós* dispunha de aproximadamente 24 horas de atraso em relação ao invasor, esperando para o emboscar nas povoações que havia evacuado.

Durante o regresso da força que compunha o raide ou a expedição, a vigilância continuava, com o objetivo a passar por prevenir que o inimigo procedesse à pilhagem indiscriminada das povoações situadas no seu itinerário e a determinar o desfiladeiro pelo qual iria regressar ao seu território. Ignorar estes preceitos em relação à segurança, perder o contacto com a força inimiga e calcular mal o seu número poderia trazer consequências nefastas para o contingente bizantino, expondo-o a uma possível surpresa e levando à sua aniquilação. Nas palavras do autor do *De velitatione bellica*:

“Tu deves, general, fazer um uso rigoroso das medidas de segurança e estar atento para que não sejas vítima de um ataque surpresa ou para que o inimigo não te surpreenda. Terás proteção e segurança todos os dias se enviáres homens para observar o exército inimigo no seu acampamento; porque o inimigo é um assunto de grande importância e vai utilizar todos os meios ao seu dispor para te atacar quando menos o esperares”<sup>209</sup>.

Conforme pudemos constatar, executar operações de vigilância nestas regiões, de forma rigorosa, implica conhecer muito bem o território. A geografia e a topografia dos lugares irão tornar previsíveis a movimentação do inimigo, feita em função dos

---

<sup>207</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 8, p. 165; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. VIII, pp. 31-32.

<sup>208</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 9, p. 169; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. IX, p. 35.

<sup>209</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 15, pp. 197-199; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XV, pp. 61-62.

constrangimentos que estas lhe colocam; permitem, acima de tudo, que sejam os combatentes dos *témata* a decidir a hora e o local do combate.

### 6.6. A geografia: caminhos, pontos de água e montanhas

O tratado tem uma vertente importante relacionada com a geografia; ela condiciona (ou auxilia) a movimentação dos exércitos e o desenrolar das operações. As referências a cidades e a rios são inúmeras, tais como as referências aos caminhos, que o autor conhece bem:

“A estrada que eles devem pensar em seguir deve levá-los desde as passagens da Selêucia e do *téma* do *Anatolikon* até às montanhas do Tauro que fazem fronteira com a Cilícia, com a Capadócia e com o Lykandos. Para além disso, existem as regiões junto a Germaniceia e Adata, Kaisun, Danoutha, Melitene e Kaloudia e as regiões para lá do rio Eufrates, perto do território chamado Chanzeti e do território hostil que se estende até Romanoupolis”<sup>210</sup>.

Para que fosse possível prever as rotas de penetração do inimigo, bem como as linhas de retirada possíveis, era necessário colocar sentinelas em locais onde o solo fosse nivelado e existisse água em abundância, pois seria aí que o inimigo estabeleceria o seu acampamento. Os caminhos que a força invasora utilizava eram ainda as vias romanas; ao contrário das estradas principais, que conduziam às cidades mais importantes do império, os caminhos desta região deviam encontrar-se em bastante mau estado, possivelmente não pavimentados, constituindo meros caminhos em terra batida. Durante a Segunda Cruzada, parte do contingente francês perdeu-se entre Lopadion e Adramyttion porque o caminho se encontrava em mau estado e as ervas estavam tão altas que não permitiam discernir o traçado<sup>211</sup>! As variações sazonais deveriam contribuir para este factor, limitando a movimentação das tropas bizantinas; se no verão era possível mover carroças com relativa facilidade e rapidez, no inverno a chuva inviabilizava as campanhas miliares, destruindo os caminhos e impossibilitando a travessia dos cursos de água.

Mas não são apenas as estradas principais que o *De velitatione bellica* menciona. No capítulo III, quando aborda a ocupação de terreno difícil antes da chegada do inimigo, o autor refere a existência de outros caminhos, apelidados pelos guardas fronteiriços de *átrapoi*<sup>212</sup>. Devemos estar na presença daquilo que poderíamos modernamente designar por caminhos

---

<sup>210</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 23, p. 231; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXIII, pp. 90-91.

<sup>211</sup> John Haldon, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, p. 53.

<sup>212</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 3, p. 155; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. III, p. 24.

vicinais, ou de “pé posto”, porventura itinerários utilizados por pastores, marcados pelo uso e que se rasgavam paralelamente aos caminhos principais. O dispositivo a adotar variava conforme se tratasse de um caminho que descia, encaixado por encostas escarpadas, ou, pelo contrário, de um trilho que bordejava uma ravina. No primeiro caso, o procedimento a utilizar passava por atacar de flanco as unidades que se encontravam a descer a passagem estreita; em seguida, a cavalaria esperava que o contingente inimigo estivesse totalmente disposto na estrada e atacava-o vindo de cima, tirando partido da velocidade e do poder de choque<sup>213</sup>.

Embora certamente se utilizassem mapas para as grandes campanhas expedicionárias, é pouco provável que os exércitos dos *témata* tivessem esse elemento ao seu dispor; nem haveria essa necessidade. Conforme referimos, estas forças locais ou regionais eram recrutadas no seu local de origem e, sendo certo que também participavam em campanhas ofensivas juntamente com as forças dos *tágmata*, cumpriam o seu serviço militar principalmente na sua circunscrição administrativa e geográfica; o tratado confirma esta situação, confiando na população autóctone “que conhece as estradas na perfeição”<sup>214</sup> e que “desempenha um papel essencial ao longo das estradas”<sup>215</sup>.

Associado aos caminhos, surge o controlo dos pontos de água. Este elemento podia ser visto de duas maneiras distintas: por um lado, a necessidade, inerente aos humanos e aos animais, de se hidratarem, especialmente no verão, quando existiam picos de calor que tornariam incomportáveis as campanhas militares; por outro, a barreira física que constituía, podendo funcionar como proteção de um flanco ou como factor impeditivo de uma retirada rápida. O tratado assinala a importância da água, tanto para o exército bizantino como para a força invasora: se a sua abundância pode determinar o local onde o inimigo poderá acampar<sup>216</sup>, já a sua escassez pode constituir um efeito desmotivador para os Árabes; mesmo que não os derrote irá “destruir o seu espírito guerreiro”<sup>217</sup>. Era por esta razão que as unidades bizantinas deviam agir em antecipação e ocupar as nascentes de água, utilizando-a para se refrescarem durante os meses quentes do verão, pelo que se ordena que cada companhia carregue dez sacos, destinados a matar a sede dos combatentes, durante a batalha. Na mesma

---

<sup>213</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 25, p. 239; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXV, pp. 97-99.

<sup>214</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 1, p. 151; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. I, p. 19.

<sup>215</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 2, p. 153; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. II, p. 20.

<sup>216</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 1, p. 151; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. I, p. 20.

<sup>217</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 10, p. 177; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. X, p. 43.

passagem faz-se referência às condições sanitárias, relacionadas com a água, nomeadamente aos cuidados a ter quando o fluxo é reduzido, pois “pode causar danos graves aos homens e colocá-los em grandes dificuldades”<sup>218</sup>, pelo que se aconselha evitar que a água fique lamacenta. Encontramos recomendações deste tipo no *Taktiká* de Leão VI, redigido em inícios do século X, onde se menciona a construção de um engenho destinado a manter a água a circular, gota a gota, evitando que estagne e que se torne imprópria para consumo<sup>219</sup>.

O autor do *De velitatione bellica* tem consciência de que são muitos os locais montanhosos, as passagens difíceis e os sítios rochosos que se deve ocupar<sup>220</sup>. Este território acidentado é característico da fronteira do Tauro, uma parede natural que serve para prevenir o ataque do inimigo ou dar-lhe resposta; em termos gerais, corresponde a uma elevação montanhosa, com boa visibilidade e de difícil acesso, naturalmente fortificada, onde se podia refugiar a população civil ou as tropas do *téma*, constituindo ainda um importante posto de observação. O tratado recomenda, de modo constante, a ocupação dos pontos altos do terreno, local propício à utilização de armas de arremesso ou à realização de emboscadas; serve ainda para efetuar a aproximação ao inimigo, sem ser detetado. O conhecimento destes locais permite que o *stratēgós* escolha o melhor lugar para dispor as suas forças, escondidas, até ao momento certo em que seja possível surpreender o inimigo; pode observar a chegada da força árabe destinada a pilhar uma aldeia, controlar os seus movimentos e atacá-la quando os homens que a compõem tiverem desmontado dos seus cavalos e se encontrem a revistar as casas. Quando menos o esperarem, já caíram 100 cavaleiros bizantinos sobre o grupo, lançando a confusão e obrigando-os a retirar desordeiramente em direção ao acampamento ou ao seu território de origem; no caminho, aguarda-os uma nova força bizantina, estacionada em ambos os lados de um desfiladeiro, que se abaterá sobre eles sem piedade, “com grande vigor e passará um grande número deles a fio de espada”<sup>221</sup>.

---

<sup>218</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 5, pp. 159-161; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. V, p. 27.

<sup>219</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio XV*, p. 379.

<sup>220</sup> Este princípio já era referido na Antiguidade, como comprova a passagem de *O general*, da autoria de Onasandro, filósofo grego do século I, onde se assinala a importância do controlo “das passagens à sua frente e as elevações à sua volta, confinando os inimigos numa espécie de gaiola”. Cf. Henderson, Jeffrey, *Aeneas Tacticus, Asclepiodotus, Onasander*, Harvard, Harvard University Press, 1928, p. 433.

<sup>221</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 10, pp. 175-177; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. X, pp. 41-42.

## 6.7. Táticas e dispositivos de guerrilha

O termo grego *paradomé*, utilizado pelo autor anónimo do *De velitatione bellica*, para dar título à sua obra, é empregue para designar os caminhos alternativos e as estradas secundárias paralelas às vias principais, localizadas em local de difícil acesso; logo, este termo dá o nome à técnica que utiliza estes mesmos caminhos para surpreender o adversário, confiando na rapidez de movimentos e no conhecimento do terreno<sup>222</sup>. Se entendermos a guerrilha no seu sentido mais restrito, isto é, uma guerra travada por civis armados ou por combatentes irregulares contra um exército convencional, então a *paradomé* bizantina é uma coisa distinta; não são os civis que combatem com esta técnica, mas sim as forças dos *témata*. É ainda assim uma guerra irregular, que evita o confronto direto sempre que possível, feita de emboscadas e golpes de mão. Acima de tudo, está dependente dos números, que irão condicionar a escolha de uma estratégia, por parte do *stratēgós*. Por esta razão é tão importante a observação do inimigo; as forças bizantinas contarão, na melhor das hipóteses, com cerca de 6000 cavaleiros. Os ataques e os tipos de emboscada à disposição do comandante visam equilibrar o desnível existente entre o defensor e o invasor, com inúmeras variantes.

Quando a expedição árabe marchava toda junta, não era aconselhável entrar em combate, a não ser que se tratasse de “uma pequena força”<sup>223</sup>, facilmente dominada por unidades de cavalaria e infantaria. Se a força inimiga contasse com um grande número de efetivos era preferível desviá-la do seu itinerário, barrando-lhe o caminho e atacando-a no momento em que passasse os desfiladeiros. Estas passagens montanhosas já haviam sido guarnecidas com antecedência, com unidades de infantaria colocadas em ambos os lados do caminho; se o terreno permitisse, deviam ser reforçadas por unidades de cavalaria. A infantaria devia bloquear a estrada, formando duas linhas: a primeira com soldados armados de escudo e dardo; e a segunda com arqueiros, fundibulários e lançadores de dardo<sup>224</sup>. O que se pretendia era que os homens da primeira linha dessem cobertura aos combatentes armados de forma mais ligeira, que utilizavam as armas de arremesso e os projéteis para fustigarem as linhas inimigas. De modo a evitar-se que o inimigo fugisse ou encontrasse um caminho alternativo nas imediações, como as supramencionadas *átrapoi*, deviam ser colocadas

---

<sup>222</sup> Gastone Breccia, “Grande imperi e piccole guerre. Roma, Bisanzio e la guerriglia (II)”, *Medioevo Greco*, 8, Alessandria, Edizioni Dell’Orso, 2008, p. 52.

<sup>223</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 3, p. 155; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. III, p. 22.

<sup>224</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 3, p. 155; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. III, pp. 23-24.

unidades de infantaria em todas as estradas. Esta situação traria dois problemas graves ao invasor: levava as suas tropas ao cansaço físico, devido à distância a que agora se encontravam do seu acampamento ou de uma estrada razoável; e, por fim, desmoralizava-o, o que só se tornava vantajoso para os Bizantinos, ansiosos por entrarem em combate<sup>225</sup>.

O tratado refere três episódios em que se utilizou, com sucesso, esta tática contra “Ali<sup>226</sup>, o filho de Hamdan, duas vezes no reinado do venerável imperador Constantino Porfirogeneta e uma vez no reinado do bondoso imperador Romano, seu abençoado filho”<sup>227</sup>. O primeiro aconteceu no ano de 950: Sayf al-Dawlah saiu de Alepo, no final do verão, e penetrou no coração da Ásia Menor, tendo atravessado o rio Halys com cerca de 30 000 homens e derrotado Bardas Focas; durante o regresso, carregado de prisioneiros e de saque, foi emboscado por Leão Focas, que aguardou a passagem da vanguarda, escondido, e depois bloqueou o caminho com troncos de árvore e pedras. O emir de Alepo escapou, por pouco, à emboscada, que só aconteceu porque se viu forçado a encontrar um caminho alternativo após verificar que lhe haviam bloqueado o seu itinerário, provocando um cansaço excessivo aos homens e aos animais<sup>228</sup>. No outono de 958, foi a vez de João Zimisce infligir uma grande derrota ao emir, capturando cerca de 1700 homens<sup>229</sup>.

Porventura a vitória mais famosa, utilizando esta tática, foi a que Leão Focas obteve em 960. Aproveitando o local montanhoso onde se encontrava<sup>230</sup>, o irmão de Nicéforo montou uma emboscada e esperou pela passagem do inimigo. Quando Sayf al-Dawlah se encontrava a passar por este caminho com o espólio do saque, Leão atacou no momento em que a força inimiga teve de quebrar a formação para conseguir transpor uma passagem estreita e de difícil acesso; o emir escapou porque ordenou que se deixasse para trás o saque, entretendo os soldados bizantinos que se dedicaram à pilhagem e conseguindo colocar-se em segurança, juntamente com a sua guarda pessoal<sup>231</sup>.

A ideia de combater o inimigo no regresso, quando já se encontra cansado e vem carregado de bagagem, é uma forma de explorar o seu cansaço físico e psicológico. Podemos ler no *De velitatione bellica*:

---

<sup>225</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 3, p. 155; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. III, pp. 23-24.

<sup>226</sup> Sayf al-Dawlah.

<sup>227</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 3, p. 157; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. III, pp. 24-25.

<sup>228</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, pp. 95-96.

<sup>229</sup> Idem, *Ibidem*, p. 98.

<sup>230</sup> Desconhece-se o local exato onde ocorreu este incidente. O único dado que parece ser consensual é que terá sido na fronteira entre a Capadócia e a Cilícia.

<sup>231</sup> Alice-Mary Talbot e Denis F. Sullivan, *op. cit.*, pp. 74-75.

“Eles devem estar carregados com muita bagagem, prisioneiros e animais. Os homens e os cavalos estarão tão cansados que irão cair durante a batalha. Também estarão com pressa e ansiosos por regressarem ao seu país rapidamente”<sup>232</sup>.

Cabia ao *stratēgós* diligenciar de modo a que tudo decorresse com a maior rapidez e organização possíveis. Ao saber que o inimigo começava a retirar, enviava um oficial capaz para reunir a infantaria e supervisionar a sua distribuição ao longo das troços mais difíceis da estrada. Sem descanso, o comandante colocava-se no encalço da força invasora<sup>233</sup>. Dirigindo-se ao local onde sabia que passaria o adversário, levava sob o seu comando uma força de cavalaria e deixava para trás os seus subalternos para lidarem com o inimigo que ficara a pilhar ou a recolher provisões; chegado ao local com pelo menos dois dias de avanço em relação ao adversário, juntava as suas unidades com as unidades de infantaria que já se encontravam a guardar a posição<sup>234</sup>.

Em circunstância alguma se deveria deixar o opositor retirar sem entrar em combate; as limitações que a força bizantina poderia ter, nomeadamente ao nível das tropas de infantaria, condicionariam um ataque mais organizado e em grande escala, mas mesmo que apenas dispusesse de poucos efetivos conseguiria, com a vantagem proporcionada pelo terreno montanhoso, socorrer alguns aldeãos que se encontravam cativos e matar ou ferir alguns dos seus captivos<sup>235</sup>. A retirada do inimigo realizava-se da forma mais desordenada possível, com a cavalaria a persegui-lo de perto e a infantaria a bloquear-lhe a passagem, o que resultaria em pequenas escaramuças travadas ao longo do caminho; por fim, um misto de infantaria ligeira e de cavalaria atacaria de flanco e desbarataria, por completo, a força adversária, “incapaz de resistir e forçada a fugir”<sup>236</sup>.

Os procedimentos acima descritos funcionavam como último recurso, se a força se tivesse mantido unida, particularmente durante a sua retirada. Em sentido contrário, o modo mais eficaz de atacar o inimigo era quando este se encontrava separado. O ponto mais vulnerável era o acampamento: as tropas de cavalaria tinham partido de madrugada e o local ficava guardado por tropas de infantaria, que asseguravam a proteção da bagagem. Com o

---

<sup>232</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 4, p. 159; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. IV, p. 26.

<sup>233</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 9, p. 173; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. IX, pp. 39-40.

<sup>234</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 23, pp. 231-233; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXIII, pp. 90-93.

<sup>235</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 10, p. 183; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. X, pp. 48-49.

<sup>236</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 23, p. 233; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXIII, p. 93.

auxílio de batedores experientes, o *stratēgós* descobria o local onde pastavam os animais de carga, camelos e muares; em seguida, dividia a sua força em dois grupos, um para roubar o gado e o outro para dar proteção enquanto se procedia a essa tarefa. Quando o opositor se apercebesse do que se estava a passar, enviava um *foulkon*<sup>237</sup> para repelir a ameaça; atentos, os Bizantinos perseguiram-nos com a sua cavalaria e o comandante empenhava o contingente, sob o seu comando direto, no combate, organizado “para carregar ferozmente contra o inimigo ou, se as forças enviadas contra si fossem mais numerosas, devia manter a formação”<sup>238</sup>.

Depois de haver assegurado que não existia perigo, o comandante bizantino ordenava que a sua força, composta por infantaria e cavalaria, rodeasse o acampamento árabe, atribuindo sectores aos diferentes grupos. Durante a noite, os Árabes eram fustigados pelos projéteis lançados pelos Bizantinos, ao mesmo tempo que viam o seu acampamento ser assaltado por tropas especializadas no combate corpo a corpo, que lhe causavam muitas baixas; o ânimo dado pela perspectiva do saque da bagagem do rival e a vantagem concedida pela noite eram incentivos importantes para os soldados bizantinos.

Outra abordagem podia passar por atacar os *mensuradores*, as tropas enviadas à frente da coluna principal para estabelecerem o acampamento. Após calcular o ritmo de marcha do inimigo, o *stratēgós* devia procurar o local ideal para este acampar no dia seguinte, escolhendo um local propício para montar uma emboscada, com cerca de trezentos cavaleiros; noutro sítio próximo, naturalmente defensável, colocaria uma segunda força. Quando o inimigo chegasse, era recebido por uma carga de cavalaria; se conseguisse repelir esta primeira emboscada e perseguisse a força que a compunha, caía na armadilha montada pelo segundo contingente, mais numeroso, que lhe causaria inúmeras baixas, obrigando-o a retirar, “sem conseguir realizar nada de relevante e perdendo a maioria dos seus homens”<sup>239</sup>.

A cavalaria árabe, ao abandonar o local do acampamento, separando-se da infantaria que lhe poderia conceder alguma proteção nas passagens montanhosas, punha-se à mercê das forças bizantinas, que lhe observavam todos os movimentos e sabiam, com bastante rigor, quais seriam os alvos dos seus raides. Estas forças que compunham os raides tinham efetivos que podiam variar entre os pequenos contingentes dispersos, compostos por poucos homens,

---

<sup>237</sup> Uma muralha de escudos que podia funcionar como o *testudo* romano, protegendo os guerreiros, sobretudo de projéteis.

<sup>238</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 10, pp. 179-181; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. X, pp. 45-46.

<sup>239</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 13, pp. 189-191; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XIII, pp. 53-54.

até às grandes unidades de cavalaria, constituídas por 2000 combatentes, comandadas pelo oficial responsável pela operação.

Uma das opções passava por atacar o dispositivo do emir, numericamente inferior em relação ao bizantino, que deveria rondar os 3000 homens, aguardando que o inimigo ficasse “ansioso para partir e devastar a região”<sup>240</sup>. O *stratēgós* dispunha então a sua força: três formações de tamanho idêntico que abriam as hostilidades; numa segunda linha, ficavam três ou quatro formações, onde se encontrava o general, que deviam posicionar-se um pouco atrás da primeira linha, dando-lhe apoio. Em seguida, as alas carregavam contra os flancos do dispositivo árabe; se necessário, eram apoiadas pelo avanço do centro bizantino, em superioridade numérica em relação ao inimigo. Conforme refere o autor do *De velitatione bellica*, a força do emir contava “apenas com algumas tropas (...) e não será capaz de fazer frente ao nosso exército que conta com cerca de 3000”<sup>241</sup>.

Este dispositivo tático não é uma novidade: o *Stratēgikón* de Maurício (inícios do século VII) sugerira a utilização de duas linhas sucessivas, com uma distância de 30 a 60 metros entre cada uma; na ala direita, colocava-se a cavalaria ligeira, que iniciava o ataque, enquanto, na ala esquerda, a cavalaria pesada carregava sobre o inimigo. As três ou quatro formações que compunham a segunda linha eram compostas por um infantaria pesada e arqueiros; no centro do dispositivo ficava o *stratēgós*, com o seu estado-maior e a sua guarda pessoal<sup>242</sup>. O *Taktiká*, de Leão VI (inícios do século X), representa este dispositivo de combate na *Constitutio XVIII*, quando refere a melhor tática para combater os Árabes, adaptando-o a uma força de um *téma* com cerca de 4000 homens: os três contingentes da primeira linha contariam com 500 homens cada; a segunda linha, apresentava quatro contingentes, cada qual com 250 homens; 500 homens compunham a vanguarda, com 100 homens à esquerda e outros 100 à direita; a reserva era constituída por duas unidades, com cerca de 200 homens cada; 300 homens eram colocados nos espaços vazios, situados entre as formações, para reprimirem os fugitivos; a guarda pessoal do *stratēgós* era composta por 100 homens<sup>243</sup>.

O conhecimento pormenorizado do território permitia que se antecipasse, com alguma precisão, as povoações onde o raide se dirigia, em busca de alimento e com o simples intuito de saquear. Neste caso particular, o *De velitatione bellica* aconselha a que se montem

---

<sup>240</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 16, p. 203; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVI, pp. 66-67.

<sup>241</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 16, p. 203; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVI, p. 67.

<sup>242</sup> George T. Dennis, *Maurice's Strategikon – Handbook of Byzantine Military Strategy*, Livro II, pp. 23-29.

<sup>243</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio XVIII*, pp. 495-501.

emboscadas compostas por mais de 200 soldados de cavalaria, ocultos pelo terreno e que ficam a vigiar as povoações. O exército principal seria dividido em dois grupos: o primeiro grupo com cerca de 2000 homens, era colocado num local elevado, com boa visibilidade, para que o *stratēgós* conseguisse observá-lo a ser perseguido ou a perseguir o rival; os restantes, em número de 3000, entre infantaria e cavalaria, permaneciam escondidos e preparados para realizarem a emboscada. Os soldados que se encontravam nos postos de observação, sempre em maior número do que o opositor, atacavam quando estes se dedicavam à pilhagem, tomando muitos prisioneiros e causando um elevado número de baixas<sup>244</sup>.

Os inimigos que conseguissem voltar a montar os seus cavalos depressa se colocariam em fuga. Imediatamente seguia no seu encalço uma força de cavalaria bizantina que os perseguia de modo discreto, evitando ser detetada; esta perseguição deveria ser efetuada até ao momento em que surgia uma unidade árabe, enviada para socorrer os fugitivos. Neste momento, a cavalaria bizantina tinha de retirar, o que constituía uma excelente oportunidade para utilizar o terreno em seu benefício; quando passassem os perseguidores, saíam velozmente do seu esconderijo e carregavam contra eles<sup>245</sup>.

Se o contingente perseguidor fosse em número reduzido, deveria utilizar-se o procedimento acima descrito; caso contrário, se o número dos perseguidores continuasse a aumentar, o oficial bizantino, encarregado do pequeno contingente, encaminharia os prisioneiros e as armas capturados para junto do *stratēgós*. Após ter realizado esta tarefa, retirava, provocando o inimigo e conduzindo-o para o local onde se desenrolaria a emboscada principal; se tivesse homens feridos ou se verificasse que o grupo perseguidor não parava de aumentar, ordenava a alguns cavaleiros que fizessem meia volta e enfrentassem os seus perseguidores, dando tempo para que fossem evacuados os feridos e se substituíssem as montadas que se encontravam exaustas. Sem perder tempo, o comandante da força ordenava que se passasse para galope, cavando um fosso entre os perseguidores e os perseguidos; os inimigos, ao observarem este comportamento, redobravam os seus esforços e incitavam os seus cavalos a continuarem a perseguição, desgastando-os<sup>246</sup>. Na verdade, os cavaleiros árabes ignoravam que estavam na iminência de cair numa emboscada, num local que só era do conhecimento do oficial e do *stratēgós*; o sigilo era fundamental para que a operação tivesse sucesso. Para evitar que a força bizantina não fosse apanhada entre as unidades que

---

<sup>244</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 17, pp. 205-207; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVII, pp. 68-69.

<sup>245</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 17, p. 207; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVII, pp. 69-70.

<sup>246</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 17, p. 207; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVII, p. 70.

iriam realizar o ataque e os seus perseguidores, era reservado um espaço, à esquerda ou à direita do caminho, onde se iria posicionar; unidas as forças, só restava aguardar pela passagem do adversário e atacá-lo de ambos os lados.

Quando o contingente árabe chegava ao local da emboscada, era recebido com gritos de guerra e os seus elementos eram atacados por todos os lados, demasiado cansados para fugir depois do combate e da intensa perseguição; contudo, se, por alguma razão, o inimigo conseguisse sustentar o ímpeto do ataque, sendo reforçado e recuperando a iniciativa, o general deveria, através de um sinal pré-combinado ou de um sinal sonoro, mandar retirar os seus homens, “virando as costas, sem pressas ou de forma desorganizada, mas em boa ordem”<sup>247</sup>, de modo a evitar que o caos se instalasse.

A não destruição do inimigo implicava que este ainda circulasse pela área circundante, semeando a destruição, mas sem enviar forças isoladas para longe. Assim, quando fosse enviado um destacamento inimigo para três ou quatro milhas de distância da força principal, o *stratēgós* despacharia um contingente para o atacar, impedindo o seu abastecimento; quando o alimento se tornasse escasso, o grupo seria obrigado a voltar para junto da força principal<sup>248</sup>. O facto de o adversário não permitir que as suas unidades se aventurassem para muito longe era um problema, pois impedia que os Bizantinos utilizassem as suas táticas contra estes grupos isolados. Era necessário recorrer a alguns ardis, destinados a atrair os Árabes para as emboscadas, cuidadosamente montadas.

Uma das formas passava por atacar as forças de infantaria enviadas para proteger a cavalaria que compunha o raide. Após estimar o seu número e identificar a unidade que demorava mais tempo a regressar ao acampamento, o comandante começava a preparar a emboscada. O método: a dissimulação. O oficial ordenava que alguns dos seus melhores cavaleiros se vestissem como agricultores, misturando-os com verdadeiros agricultores e pastores; todos deviam estar desarmados, descalços e com a cabeça descoberta. Estes vinte homens constituíam o chamariz para a força árabe. Para que resultasse, tinham de ser convincentes. Isso só era possível se não dessem nas vistas e executassem as tarefas que um normal camponês executaria; nesse sentido, vagueavam por diversas aldeias onde existiam rebanhos. A determinada altura, “perto da décima primeira hora ordena-lhes que se deixem

---

<sup>247</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 17, p. 209; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVII, pp. 71-72.

<sup>248</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 18, p. 211; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVIII, pp. 73-74.

avistar pelo inimigo, indo de uma aldeia para outra e movendo-se como se estivessem a reunir os animais”<sup>249</sup>.

Perante este cenário, os Árabes julgariam que estavam na presença de verdadeiros camponeses e iriam segui-los de modo despreocupado, sem dar muita atenção à segurança. Os soldados bizantinos, disfarçados de camponeses, apressavam-se a dirigir-se para o local da emboscada; quando o inimigo se colocava no seu encalço caía numa armadilha, acabando por perder muitos dos seus efetivos, feitos prisioneiros ou mortos durante o combate<sup>250</sup>. Se o sítio da emboscada se localizasse junto ao acampamento do inimigo, poderia dar-se o caso de sair uma força destinada a vingar os seus camaradas. Na eventualidade disso suceder, o *stratēgós* montava uma segunda emboscada, a cerca de duas milhas do primeiro lugar; os homens aí estacionados podiam ir em socorro dos soldados bizantinos que agora tinham de sustentar a fúria dos seus perseguidores. Este procedimento tinha maior impacto quando era realizado ao por do sol; a noite inviabilizaria o combate e o general poderia preservar a força sob o seu comando<sup>251</sup>.

O tipo de guerra praticado na fronteira era feito de improvisos e da exploração de oportunidades que pudessem surgir; podemos argumentar que se tratava de um estilo com uma ideologia eminentemente defensiva, mas isso seria redutor quando verificamos que tem ensinamentos que vão mais além do que a preparação de emboscadas e a realização de golpes de mão. A responsabilidade de avaliar os riscos inerentes à realização de outro tipo de operações recaía sobre os ombros do *stratēgós*; ele comandava os seus homens com a consciência que era no campo de batalha que se podia decidir a sorte de um imperador e, em última instância a do império<sup>252</sup>. Sabia ainda quão difícil era a substituição dos seus efetivos, já de si muito reduzidos; também não podia esperar grande ajuda por parte do poder central. Não sendo de todo invulgar, não era habitual a junção das várias forças dos *témata*; quando isso acontecia, estas forças estavam enquadradas em grandes campanhas ofensivas e sob o comando do *domestikós scholae*.

---

<sup>249</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 18, p. 213; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVIII, pp. 74-75.

<sup>250</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 18, p. 213; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVIII, p. 75.

<sup>251</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 18, pp. 213-215; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XVIII, pp. 75-76.

<sup>252</sup> Jean-Claude Cheynet, “Recruter les officiers à Byzance”, *Serviteurs de l’État au Moyen Âge*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1999, p. 21.

Uma das formas de aproveitar o momento em que os Árabes traspunham a fronteira e entravam em território bizantino, ocupando-se em pilhar e destruir as colheitas, era aproveitar o tempo que se demoravam para empreender ação similar no seu próprio território:

“Ou marchas rapidamente contra os territórios do inimigo, deixando o mais responsável dos generais para trás, com tropas suficientes para combater e para garantir a segurança dos *témata*; ou então, se ficares tu a combater, envia o teu melhor general, reputado e estimado devido à sua coragem e vasta experiência, com uma significativa força de cavalaria e infantaria contra o território do inimigo. Ele deve permanecer por lá durante algum tempo, queimando, destruindo e sitiando as fortalezas. Quando o inimigo souber disto, forçará o seu líder, mesmo que ele não queira, a regressar para defender o seu território”<sup>253</sup>.

Ao contrário de outras situações, que carecem de exemplos para ilustrar os procedimentos que descrevem, os ensinamentos em relação a esta tática são dados com o auxílio de campanhas do passado, nomeadamente as campanhas do avô de Nicéforo Focas, seu homónimo. O próprio tratado remete para “o livro de estratégia composto pelo venerável e mui sábio imperador Leão”<sup>254</sup>. Com efeito, este tipo de ação é descrita por duas vezes no *Taktiká* de Leão VI, ambas com o avô de Nicéforo como protagonista: no ano 900, invadiu a Síria ao comando de uma grande força, pilhando e destruindo tudo à sua passagem, penetrando no coração do território do inimigo e conseguindo retirar para solo bizantino carregado de prisioneiros e saque<sup>255</sup>; no mesmo ano, enquanto o comandante árabe, Apoulfer, executava raides na Capadócia, Nicéforo aproveitou a sua ausência para pilhar a Cilícia, em particular a região próxima da cidade de Tarso<sup>256</sup>.

Conforme referimos, não é inocente a referência ao avô de Nicéforo, mas o simples facto de existirem situações que exemplificam este tipo de ações é notável e comprova a sua aplicação. O *De velitatione bellica* analisa, em pormenor, estas campanhas e sublinha que “o imperador ordenou ao comandante do exército naquela altura que levasse unidades dos *témata* e dos *tágmata*”<sup>257</sup>, o que significa que este tipo de campanhas dificilmente podia ser levada a cabo pelos *stratēgoí* dos *témata* agindo de forma independente; aliás, no parágrafo seguinte refere-se que os *stratēgoí* dos *témata* do *Anatolikon* e do *Opsikion* foram deixados para trás

---

<sup>253</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 20, p. 221; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XX, p. 83.

<sup>254</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 20, p. 219; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XX, p. 80.

<sup>255</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio XI*, p. 205.

<sup>256</sup> Idem, *Ibidem, Constitutio XVII*, p. 419.

<sup>257</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 20, p. 219; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XX, p. 80.

para fazer face ao cerco que o inimigo mantinha sobre Mistheia<sup>258</sup>. Como interpretar esta ação? A presença de Nicéforo, o antigo, então *domestikós scholae*, sugere que uma operação deste nível só teria sucesso se composta, na sua maioria, por tropas dos *tágmata*. Não porque as tropas dos *témata* não fossem úteis para uma expedição deste tipo, visto serem compostas, na sua maioria, por tropas de infantaria e de cavalaria ligeira; mas, apesar disso, não tinham a capacidade de travar uma batalha campal, no sentido mais clássico e ortodoxo do termo; a velocidade era tão importante como a capacidade que o exército teria para retirar de território inimigo, em condições adversas.

A movimentação de uma grande força expedicionária contra território inimigo podia trazer consequências nefastas para as populações bizantinas residentes nos *témata* fronteiriços; ficavam expostas perante o inimigo, não obstante poderem procurar refúgio nas elevações e nos lugares de difícil acesso. Nesse caso, sabendo-se que o adversário se aproximava do local onde se encontrava abrigada a população civil, o comandante bizantino devia retirar para o seu território e investigar os locais mais apropriados para o opositor montar acampamento; durante a noite, colocava-se em posição e atacava-o. Se o inimigo sobrevivesse ao ataque noturno e continuasse em busca da população, as estradas eram ocupadas por tropas ligeiras, armadas com dardos, o que dava tempo para encaminhar os aldeãos para sítios mais bem protegidos, se possível para fortalezas existentes nas imediações<sup>259</sup>.

### 6.8. A guerra de cerco

Uma das grandes especialidades do exército bizantino era a poliorcética, ou seja, a arte de tomar fortalezas. Inspirados pelos autores clássicos, depressa os Bizantinos perceberam que este era um modo mais simples de conquistar uma cidade, sendo necessários poucos efetivos para manter um cerco e, em termos materiais, era pouco dispendiosa; na maioria das vezes, nem era preciso recorrer às máquinas poliorcéticas, como a torre de assalto, porque a privação de água e de víveres depressa subjugava a população encerrada dentro de uma fortificação. O passo seguinte era a rendição e, tomada a cidade, todo o vasto território rural que dela dependia ficava à mercê dos atacantes.

---

<sup>258</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 20, p. 219; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XX, p. 80.

<sup>259</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 20, pp. 221-223; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XX, pp. 84-85.

O capítulo XXI do *De velitatione bellica* não nos apresenta o cerco do ponto de vista do sitiante, mas sim do sitiado. Ou seja, a defesa da posição fortificada tem mais importância para o autor do que a tomada de pontos fortes em poder do inimigo. Tal facto não nos deverá causar grande estranheza pois o tratado aborda um tipo de combate mais defensivo, baseado nos ataques de surpresa. Logo no início do capítulo, afirma-se que nem todas as cidades fortificadas estão sujeitas a cerco, recaindo sobre o *stratēgós* a responsabilidade de efetuar esse juízo, porque “muitas cidades fortificadas não têm razões para temer um cerco”<sup>260</sup>. Esta confiança demonstrada na capacidade defensiva das fortalezas aparenta ser real; habituadas às vicissitudes inerentes à sua localização fronteiriça e, nalguns casos, ao seu isolamento, as fortalezas deveriam estar bem aprovisionadas, com víveres suficientes para suportarem um pequeno cerco durante o maior tempo que lhes fosse possível, permitindo que o inimigo desistisse ou que fosse enviada uma força em seu auxílio.

Por seu turno, a implantação das fortalezas, em pontos elevados e de difícil acesso, e a solidez das suas muralhas, podiam dificultar o uso de máquinas poliorcéticas por parte do inimigo<sup>261</sup>. O tipo de raide efetuado pelos Hamdânidas também não estimulava a guerra de cerco como elemento primordial; era, na sua génese, um ataque rápido, com o objetivo capital a consistir na acumulação de um saque considerável. Até podia ser que isso se conseguisse através da tomada de uma cidade, mas esse seria sempre um processo moroso e dispendioso; enquanto perdiam tempo a cercar uma cidade, poderiam ser surpreendidos por uma força bizantina, ficando encurralados. Apesar disso, sabemos que, noutras paragens, Sayf al-Dawlah recorreu, com alguma frequência, à guerra de cerco. Nesta região em particular deveria ser muito difícil, com o terreno montanhoso a constituir um obstáculo assinalável para o comboio de cerco, na maioria das vezes constituído por bestas de carga, com um ritmo muito lento, tornando-se um alvo perfeito para os ataques de surpresa empreendidos pelos Bizantinos.

Quais seriam então os procedimentos a observar em caso de cerco? O *De velitatione bellica* coloca uma grande ênfase na preparação e na antecipação:

“Em lugares sujeitos a cerco, antes da aproximação do inimigo, debes-te certificar que cada pessoa que procura refúgio deve colocar de parte comida suficiente para quatro meses, ou mais se

---

<sup>260</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 21, p. 223; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXI, p. 85.

<sup>261</sup> Um *kastron* bizantino não tinha grandes dimensões, ocupando geralmente uma área de 350 x 150 metros; na maioria das vezes, a cidade desenvolvia-se fora do perímetro da cidadela, e a população apenas procurava refúgio na fortificação em caso de necessidade. Uma pequena fortaleza, defendida por 800 homens, podia perfeitamente repelir uma força com dez vezes o seu tamanho, tal como aconteceu em Amorion, no ano de 716. Cf. John Haldon, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, pp. 249-252.

possível, dependendo da tua estimativa quanto à duração do cerco. Verifica se existe água nas cisternas e se existe tudo o resto que pode ajudar e proteger os que se encontram sob cerco”<sup>262</sup>.

Considerados todos os detalhes, é altura de o sitiado tornar a vida do sitiante tão difícil quanto possível. A primeira tarefa a cumprir era a de tentar surpreender o acampamento do sitiante durante a noite; esta situação podia ser realizada com alguma facilidade, não só porque era inesperada mas também devido à negligência com que o inimigo encarava a segurança do seu próprio acampamento. Se se invertessem os papéis, seria difícil surpreender o acampamento bizantino; dissabores do passado tinham-nos tornado muito cautelosos, ao ponto do *Taktiká* de Leão VI determinar o entrincheiramento do acampamento com construções de tijolo, madeira ou pedra e a sua proteção com um fosso<sup>263</sup>. Parece-nos claro que o autor do *De velitatione bellica* considera que não existe zelo ou organização por parte do sitiante, o que pode constituir uma fraqueza facilmente explorável, devendo ordenar à infantaria que carregue sobre um dos sectores do inimigo, ao mesmo tempo que a guarnição da praça deve avançar em direção ao acampamento, semeando o pânico e a confusão.

Se por alguma razão não for possível proceder da forma acima descrita, terão de ser tomados outros procedimentos que impossibilitem que o cerco se torne demasiado prolongado: a política da terra queimada, através da destruição, por intermédio do fogo, de tudo o que possa servir de alimento para homens e animais, forçando o inimigo a ir procurá-lo cada vez mais longe; a escassez de madeira (necessária para a confecção das refeições e para o aquecimento das tropas) também pode gerar o mesmo efeito, sobretudo porque rareia nestas zonas montanhosas, o que leva o autor do *De velitatione bellica* a sugerir que se queimem os telhados das casas, inviabilizando a sua reutilização<sup>264</sup>!

Os ataques constantes e as emboscadas, associados à falta de provisões, deviam forçar o inimigo a levantar o cerco; se não funcionasse, o *stratēgós* devia reunir uma força combinada de cavalaria e de infantaria e continuar a realizar ataques noturnos. Enquanto decorria esta guerra de desgaste e atrito constantes, era possível que os defensores comesçassem a ter falta de provisões e de homens. Perante isto, a astúcia e a dissimulação seriam elementos fundamentais para que fosse possível reforçar a fortaleza. Dividindo a sua unidade em duas forças, o general enviava uma delas com cavalos carregados de farinha, juntamente com cavalos frescos; esta força devia estar moderadamente armada, apenas com o

---

<sup>262</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 21, pp. 224-225; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXI, p. 85.

<sup>263</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio XV*, p. 351.

<sup>264</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 21, p. 225; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXI, p. 86.

que fosse essencial para a defesa do cavaleiro. O resto dos homens atacaria o lado oposto do acampamento do inimigo, fazendo soar trombetas e gritos de guerra, atraindo a atenção do inimigo e possibilitando que os homens que transportavam as provisões conseguissem entrar na fortaleza sem serem detetados; não seria preciso muito tempo para executar esta tarefa, uma vez que os cavalos carregados podiam permanecer na fortaleza e, se não existisse a necessidade de a reforçar, os cavaleiros poderiam utilizar os cavalos frescos para regressarem junto da força que tinha provocado a manobra de diversão<sup>265</sup>.

Este capítulo do tratado decorre da tradição clássica que podemos remontar a Eneias, o Tático, um general grego do século IV a. C. que redigiu o manual *Sobre a defesa de posições fortificadas*. Dentro da tratadística bizantina, encontramos no *Stratēgikón* breves referências aos procedimentos a adotar em caso de cerco prolongado. Entre as instruções que Maurício transmite estão: a evacuação de todos os que não podem lutar, pois as provisões devem servir para alimentar os combatentes; a defesa contra máquinas poliorcéticas, aríetes e torres de assalto, ausente do *De velitatione bellica*; a organização da guarnição da praça; a defesa dos portões e das muralhas; e o aprovisionamento e racionamento da água<sup>266</sup>. Estas preocupações são repetidas na *Taktiká* de Leão VI, juntamente com outras que se assemelham às que encontramos no capítulo XXI do *De velitatione bellica*, tais como a recolha de provisões para três ou quatro meses de cerco<sup>267</sup> ou a destruição de rações para o gado<sup>268</sup>.

O tratado *De obsidione toleranda*, datado do século X, é a fonte que contém mais semelhanças com os procedimentos que aqui referimos. Existe a possibilidade de terem origem numa fonte comum e, embora todos os tratados produzidos após o *Taktiká* de Leão VI sejam, na sua maioria, uma derivação deste, a verdade é que o *De obsidione toleranda* apresenta muitas inovações mas também muitos pontos em comum com o *De velitatione bellica*: o necessário cálculo da duração do cerco, de modo a que seja possível providenciar atempadamente a recolha de provisões e de água<sup>269</sup>; a destruição das colheitas e o abate de todo o gado, para que o inimigo não consiga subsistir e se veja obrigado a levantar o cerco<sup>270</sup>; a realização de ações coordenadas por parte de uma força composta por infantaria e cavalaria, destinadas a desestabilizar os sitiados<sup>271</sup>; preconiza-se ainda a execução de ataques noturnos

---

<sup>265</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 21, p. 227; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXI, pp. 87-88.

<sup>266</sup> George T. Dennis, *Maurice's Strategikon – Handbook of Byzantine Military Strategy*, Livro X, pp. 108-110.

<sup>267</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio XV*, p. 377.

<sup>268</sup> Idem, *Ibidem*, *Constitutio XV*, p. 379.

<sup>269</sup> Dennis F. Sullivan, “A Byzantine Instructional Manual on Siege Defense: The *De Obsidione toleranda*. Introduction, English Translation and Annotations”, p. 153.

<sup>270</sup> Idem, *Ibidem*, p. 179.

<sup>271</sup> Idem, *Ibidem*, p. 179.

articulados, entre os sitiantes e a força de socorro, para apanhar o acampamento inimigo de surpresa<sup>272</sup>.

Não se tratando de um tipo de guerra habitual nas regiões montanhosas dos Montes Tauro, a verdade é que a inclusão da guerra de cerco no *De velitatione bellica* indica que, não sendo frequente, podia acontecer. Sem procurar desenvolver muito o tema, o autor remete o leitor para outros tratados em que o assunto é mais explorado. Quanto à efetiva aplicação da maioria das táticas aqui mencionadas, poucas (ou nenhuma) indicações temos de que terão sido empregadas durante o período em questão. Todavia, a referência contínua a estas estratégias, entre os séculos VII e X, sugere que deverão ter tido alguma utilização prática.

### 6.9. Combater à noite: ao abrigo da escuridão

O tratado faz amplas referências ao combate noturno, dedicando-lhe até o capítulo XXIV, mas não é apenas neste local que o assunto é abordado. A noite concedia uma vantagem enorme para quem atacava de surpresa, encobrendo os seus movimentos e conferindo superioridade em termos psicológicos: quem é atacado não consegue identificar o número exato de adversários; desconhece o local por onde o inimigo ataca; torna-se impossível distinguir o amigo do inimigo. Enfim, tem todos os ingredientes necessários para que se espalhe o pânico e se instalem o caos e o medo, com consequências imprevisíveis. Para uma força que se encontra em inferioridade numérica, a noite é um elemento essencial que pode ajudar a equilibrar o combate; claro que são necessários disciplina e bastante rigor, bem como uma elevada dose ‘bizantina’ de dissimulação, estratégias e artimanhas.

Após conseguir determinar o local onde o inimigo vai acampar, o *stratēgós* devia abandonar o seu próprio acampamento e colocar-se à frente dos seus homens, devidamente equipados com *epanoklibana*<sup>273</sup> de cor escura. No momento em que o sol se punha e o inimigo que tinha abandonado o acampamento, para se dedicar à pilhagem, fazia o seu regresso, a força bizantina iniciava o seu movimento com grande cuidado e em silêncio. Quando a noite já ia avançada, o comandante da força ordenava que se aproximassem do acampamento do inimigo, destacando dois ou três homens para o efeito, os quais subiam a pé o terreno montanhoso que circundava o local do acampamento e montavam a vigilância. A

---

<sup>272</sup> Idem, *Ibidem*, p. 181.

<sup>273</sup> O *epanoklibanon*, literalmente “sobre a armadura lamelar”, era um tipo de sobretudo, de cor escura, que servia para proteger a armadura da chuva e do calor. Neste caso particular, servia para impedir que o brilho do luar denunciase a posição do guerreiro, tornando-se um importante instrumento para a sua camuflagem. Cf. Maria Parani, *Reconstructing the reality of images. Byzantine Material Culture and Religious Iconography (11<sup>th</sup> – 15<sup>th</sup> centuries)*, Leiden-Boston, Brill, 2003, pp. 118-120.

partir deste local privilegiado, conseguiam recolher muitas informações sobre o inimigo, observando os seus movimentos e ouvindo as conversas dos soldados; o autor vai ao ponto de referir que até deviam “ouvir o relinchar dos cavalos e das mulas”<sup>274</sup>! Um pouco afastados destes homens colocavam-se três ou quatro cavaleiros, com espaçamentos regulares entre si e, sem dúvida, mais afastados dos outros mas ainda assim suficientemente perto para que “também eles ouçam o relinchar dos cavalos e o murmúrio das tropas”<sup>275</sup>.

Se os três ou quatro cavaleiros que acima referimos não conseguissem encontrar um lugar alto, apropriado para observar e ouvir o inimigo, deviam dispersar e buscar uma posição mais adequada junto ao acampamento árabe. Visto que se encontravam demasiado próximos das linhas inimigas, era vital que mantivessem o silêncio, somente quebrado através de sinais previamente combinados, por intermédio de assobios ou de comandos, em caso de ser necessário retirar. As unidades aqui estacionadas eram rendidas uma ou duas vezes por noite, para se proporcionar o devido descanso aos cavaleiros e às montadas<sup>276</sup>. A rendição era supervisionada por um oficial superior, normalmente um *tourmarchos*, que inspecionava o posto de vigia e instalava os homens que haviam sido enviados para substituir os anteriores; terminada esta tarefa, o oficial regressava ao seu posto de comando, mantendo o contacto com os homens que se encontravam de vigia e informando o *stratēgós* quando recebia informações de que o inimigo se encontrava em movimento, geralmente ao início da manhã<sup>277</sup>.

A noite não era unicamente utilizada como camuflagem para observar o adversário; servia também para o atacar, sobretudo quando se encontrava no seu acampamento. O capítulo XXIV explica este procedimento. As unidades de infantaria, sob o comando do *stratēgós*, subdividiam-se em seis divisões, três à esquerda do inimigo e as outras três à sua direita; na retaguarda da força bizantina, era deixado livre um caminho para que aquele tivesse a ilusão de que poderia retirar em segurança para o seu território. Em seguida, o comandante dava ordem para se montar um acampamento perto do acampamento árabe, no qual se acenderiam muitas fogueiras, simulando um número maior de efetivos do que realmente possuía<sup>278</sup>.

---

<sup>274</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 8, p. 167; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 33.

<sup>275</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 8, pp. 165-167; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. VIII, pp. 32-33.

<sup>276</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 8, p. 167; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 33.

<sup>277</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 8, p. 167; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. VIII, p. 33.

<sup>278</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 24, p. 235; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXIV, pp. 94-95.

Concluídos estes preparativos, era enviada a infantaria ligeira, constituída por homens “corajosos e velozes”, que se aproximavam o mais possível do adversário. Sem nada o fazer antecipar, o acampamento do inimigo era atingido por uma chuva de flechas e de projéteis arremessados pelos fundibulários, provocando a sua desorganização; se o adversário procurasse montar os seus cavalos e perseguir a infantaria ligeira bizantina, caía numa armadilha mortal: para além de não conseguir alcançar estas unidades ligeiras, devido à sua capacidade de manobrar em terreno montanhoso, era apanhado no meio das unidades colocadas à esquerda e à direita, que desciam na sua direção com violência, entoando gritos de guerra. Nesse momento, as forças que se encontravam sob o comando direto do *stratēgós* avançavam e colocavam-se na retaguarda do opositor, encurralando-o em três frentes. Finalmente, a infantaria ligeira invadia o acampamento, “percorrendo as tendas e não poupando ninguém, abatendo-os com a espada”<sup>279</sup>.

Também o livro IX do *Stratēgikón* consagra um capítulo aos ataques noturnos. No geral, as considerações que esse tratado tece não andam longe das ideias apresentadas pelo autor de *De velitatione bellica*: empregar fundibulários ou lançadores de dardo (omite os arqueiros) contra povos que não fortificam os seus acampamentos<sup>280</sup>; ou atacar o inimigo por todos os lados, mas deixar um caminho livre para que consiga fugir<sup>281</sup>. Por seu lado, o *Taktiká* de Leão VI, repete, quase na totalidade, as ideias do *Stratēgikón* relativas ao combate noturno.

Curiosamente, os exemplos mencionados nas fontes sobre este tipo de ataques são sempre em desfavor dos Bizantinos: em 592, no reinado do imperador Maurício, os Ávaros surpreenderam, durante a noite, um acampamento de cavalaria bizantina que se tinha recusado a permanecer dentro do arraial fortificado, juntamente com a infantaria<sup>282</sup>; um dos acontecimentos mais importantes da batalha de Yarmouk, em 636, ocorreu durante a noite, quando os muçulmanos tomaram de assalto o acampamento bizantino em Yaqusah<sup>283</sup>; em 811, no decorrer da campanha contra os Búlgaros, o acampamento bizantino foi surpreendido e o imperador Nicéforo I foi morto, bem como um elevado número de patrícios e alguns *stratēgoí*<sup>284</sup>; em 883, o eunuco Yazaman marchou, durante a noite, contra uma força

---

<sup>279</sup> George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*, Cap. 24, p. 237; Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *op. cit.*, Cap. XXIV, pp. 96-97.

<sup>280</sup> George T. Dennis, *Maurice's Strategikon – Handbook of Byzantine Military Strategy*, Livro IX, p. 95.

<sup>281</sup> Idem, *Ibidem*, Livro IX, p. 96.

<sup>282</sup> George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI, Constitutio XVII*, p. 397.

<sup>283</sup> David Nicolle, *op. cit.*, p. 75.

<sup>284</sup> Cyril Mango e Roger Scott, *The Chronicle of Theophanes Confessor. Byzantine and Near Eastern History AD 284-813*, Oxford, Clarendon Press, 1997, p. 673.

bizantina (composta por 100 000 homens) que se dirigia para Tarso e atacou-a, matando os *stratēgoí* dos *témata* da Capadócia e da Anatólia e conquistando um avultado saque<sup>285</sup>.

Podemos concluir este capítulo, consignado à análise do *De velitatione bellica*, referindo a sua novidade em relação aos outros tratados que o antecedem; embora continue a existir um grande ênfase na capacidade pessoal do comandante militar e, acima de tudo, no seu juízo, este tratado assinala o *stratēgós* do *téma* como um indivíduo capaz de contornar todas as vicissitudes inerentes ao local onde presta serviço, tornando-as em pontos fortes que podem ser utilizados contra os Árabes. Não existem quaisquer dúvidas de que o tratado preconiza a velha máxima bizantina de combater só em superioridade numérica ou quando se tem a certeza absoluta de que se sairá vitorioso; ainda assim, os procedimentos que acima descrevemos são complexos e podemos questionar a sua eficácia.

Se eram táticas padronizadas, porque não encontramos mais referências à sua utilização? Uma das razões pode advir do silêncio das fontes bizantinas, concentradas na vida política da capital ou no seguimento de uma figura em particular, como parece acontecer com Leão, o Diácono; a fronteira era uma realidade muito distante e, apesar dos constantes raides protagonizados por Sayf al-Dawlah, a verdade é que estas campanhas não se traduziam em perdas territoriais para os Bizantinos e há muito que se encontrava convencionado, talvez desde a evacuação da Palestina por Heráclio, que a região do Tauro marcava a fronteira sul do território bizantino, terra de ninguém.

---

<sup>285</sup> Alexander Vasiliev, *op. cit.*, p. 9.

## Conclusão

Temos perfeita consciência de que a tarefa a que nos propusemos não era fácil. Não existe uma tradição, no nosso país, relacionada com a bizantinística, o que poderia impossibilitar a realização deste estudo ou, pelo menos, condicioná-la de forma significativa. O período cronológico que abordámos (meados do século X) e a que fomos conduzidos pelo tempo de vida do autor do *De velitatione bellica* é considerado como o apogeu do poderio militar bizantino, tendo sido encerrado pelas conquistas de Basílio II, em inícios do século XI. Ainda assim, não abundam as referências aos procedimentos que, segundo pensamos, se encontravam já enraizados no pensamento militar bizantino desde finais do século IX; mencionámos, por isso, que Nicéforo, o avô do futuro imperador, já fazia uso das táticas abordadas no tratado.

Esta questão é pertinente, nomeadamente no que diz respeito à génese da guerrilha nas regiões da Anatólia e da Capadócia. Será que foi idealizada, em primeiro lugar, para ser aqui aplicada? O tratado leva-nos a crer que sim, apesar de as motivações que referimos, relacionadas com a família Focas, poderem constituir mais uma dificuldade do que um meio para nos auxiliar; as fontes têm tendência para efetuar a sua análise tendo como objeto de estudo as figuras mais importantes do Estado, subalternizando outras e privando-nos de uma imagem de conjunto. A importância dada pelo autor do *De velitatione bellica* a Bardas Focas é disso um bom exemplo.

Não nos parece que o sul da atual Turquia tenha sido o local originário deste tipo de guerra. Mas uma questão é a teorização e outra é a prática. Alguns autores, como Gastone Breccia, defendem que a guerrilha já era aplicada pelos Bizantinos pelo menos desde finais do século IV e até ao século VI: o abandono de parte do território para o inimigo podia ser um elevado preço a pagar, o resultado de uma política militar assente na defesa estática; a *paradromé* terá feito parte de um processo de transformação do exército proto-bizantino, que se acelerou a partir da derrota romana na batalha de Adrianopla, em 378<sup>286</sup>.

Sabemos que existe uma convenção escrita, relacionada com os ataques de surpresa e noturnos, que remonta aos inícios do século VII e que se encontra transposta para o *Stratēgikón* (inícios do século VII); séculos mais tarde, em inícios do século X, Leão VI compilou o seu *Taktiká*, e os procedimentos referidos no *Stratēgikón* continuaram a ser os mesmos. Esta repetição não será resultante de mera cópia ou inspiração em tratados antigos;

---

<sup>286</sup> Gastone Breccia, “Grande imperi e piccole guerre. Roma, Bisanzio e la guerriglia (II)”, p. 65.

não se nos afigura como possível que um tratado destinado a servir como um *corpus* teórico para os generais bizantinos contenha elementos antigos sem aplicação possível ou de eficácia duvidosa! O autor do *De velitatione bellica* volta a aludir a alguns destes ensinamentos, nalguns casos idênticos a situações presentes no *Taktiká*. Contudo, possui uma característica única nos tratados elaborados até à data em que foi composto: identifica claramente o adversário, enquanto os outros dois tratados que mencionámos não o fazem; limitam-se a caracterizar os diversos povos com quem os generais bizantinos podiam travar a guerra e identificam as melhores táticas para os combater.

Esta é, porventura, a grande singularidade do *De velitatione bellica*, partilhando-a com o *Praecepta militaria*, um outro tratado atribuído a Nicéforo Focas. A razão é simples: foi contra os Árabes que Nicéforo alcançou a maioria dos seus sucessos militares. Mas as similaridades acabam aqui: o *De velitatione bellica* é um tratado eminentemente defensivo, onde a astúcia e a dissimulação são os fatores-chave e as soluções utilizadas pelo comandante de um pequeno contingente de tropas locais que procura um equilíbrio das forças em presença; já o *Praecepta militaria* advoga uma guerra ofensiva, travada pelos grandes exércitos expedicionários, compostos pelas melhores tropas dos *tágmata* e conduzidos pessoalmente pelo imperador. A finalidade – derrotar os Árabes – pode ser a mesma, mas a ideologia subjacente é completamente distinta; o império já não se encontrava à mercê dos raides árabes que assolavam o planalto da Anatólia. Sobretudo a partir de 960, tinha começado a empreender campanhas ofensivas de grande envergadura, empurrando a fronteira mais para sul, até Alepo; no processo, ia esmagando as bases dos raides, localizadas em Tarso, em Adana e em Mopsuéstia.

A instabilidade política da fronteira atraía todo o tipo de pessoas, entre as quais aventureiros, contrabandistas ou mercadores. É neste mundo que se move não só o *De velitatione bellica* mas também o *Digenis Akritas*, um poema épico que retrata bem o modo como se encarava a fronteira; se, por um lado, constituía uma barreira geográfica, por outro propiciava o movimento de pessoas e a troca de ideias. Os heróis do *Digenis Akritas* combatem os muçulmanos sem serem movidos pelo fanatismo religioso; o personagem principal do poema, Digenis, é filho de um emir árabe e neto de um general bizantino, o que sugere que a confraternização entre povos existia e que a tolerância religiosa era aceite com relativa normalidade. Tanto Árabes como Bizantinos partilhavam das vicissitudes inerentes à vida na zona de fronteira; a população civil (de ambos os lados) era quem mais sofria com as campanhas militares, fossem elas efetuadas por Árabes ou por Bizantinos, e é natural que tenha existido uma solidariedade apátrida.

Procurámos não nos deixar influenciar pelos estudos de George Dennis e de Gilbert Dagron, enquanto analisámos o tratado; referimos que a obra deste último faz um enquadramento do *De velitatione bellica*, mas divergimos do seu entendimento, desde logo quando refere que o tratado é da autoria de Nicéforo Focas. Não se nos afigura possível que este imperador tenha redigido a obra; um general vitorioso quer ser reconhecido pelas brilhantes campanhas ofensivas que realizou no norte da Síria e na Cilícia e não pelos pequenos golpes de mão, as emboscadas ou os ataques a pequenos contingentes árabes! Ainda sobre este ponto, fizemos uma grande esforço para enquadrar o melhor possível a obra no seu contexto político e militar, dando o relevo (merecido) a Sayf al-Dawlah, às fontes árabes e aos recentes estudos sobre os Hamdânidas e o seu exército, situação que Dagron não explorou de modo convincente nem aprofundado.

Da nossa parte, não obstante todas as informações novas que julgamos acrescentar ao estudo do *De velitatione bellica*, permanecem algumas questões a que procuraremos responder, possivelmente num estudo mais demorado: como se agilizavam as fortalezas da fronteira do Tauro? O seu sistema de comunicações era eficiente? A guerrilha, como método de combate bizantino, tem a sua génese na Capadócia ou na Anatólia, ou teremos de recuar e procurar noutras regiões? Por que é que não se utilizaram os procedimentos descritos no tratado quando o império começou a encolher, fruto das incursões seljúcidas? Ou utilizaram-se e as fontes não são esclarecedoras nesse sentido?

O tema do nosso estudo podia ser outro, mas fomos arrastados pela vida fascinante do general bizantino tornado imperador, Nicéforo Focas, e do seu antagonista árabe, o hamdânida Sayf al-Dawlah, emir de Aleppo. A sua rivalidade transparece nas páginas do *De velitatione bellica*, correspondendo a um conflito que marcou grande parte do século X. Após o desaparecimento de Nicéforo, o império continuou a empreender campanhas ofensivas contra os Árabes, chegando a dominar o norte da Síria, onde se incluem as importantes cidades de Antioquia e de Aleppo. João Zimisce e Basílio II empreenderiam diversas campanhas ofensivas na Mesopotâmia, as quais haveriam de tornar Bizâncio a maior potência da cristandade, em inícios do século XI.

A derrota na batalha de Manzikert, em 1071, iniciou o colapso do império e levou à perda da maioria das possessões bizantinas na Mesopotâmia, encurtando, cada vez mais, a manta de retalhos em que se havia transformado a *Romania* e abrindo as portas da Anatólia aos Turcos. Nem a capital, Constantinopla, parecia escapar à tormenta que se avizinhava; em 1204, no decorrer da Quarta Cruzada, é impunemente posta a saque e o imperador é deposto. Apesar de algum fulgor tardio, jamais recuperaria o esplendor de outros tempos. Cerca de

dois séculos e meio depois, em 1453, é cercada pelo exército otomano; as suas muralhas, outrora intransponíveis, não aguentam o impacto e cedem. Já não existiam generais capazes de defender Constantinopla; razão tinha João, bispo de Melitene, quando inscreveu as seguintes palavras no sarcófago de Nicéforo Focas:

“(…) Uma visão amarga; bom governante, ergue-te! Leva infantes, cavaleiros e arqueiros para a luta, os regimentos e as unidades que compõem a tua hoste – os Russos, fortemente armados, atacam os nossos portos; os Citas estão ansiosos para massacrar. Todos os povos que antigamente ficavam aterrorizados pelo teu rosto grave atacam agora a cidade junto aos portões de Bizâncio. Não ignores estas coisas; remove a pedra que te prende aqui, apedreja as bestas e afasta os infiéis; dá-nos fundações firmes, construídas em pedra, sólidas e seguras. Ou, se não desejares deixar o teu túmulo por um instante, ao menos grita debaixo da terra contra o inimigo – apenas isso será suficiente para o colocar em fuga. Se não, abre espaço para nós no teu túmulo, porque a morte, como bem sabes, é a segurança e a salvação dos cristãos, ó Nicéforo, que venceste todos a não ser Eva”<sup>287</sup>.

---

<sup>287</sup> John Wortley, *op. cit.*, p. 270.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes

DAGRON, Gilbert; MIHAESCU, Haralambie, *Le Traité sur la guerrilla de l'empereur Nicéphore Phocas*. Texto estabelecido pelos autores. Tradução e comentário de Gilbert Dagron. Apêndice da autoria de Jean-Claude Cheynet. Paris, CNRS Editions, 2011.

DENNIS, George T., *Maurice's Strategikon – Handbook of Byzantine Military Strategy*. Estudo introdutório, tradução e notas do autor. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1984.

DENNIS, George T., *Three Byzantine Military Treatises*. Edição bilingue que contém os tratados *De re strategica*, *De velitatione bellica* e *De re militari*. Texto, tradução e notas do autor. Washington, Dumbarton Oaks, 1985.

DENNIS, George T., *The Taktika of Leo VI*. Texto, tradução e comentários do autor. Edição bilingue. Washington, Dumbarton Oaks, 2014.

GOUVEIA MONTEIRO, João; BRAGA, José Eduardo, *Vegécio, Compêndio da Arte Militar*. Tradução dos autores. Estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro. Edição bilingue. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

GREATEX, Geoffrey *et alii*, “Urbicius *Epitedeuma*: an edition, translation and commentary”, *Byzantinische Zeitschrift*, n.º 98, Berlim, De Gruyter, 2005 (pp. 35-74).

HENDERSON, Jeffrey (ed.), *Aeneas Tacticus, Asclepiodotus, Onasander*, Harvard, Harvard University Press, 1928.

KRATCHOVSKY, Ivan; VASILIEV, Alexander, “Histoire de Yahya ibn-Sa'id al-Antaki, continuateur de Sa'id ibn-Bitriq”, *Patrologia Orientalis*, número 18, Paris, Firmin Didot, 1928 (pp. 705-833).

MANGO, Cyril; SCOTT, Roger, *The Chronicle of Theophanes Confessor. Byzantine and Near Eastern History AD 284-813*. Tradução, estudo introdutório e comentários dos autores, com o contributo de Geoffrey Greatex. Oxford, Clarendon Press, 1997.

SULLIVAN, Denis F., *Siegecraft – Two Tenth-Century Instructional Manuals by “Heron of Byzantium”*. Edição Bilingue. Dumbarton Oaks Studies, número XXXVI, Washington, Dumbarton Oaks, 2000.

SULLIVAN, Denis F., “A Byzantine Instructional Manual on Siege Defense: The *De Obsidione toleranda*. Introduction, English Translation and Annotations”, in John W. Nesbitt (ed.), *Byzantine Authors – Literary Activities and Preoccupations* Leiden-Boston, Brill, 2003 (pp. 139-277).

TALBOT, Alice-Mary; SULLIVAN, Denis, F., *The History of Leo the Deacon*. Estudo introdutório, tradução e notas dos autores. Washington, Dumbarton Oaks, 2004.

VASILIEV, Alexander, *Byzance et les Arabes: La dynastie Macédonienne (867-959)*. Edição francesa preparada por Henri Grégoire e Marius Canard. Tradução de Marius Canard. Tomo II, Bruxelas, Éditions de l’Institut de Philologie et d’Histoire Orientales et Slaves, 1950.

WORTLEY, John, *John Skylitzes. A synopsis of Byzantine History 811-1057*. Tradução do autor. Estudo introdutório de Jean-Claude Cheynet e Bernard Flusin. Notas de Jean-Claude Cheynet. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

## 2. Estudos

AHRWEILER, Hélène, “L’Asie Mineure et les invasions arabes (VII<sup>e</sup>-IX<sup>e</sup> siècles)”, *Revue Historique*, número 227, Paris, Presses Universitaires de France, 1962 (pp. 1-32).

AHRWEILER, Hélène, *Byzance et la mer: la marine de guerre, la politique et les institutions maritimes de Byzance aux VIIe-XVe siècles*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966.

BIRKHAZI, Ramzi, *The Hamdanid Dynasty of Mesopotamia and North Syria 254-404/868-1014*, Dissertação de Doutorado em História apresentada à Universidade de Michigan, Ann Arbor, Texto Policopiado, 1981.

BOSWORTH, C. E., “Military organization under the Buyids of Persia and Iraq”, *Oriens*, volume 18/19, Leiden, Brill, 1966 (pp. 143-167).

BRECCIA, Salvatore, “Grandi imperi e piccole guerre. Roma, Bisanzio e la guerriglia (II)”, *Medioevo Greco*, número 8, Alessandria, Edizioni Dell’Orso, 2008 (pp. 49-131).

BRECCIA, Salvatore, “Educazione e cultura militare a Bisanzio (IV-XI secolo)” in Monica Ferrari e Filippo Ledda (coord.), *Formare alle professioni. La cultura militare tra passato e presente*, Milão, Ed. Franco Angeli, 2010 (pp. 64-80).

CANARD, Marius, “Les sources arabes de l’histoire byzantine aux confins des X<sup>e</sup> et XI<sup>e</sup> siècles”, *Revue des études byzantines*, tomo 19, Paris, Institut Français d’Études Byzantines, 1961 (pp. 284-314).

CHEYNET, Jean-Claude, “Les effectifs de l’armée byzantine aux X<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> s.”, *Cahiers de civilisation médiévale*, numéro 152, Poitiers, Centre d’Etudes Supérieures de Civilisation Médiévale, 1995 (pp. 319-335).

CHEYNET, Jean-Claude, “Recruter les officiers à Byzance”, *Serviteurs de l’État au Moyen Âge*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1999 (pp. 21-31).

CHEYNET, Jean-Claude, “La guerre sainte à Byzance au Moyen Âge: un malentendu”, *Regards croisés sur la guerre sainte. Guerre, religion et idéologie dans l’espace méditerranéen latin (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle)*, Toulouse, Méridiennes, 2006 (pp. 13-32).

CHEYNET, Jean-Claude, “Les Phocas” in Gilbert Dagron e Haralambie Mihaescu, *Le Traité sur la guerilla de l’empereur Nicéphore Phocas*, Paris, CNRS Editions, 2011 (pp. 319-361).

CHEYNET, Jean-Claude, “Les Arméniens dans l’armée byzantine aux X<sup>e</sup> siècle”, *Travaux et mémoires*, numéro 18, Paris, Association des Amis du Centre d’Histoire et Civilisation de Byzance, 2014 (pp. 175-192).

COSENTINO, Salvatore, “Writing about War in Byzantium”, *Revista de História das Ideias*, volume 30, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009 (pp. 83-99).

DAGRON, Gilbert, “Byzance et le modèle au Xe siècle. A propos des Constitutions tactiques de l’empereur Léon VI”, *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, numéro 2, Paris, 1983 (pp. 219-243).

DAWSON, Timothy, *Byzantine cavalryman c. 900-1204*, Oxford, Osprey Publishing, 2009.

DENNIS, George T., “Defenders of the Christian People: Holy War in Byzantium” in Angeliki E. Laiou e Roy Parviz Mottahedeh (ed.), *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World*, Washington, Dumbarton Oaks, 2001 (pp. 31-39).

DURAK, Koray, “Traffic across the Cilician Frontier in the Ninth and Tenth centuries: Movement of People between Byzantium and the Islamic Near East in the Early Middle

Ages” in Apostolos Kralides e Andreas Gkoutzioukostas (ed.), *Proceedings of the International Symposium «Byzantium and the Arab World. Encounter of Civilizations»*, Tessalónica, Universidade Aristóteles de Tessalónica, 2013 (pp. 141-154).

EL CHEIKH, Nadia Maria, *Byzantium viewed by the Arabs*, Cambridge, Harvard University Press, 2004.

GARROOD, William, “The Byzantine conquest of Cilicia and the Hamdanids of Aleppo, 959-965”, *Anatolian Studies*, volume 58, Ancara, British Institute at Ankara, 2008 (pp. 127-140).

GARROOD, William, “The illusion of continuity: Nikephorus Phokas, John Tzimiskes and the eastern border”, *Byzantine and Modern Greek Studies*, volume 37, n.º 1, Birmingham, Universidade de Birmingham, 2013 (pp. 20-34).

GLYKATZI-AHRWEILER, Hélène, “Recherches sur l’administration de l’empire byzantin aux IX<sup>e</sup>-XI<sup>e</sup> siècles”, *Bulletin de correspondance hellénique*, volume 84, s.l., 1960 (pp. 1-111).

GUILLAND, Rodolphe, “Études sur l’histoire administrative de Byzance: Le Domestique des Scholes”, *Revue des études byzantines*, tomo 8, Paris, Institut Français d’Études Byzantines, 1950 (pp. 5-63).

HALDON, John, *Warfare, State and Society in the Byzantine World 565-1204*, Abingdon, Routledge, 1999.

HALDON, John, *The Byzantine Wars*, Stroud, The History Press, 2008.

HEATH, Ian, *Byzantine armies 886-1118*, Oxford, Osprey Publishing, 1979.

KAEGI, Walter Emil, *Some Thoughts on Byzantine Military Strategy*, Brookline, Hellenic College Press, 1983.

KAEGI, Walter Emil, *Heraclius, Emperor of Byzantium*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

MAGDALINO, Paul, “The byzantine army and the land: from *stratitikon ktēma* to military *pronoia*” in Nicolaos Oikonomidēs (dir.), *Byzantium at War*, Atenas, National Hellenic Research Foundation, 1997 (pp. 15-36).

MCGEER, Eric, *Sowing the Dragon’s Teeth – Byzantine Warfare in the Tenth Century*, Washington, Dumbarton Oaks, 2008.

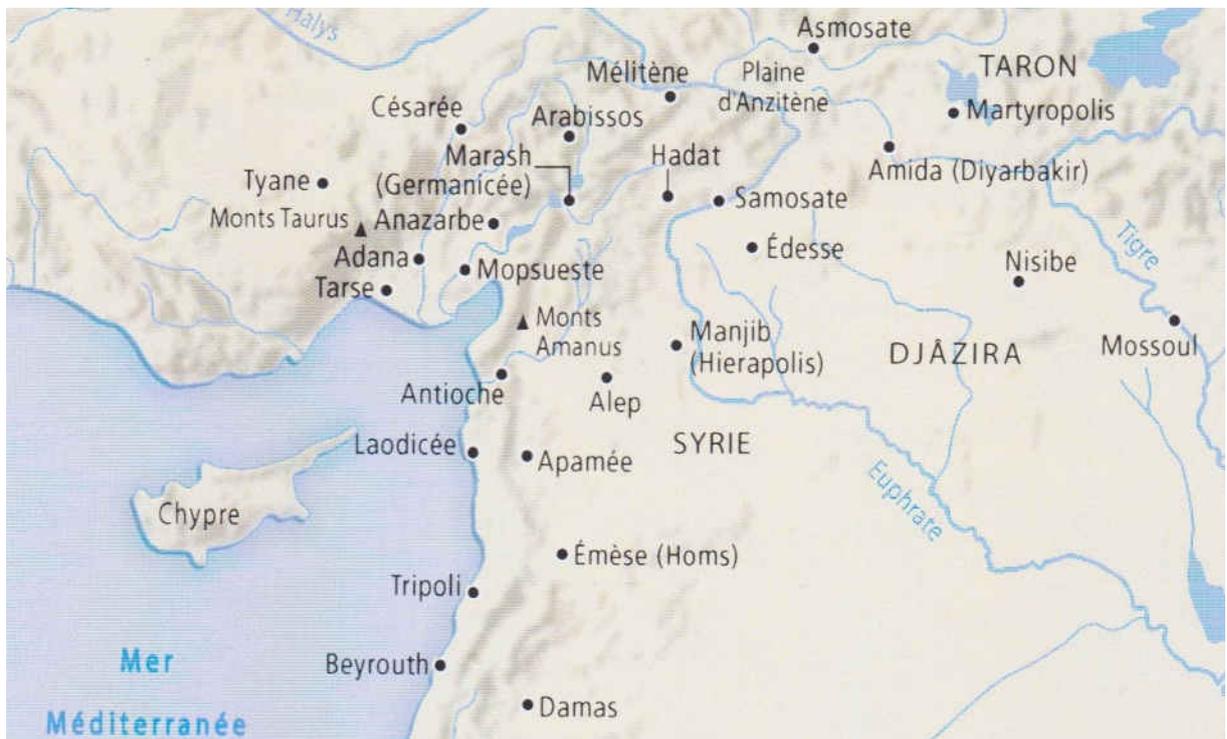
- MCGEER, Eric, "Military Texts" in Elizabeth Jeffreys *et alii* (ed.), *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*, Oxford, Oxford University Press, 2008 (pp. 907-914).
- MORRIS, Rosemary, "The two faces of Nikephorus Phokas", *Byzantine and Modern Greek Studies*, volume 12, Birmingham, Universidade de Birmingham, 1988 (pp. 83-115).
- MOTTAHEDEH, Roy Parviz; AL-SAYYID, Ridwan, "The Idea of Jihad in Islam before the Crusades" in Angeliki E. Laiou e Roy Parviz Mottahedeh (ed.), *The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World*, Washington, Dumbarton Oaks, 2001 (pp. 23-29).
- NICOLLE, David, *Yarmu 636 AD – The Muslim conquest of Syria*, Londres, Osprey Publishing, 1994.
- OSTROGORSKY, George, *History of the Byzantine State*, Padstow, Basil Blackwell, 1984.
- PARANI, Maria, *Reconstructing the reality of images. Byzantine Material Culture and Religious Iconography (11<sup>th</sup>-15<sup>th</sup> centuries)*, Leiden-Boston, Brill, 2003.
- PERSONNAZ, Charles, *L'empereur Nicéphore Phocas – Byzance face à l'Islam (912-969)*, Paris, Belin, 2013.
- SCHLUMBERGER, Gustave, *Un empereur byzantin au dixième siècle, Nicéphore Phocas*, Paris, Ed. de Boccard, Nouvelle Édition, 1923.
- TREADGOLD, Warren, *Byzantium and Its Army, 284-1081*, Stanford, Stanford University Press, 1995.
- TREADGOLD, Warren, *A History of the Byzantine State and Society*, Stanford, Stanford University Press, 1997.

## ANEXOS

### I – Cartografia

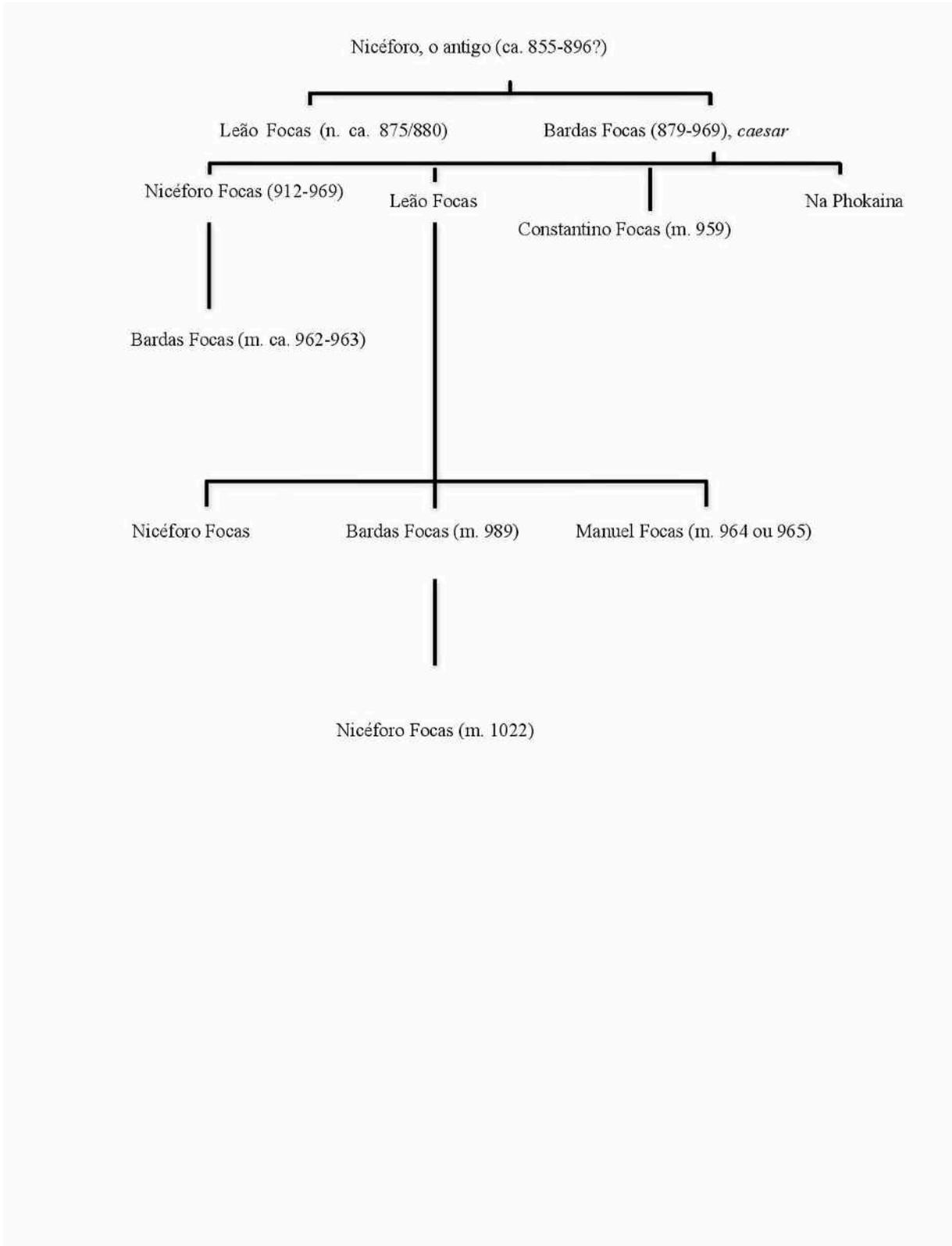


Mapa 1: O Império Bizantino nos séculos X e XI. Fonte: Alice Mary-Talbot e Denis F. Sullivan, *The History of Leo the Deacon*, p. 225.



Mapa 2: A Cilícia e o norte da Síria. Fonte: Charles Personnaz, *L'empereur Nicéphore Phocas. Byzance face à l'Islam 912-969*, p. XVI.

## II – Genealogia parcial da família Focas



### III – Imagens



Imagem 1: Os Montes Tauro. Disponível em <https://www.aito.com/images/holidays/3585/school-adventure---cappadocia-mu-700787.jpg>.



Imagem 2: Paisagem característica da Capadócia. Disponível em <http://metistravel.com/wp-content/uploads/2015/06/red3.jpg>.



Imagem 3: As montanhas da Anatólia, no sul da atual Turquia. Disponível em [https://c2.staticflickr.com/8/7353/9803002596\\_1240b0bbfc\\_b.jpg](https://c2.staticflickr.com/8/7353/9803002596_1240b0bbfc_b.jpg).



Imagem 4: As Portas da Cilícia, importante ponto estratégico desde a Antiguidade. Disponível em [http://img0.liveinternet.ru/images/attach/c/8/101/785/101785512\\_1067597\\_ciliciangatesturkey.JPG](http://img0.liveinternet.ru/images/attach/c/8/101/785/101785512_1067597_ciliciangatesturkey.JPG).

## IV – Tradução de capítulos<sup>I</sup>

### 5. Controlar a água nos caminhos com antecedência<sup>II</sup>

Naquelas secções dos desfiladeiros e das passagens de montanha onde o general se prepara para combater, ele deve assegurar-se de que todas as nascentes de água sejam ocupadas pelos seus homens, para que eles possam retirar água delas. Se apenas correr um pouco de água, deve assegurar-se que não fica lamaçenta, pois pode causar danos graves aos homens e colocá-los em grandes dificuldades. Mas se não existir nenhuma nascente nas imediações para o abastecimento das tropas, especialmente nos meses de verão, ele que ordene a cada companhia que forneça dez sacos, usando-os para transportar água, de modo a que possa ser distribuída aos homens durante o combate, matando-lhes a sede e refrescando-os.

Muito já foi dito sobre como fazer a guerra nas passagens montanhosas. Se for necessário combater durante a noite em terreno difícil, isto pode ser muito útil. Agora vou começar a nossa discussão sobre a guerrilha. Isto pode ser benéfico, ou mesmo essencial, porque prepara um pequeno número de tropas para combater um inimigo em maior número e, com a graça de Deus, vencê-lo.

### 13. Preparar uma emboscada para os chamados *mensuradores* junto ao local do seu acampamento<sup>III</sup>

Quando o inimigo se encontra a devastar o nosso território sem quebrar a sua formação e sem enviar raides para grandes distâncias, jogando pelo seguro, o general deve imaginar outras maneiras para o castigar. Tu deves reconhecer e estimar o local onde o adversário irá estabelecer o seu próximo acampamento, a partir do local onde se encontram instalados. Se a distância em relação ao acampamento atual for muito longa, digamos 16 milhas ou mais, a distância irá fatigar homens e cavalos, por isso investiga os terrenos nas imediações de onde é provável que estabeleçam o próximo acampamento, encontra um bom sítio para uma emboscada, escolhe cuidadosamente 300 (ou menos) cavaleiros e esconde-os aí. Deves montar outra emboscada, com todas as tuas unidades, num local apropriado que se

---

<sup>I</sup> A tradução foi realizada a partir da versão inglesa do *De velitatione bellica*, da autoria de George T. Dennis, *Three Byzantine Military Treatises*.

<sup>II</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 159-161.

<sup>III</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 189-191.

encontre protegido por algumas defesas naturais. Se existir uma fortaleza na vizinhança, será uma grande ajuda e aumentará a tua segurança. Se forem necessários infantes, ordena que venham da fortaleza para te ajudar.

O inimigo geralmente envia uma força avançada, a que os Romanos chamam *mensuradores*, para preparar o acampamento. Enquanto se dedicam a esta tarefa, ordena aos soldados que coloques no local da primeira emboscada, próximo do acampamento, que carreguem contra eles com grande vigor e, com a ajuda de Deus, irás vencer. Mesmo que o inimigo os persiga até ao local onde colocaste o teu maior contingente, ordena que carreguem contra eles com uma carga nobre e corajosa e alcança uma vitória memorável. Ainda que cheguem mais forças do adversário para te combater, terás o apoio da infantaria e das fortificações e irás subjugar-las. Irás forçá-los a retirar sem conseguirem realizar nada de relevante e perdendo a maioria dos seus homens.

#### 24. Combate noturno<sup>IV</sup>

Se o inimigo tentar formular outro plano com o qual espera ganhar vantagem, assim que eles pressintam a nossa presença, nessa mesma noite eles irão montar o acampamento. Assim, tu deves atacá-los à noite, preparando o assalto tal como aqui se explica. Deves lançar um ataque desde a retaguarda com as unidades de infantaria. Divide a restante infantaria em seis divisões; coloca três à direita e três à esquerda do opositor. Se a natureza do terreno determinar que o seu acampamento esteja disposto de forma alongada, essas unidades deverão ficar colocadas à distância de um tiro de arco, ou um pouco menos. Deixa a estrada livre e sem guarda e apenas isso, para garantir a passagem do inimigo em segurança para o seu território. Após terem sido atacados violentamente e terem descoberto a estrada livre, iludidos com a ideia de que estarão salvos, de que existe maneira de fugir à batalha e de regressar à sua terra, montam os seus cavalos e correm para a estrada para escapar, cada homem preocupado apenas com a sua segurança.

Se não tiverem estabelecido o seu acampamento de forma alongada e a natureza do terreno os tiver forçado a fazê-lo em círculo, deves dispor as tuas unidades de infantaria num círculo à sua volta e prepará-las para a batalha. Certifica-te, como mencionámos, que deixarás apenas uma estrada livre que os conduza ao seu país. Depois de teres disposto a infantaria deste modo, ordena às tuas unidades que montem um acampamento próximo do adversário,

---

<sup>IV</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 235-239.

acendendo muitas fogueiras. Coloca um oficial corajoso e competente no comando de cada uma das unidades de infantaria. Cada unidade deve estar acompanhada por alguns cavaleiros sob o comando de oficiais excepcionais, colocados na retaguarda, consoante o espaço o permitir.

Quando a preparação tiver sido feita deste modo, escolhe algumas tropas de infantaria ligeira, compostas por homens rápidos e corajosos, e envia-as à frente. Devem mover-se silenciosamente e aproximar-se do inimigo. Dá ordens para que aqueles que se encontram no meio liderem o ataque, secundados pelas tropas da vanguarda. Se o terreno for escarpado dos dois lados, ordena à infantaria que ataque de ambas as direções. Assim que o adversário for atingido por pedras arremessadas à mão ou por intermédio de fundas, ou então por flechas lançadas de cima ou dos lados, rapidamente será derrotado. Se o terreno apenas for escarpado num dos lados, é mais fácil atirar pedras e disparar flechas contra eles. Se a luta se travar em terreno plano, é necessário proceder com maior cautela. Se o inimigo quiser montar os seus cavalos e carregar contra a nossa infantaria ligeira, não conseguirá causar-lhe grande dano porque o terreno irá ajudá-la; ao invés, irão infligir grande dano sobre eles próprios. Faz com que a infantaria desça de ambas as direções e manda tocar as trombetas e lançar o grito de guerra. Então, o general, vindo da retaguarda, deve juntar-se com toda a sua força.

Se o inimigo aguentar e não se atrever a iniciar a fuga, as unidades de infantaria ligeira e aquelas que tinham sido enviadas à frente devem ser incitadas pelos seus oficiais a entrar nas tendas do inimigo. O terreno facilitará a tarefa. Quando começarem a capturar as montadas do adversário, os seus pertences e a fazer prisioneiros – quando tudo isto começar a acontecer, eles vão acorrer todos para se juntarem à pilhagem. Percorrerão as tendas não poupando ninguém, abatendo-os com a espada. Então, o inimigo tentará escapar. Os que ainda o conseguirem fazer irão montar os seus cavalos, os que estiverem a pé tentarão esconder-se ou encontrar refúgio nas ravinas e nas montanhas.

Se for este o desfecho da batalha, será pela ajuda de Deus, através da intervenção da sua mãe. Os imperadores irão cobrir-se de glória e todo o exército romano ganhará força, porque o inimigo não conseguirá enfrentá-lo.

Ao raiar do dia, eles tentarão descer para terreno plano, parando para descansar e montar as suas tendas. Mas, uma vez que tal local não é propício para lançar um ataque noturno, o general deve levar toda a sua infantaria e cavalaria e colocar-se em frente deles. Deve ocupar as montanhas e proteger o caminho que passa por elas. E assim que forem tomadas todas as estradas que, como dissemos, conduzem ao território do inimigo pelos *témata* que listámos e que são difíceis de percorrer (tal como vimos com os nossos próprios

olhos), porque se situam nas montanhas que formam a fronteira entre os dois territórios, apressa-te e controla as passagens antes deles, atacando-os sem demora. Pela graça de Cristo, nosso Deus, tu vais derrotá-los, abatê-los e aniquilá-los.